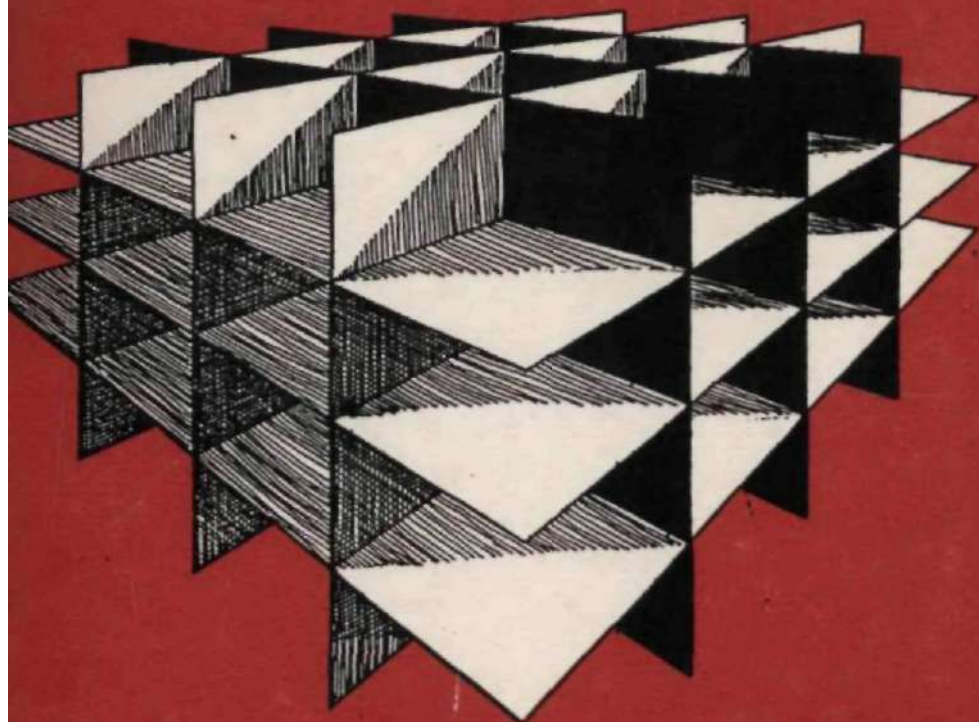




B0010799

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS
E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Tipologia da educação extra-escolar



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO
1980

Presidente da República Federativa do Brasil

João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura

Eduardo Portella

Série Estudos e Pesquisas — 5

Tipologia da educação extra-escolar

Secretário-Geral
João Guilherme de Aragão

159t Instituto Nacional **de** Estudos e Pesquisas Educacionais.
Tipologia da educação extra-escolar. Brasília. 1980.
116 p. anexos (Série estudos e pesquisas, 5)

I. Educação extra-escolar I Serie II Titulo

CDU 374

Tipologia da educação extra-escolar

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Diretor-Geral: Leticia María Santos de Faria

COORDENADORIA DE PESQUISAS

Ana Elisabeth Lofrano Alves dos Santos

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Aydano Pedreira do Couto Ferraz

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Chefe: Antonio Bezerra Filho

EQUIPE DE TRABALHO

COORDENADOR

Osmar Fávero

CONSULTORES

José Silvério Baia Horta
Maria Julieta Costa Calazans
Petrus Maria Vlasmam
Victor Vincent Valla

PREFÁCIO	9
0. A PESQUISA	13
0.1 Estudo do tema e do método	13
0.2 Levantamento bibliográfico e análise das fontes	14
0.3 Levantamento dos programas	15
0.4 Análise e classificação dos programas	17
0.5 Definição dos tipos básicos e construção do quadro tipológico	18
1. O CONCEITO	21
1.1 Que é o extra-escolar?	21
1.2 Que se designa como extra-escolar ou não-formal?	22
1.3 Por que se estuda hoje o extra-escolar?	25
2. O MÉTODO	27
2.1 Natureza dos estudos tipológicos	27
2.2 Tipologias da educação extra-escolar	28
2.3 Tipologias sobre formas de participação social, situações de alfabetização e educação popular	32
2.4 Tipologia da educação não-formal no Brasil	35
3. A TIPOLOGIA	37
3.1 Definição dos tipos básicos	37
3.2 Construção do quadro tipológico	48
BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS	73
1. Relação dos participantes	75
2. Relação das instituições pesquisadas	79
3. Instituições cadastradas e programas nacionais inventariados	85

4. Instituições cadastradas e programas estaduais, regionais, municipais e locais inventariados	91
5. Classificação dos programas estudados, por instituições e tipos básicos	105

Um estudo sobre TIPOLOGIA DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR tem, na presente oportunidade de sua divulgação, o momento adequado para que, através dos diferentes programas prioritários previstos para o quinquênio 1980/1985, se chegue a uma integração de dados, conceitos e ações que possam levar a discutir, criticar e aplicar, com proveito, os pontos de vista que admitiram a possibilidade de uma tipologia, onde se situa o informal, o dinâmico, o não convencional, em projetos e programas de Educação.

Tal discussão se tornará tanto mais fértil quanto se indague se o que foi aqui classificado é ou não, por sua natureza, uma das diversificadas formas do escolar.

Elaborar tipologia, tipificar, é uma das atividades mentais que tanto pode preceder à compreensão, à análise, ao aprofundamento do exame racional e exaustivo de uma realidade, como pode levar às taxionomias adequadas ou inadequadas que, estas são empobrecedoras da visão dinâmica, multifacetada e não demarcada do real. Aquele que se satisfaça com tipologias e taxionomias caminha pelo superficial, enquanto que o que começa seu estudo conhecendo-as mas não o esgota nelas, pode, nessas formas classificatórias ter um início metódico e esclarecedor, com o qual melhor caminhará o aprofundamento progressivo do conhecimento da realidade enfocada.

Espera-se que, após ter examinado o presente trabalho, o leitor prossiga rumo a vivências enriquecedoras dos diferentes programas educacionais aqui referidos e das quais poderão emergir criativamente algumas das soluções benéficas para os problemas do mundo atual.

O Professor Osmar Fávero e a equipe que se integrou para este estudo tiveram, com as discussões e críticas sobre a TIPOLOGIA DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR, no decorrer do trabalho e expressas no seu próprio texto, uma forma de contribuir, ainda que modestamente, para aquela integração no início referida.

A Direção-Geral do INEP espera que a presente publicação possa vir a atender a algumas das necessidades de educadores e planejadores da Educação.

Leticia Maria Santos de Faria
Diretora-Geral do INEP

Havia em Estância um sobradão colonial. maltratado pelo tempo e pelo descaso, todo pintado de azul, e o Doutor, na calma da tarde, chamava a atenção de Tereza para aquela maravilha de arquitetura, apontando detalhes da construção, ensinando sem parecer fazê-lo. levando-a a enxergar o que sozinha não saberia reconhecer e estimar.

Jorge Amado, *Tereza Batista cansada de guerra*. Rio. Martins, 1975. p. 211

... os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et coetera, m) que acabaram de quebrar a bilha. n) que de longe parecem moscas.

Citado por Jorge Luis Borges como constante de "certa enciclopédia chinesa" e transcrito por Michel Foucauld, em *A Palavra e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. Portugália Ed., p. 3

0.1. Estudo do tema e do método

O extra-escolar constituiu-se em um dos núcleos de pesquisa do IESAE, praticamente desde sua instalação, em 1970. e principalmente a partir do curso "Os problemas dos planejadores face ao desenvolvimento da educação extra-escolar", desenvolvido por Pierre Furter no segundo semestre de 1974.

O primeiro passo para uma abordagem mais sistemática e mais ampla do tema foi a proposta de construção de uma Tipologia da Educação Extra-Escolar no Brasil, compreendendo:

- a) um inventário das formas de educação extra-escolar existentes e um cadastro das instituições responsáveis pela execução dessas formas;
- b) a análise dos conceitos de educação extra-escolar e/ou não-formal utilizados e a definição dos mais adequados à nossa realidade;
- c) a elaboração de uma teoria explicativa e a definição de critérios que permitissem a elaboração do quadro tipológico.

Desenvolvida com apoio financeiro do MEC/INEP, através dos contratos 11/76 e 14/77, relativos às duas etapas da pesquisa, a TIPOLOGIA DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL compreendeu cinco passos fundamentais:

- 1º Estudo do tema e do método
- 2º Levantamento bibliográfico e análise das fontes
- 3º Levantamento dos programas
- 4º Análise e classificação dos programas
- 5º Definição dos tipos básicos e construção do quadro tipológico.

Mais que a uma cronologia, estes passos referem-se ao encaminhamento lógico da pesquisa. Na verdade, alguns deles, como os dois primeiros, desenvolveram-se continuamente ao longo das duas etapas de trabalho. Os dois últimos, por sua vez, foram praticamente simultâneos.

Abordar-se-á, a seguir, cada um desses passos, fixando neles o essencial e o necessário para sua compreensão. Visando destacar o mais importante, este relatório não incorpora as tarefas de apoio e os procedimentos administrativos; mas compreende os "produtos finais" da pesquisa em questão.

Desde as tarefas preliminares, consubstanciadas no projeto apresentado ao MEC/INEP em agosto de 1975, os estudos básicos foram desenvolvidos em duas perspectivas:

- a) teórico-conceitual, procurando caracterizar a educação extra-escolar e/ou não-formal, analisar seus conceitos, estudar alguns casos já relatados, situar o ensino supletivo brasileiro etc;

- b) metodológico, aprofundando a natureza do método e examinando as tipologias existentes, tanto do extra-escolar e/ou não-formal como das intervenções educativas em geral.

O objetivo geral desses estudos foi a elaboração de uma teoria explicativa, fundamental para a análise dos programas. Seu ponto máximo foi alcançado nas discussões do Seminário sobre o Estudo do Extra-Escolar no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, de 17.09 a 1.10.76, com a assessoria de Pierre Furter, da Universidade de Genebra e do IED — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, e a participação de representantes de várias instituições e movimentos convidados, além de professores e mestrands do IESAE, principalmente os estagiários das pesquisas sobre o tema. Todos os trabalhos apresentados no Seminário, as discussões e conclusões, assim como as contribuições para os estudos de caso, apresentadas pelos convidados, constituíram excelentes subsídios para a Tipologia.¹

A partir do Seminário, foram revistos os objetivos da pesquisa, elaborado o esquema para escolha da amostra e fixado o quadro de análise, assim como definidos alguns critérios para classificação dos programas. A opção por maior profundidade na análise, sacrificando a abrangência do levantamento, e a preferência dada à intencionalidade na amostra, são também conseqüências dos estudos básicos e da elaboração feita no Seminário e imediatamente a partir dele.

como foi dito anteriormente, os pontos conceituais básicos e os aspectos metodológicos foram trabalhados durante todo o desenrolar da pesquisa. O levantamento bibliográfico e a análise das fontes tiveram esse objetivo. É importante consignar, ainda, a fertilização mútua dos vários estudos sobre o extra-escolar no IESAE, entre os quais se incluem dissertações de mestrands.

Os resultados alcançados na compreensão do tema, no enfoque necessário à Tipologia, estão consubstanciados no Capítulo 1 deste relatório. Os aspectos relativos ao método, por sua vez, constituem o Capítulo 2.

0.2. Levantamento bibliográfico e análise das fontes

O estudo do tema e do método foi apoiado, principalmente no início da pesquisa, por extenso levantamento bibliográfico e análise das fontes disponíveis. Os resultados desse levantamento foram reunidos na "Bibliografia Sinalética sobre o Extra-Escolar", editada pelo Centro de Documentação do IESAE em agosto de 1977. As análises e algumas traduções e resumos foram feitas basicamente pelos mestrands estagiários. Está na Agenda do Centro de Documentação do IESAE, para 1979, a elaboração de uma bibliografia analítica sobre o tema, reunindo basicamente os documentos localizados.

Das fontes disponíveis foram utilizados, em particular, os documentos produzidos pelas seguintes organizações:

- a) INTERNATIONAL COUNCIL OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT, coordenado por P. H. Coombs, que realizou numerosas pesquisas sobre o extra-escolar nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, financiadas pelo BIRD e pela UNICEF;

¹ O documento apresentado por Pierre Furter: "Existe a formação extra-escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários", assim como as intervenções que o discutiram, preparadas por Osmar Fávero e Víctor Valla. Juan Díaz Bordenave e Pedro Demo, foram publicados em *Forum educacional* n° 1/77; O Relatório-síntese dos trabalhos, elaborado por uma Comissão composta por Edivaldo M. Boaventura, José Silvério Baia Horta e Paulo da Silveira Rosas, e os comentários de Pierre Furter: "Os paradoxos da educação extra-escolar, ou: a gênese está no fim" foram publicados no n° 2/77 da mesma revista.

- b) INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES IN EDUCATION, da Michigan State University, que produziu uma série de estudos e realizou várias pesquisas sobre educação não-formal nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina;
- c) INSTITUT D'ETUDES DU DEVELOPPEMENT, ligado à Université de Genève, principalmente os trabalhos de P. Furter, tanto na área da educação extra-escolar como da saúde popular (esta em conjunto com o INSTITUTE OF DEVELOPMENT STUDIES, da Sussex University);
- d) INSTITUT INTERNATIONAL DE PLANIFICATION DE L'EDUCATION, da UNESCO, inclusive o dossier "Approche du nonformel", publicado pela revista PERSPECTIVES, no 2º trimestre de 1978 (vol. 8, nº 2).

Para os aspectos metodológicos, além dos textos gerais e dos documentos do Seminário sobre o estudo das formas de educação extra-escolar, já referidas, foram largamente explorados dois livros de Albert Meister, que se constituíram nas contribuições mais próximas e mais ricas para a Tipologia a ser elaborada:

- a) *Participation, Animation et Développement — a partir d'une étude rurale en Argentine* (Paris, Anthropos, 1969, 328 p.);
- b) *Alphabétisation et Développement — le rôle de l'alphabétisation fonctionnel/e dans le développement économique et la modernisation* (Paris, Anthropos, 1973, 274 p.).

Dos trabalhos publicados no Brasil, foram de particular utilidade:

- a) o ensaio "Da educação fundamental ao fundamental na educação", preparado por Carlos Rodrigues Brandão para a revista *Proposta*, editada pela FASE — Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Suplemento nº 1, abril de 1977);
- b) os artigos de Aída Bezerra, sobre as "Atividades em Educação popular", publicados nos Suplementos nº 17 e 22 do *Boletim do CEI* — Centro Ecumênico de Informação, respectivamente em abril de 1977 e outubro de 1978;
- c) a comunicação de Emanuel de Kadt, da Sussex University, "Is non-formal education any better?", feita no Simpósio sobre Educação e Colonialismo da 28ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Brasília, junho de 1976) e publicado por *Ciência e Cultura* 28(12):1.442-57, dez. 1976.

)3. Levantamento dos programas

O teste dos instrumentos foi realizado no Rio, especificamente em instituições nacionais (SENAI, SENAC, CIA. VALE DO RIO DOCE) e no Amazonas e Pará, aproveitando cursos e contatos do IESAE, em instituições de âmbito regional e estadual. Os estudos realizados nas instituições de âmbito nacional revelaram, desde o primeiro momento, a conveniência de tratar algumas dessas instituições, principalmente as estatais e de economia mista, como verdadeiros sistemas, pois reúnem grande número de empresas subsidiárias ou associadas, em geral com os mesmos programas de formação de pessoal. Também as redes financeiras, às vezes com centenas de agências em um só Estado, possuem programas de formação e desenvolvimento de pessoal centralizados, ou pelo menos, obedecendo às mesmas sistemáticas fixadas a nível central.

A pesquisa orientou-se, então, em sua primeira etapa, para explorar os seguintes cursos de ação:

- a) a partir da "cabeça do sistema", ir até suas bases, esgotando o quanto possível a análise dos programas;

b) estudar programas diretamente nas agências onde se soubesse estar sendo melhor realizadas as atividades levantadas;

c) pesquisar várias agências para poder visualizar melhor um mesmo programa.

Ao todo foram cadastradas 35 instituições e inventariados 102 programas desenvolvidos em âmbito nacional. Observa-se que várias das instituições não se identificaram, num primeiro momento, como nacionais. Mas, sob alguns aspectos, o são de fato por tradição (como a Escolinha de Arte do Brasil) ou pela abrangência de pelo menos alguns de seus programas (como a Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa). Por outro lado, programas estudados em sua forma local (como os de saúde comunitária ou os de arte, por exemplo) foram suficientemente significativos para definir um tipo. Neste último caso, dentro da metodologia adotada, não se teve dúvida em generalizar. (Observa-se que o tipo é uma construção abstrata, e mesmo ideal. Pode ou não existir exatamente da forma elaborada). Em termos metodológicos ainda, as distinções nacional, estadual, municipal ou local, revelaram-se secundárias para a Tipologia.

Na 2ª Etapa, ampliou-se o levantamento para outros Estados, levando em conta o apoio que o IESAE poderia obter junto às Universidades e Superintendências Regionais. Não foi possível, com os recursos alocados à pesquisa e pelos prazos previstos, cobrir todos os Estados do Brasil. Acredita-se, todavia, que os resultados não foram comprometidos.

O levantamento nos Estados começou a ser feito de maneira sistemática já no segundo semestre de 1977 e foi completado no primeiro semestre de 1978. Incorporando a esse levantamento as instituições e os programas aproveitados do teste dos instrumentos, foram cadastradas 95 instituições e inventariados 229 programas de âmbito estadual. Sua distribuição pelos estados da federação está resumida no quadro a seguir:

ESTADOS	INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
Amazonas	05	09
Bahia	17	40
Espírito Santo	06	11
Goiás	08	20
Maranhão	04	07
Pará	07	13
Paraíba	06	17
Paraná	09	29
Pernambuco	01	01
Rio Grande do Norte	02	04
Rio Grande do Sul	07	19
Rio de Janeiro	21	53
Santa Catarina	01	01
São Paulo	01	05
TOTAL	95*	229

* Duas instituições foram contadas como desenvolvendo programas de âmbito nacional e estadual

Registra-se que:

- a) o levantamento realizado em Goiás contou com a colaboração de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, mestrandos do IESAE;
- b) no Maranhão, contou-se com o apoio da Universidade Federal e da Fundação Cultural;
- c) na Paraíba, o levantamento foi realizado pelos alunos do Mestrado em Educação de Adultos da Universidade Federal;
- d) no Paraná, o levantamento foi totalmente assumido pelo Setor de Educação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba;
- a) no Rio Grande do Sul, contou-se com o apoio da SUDESUL, devendo ressaltar-se ainda a grande colaboração das instituições pesquisadas;
- f) na Bahia, contou-se com o apoio do Mestrado em Educação da UFBA;
- a) alguns dos programas de televisão educativa (São Paulo e Pernambuco, por exemplo) foram inventariados a partir de relatórios do PRONTEL, relativos à caracterização do sistema brasileiro de telecomunicações;
- h) no caso dos Estados do Pará (município de Marabá) e Santa Catarina, aproveitaram-se o conhecimento e os contatos de Mestrandos do IESAE que trabalharam em instituições dessas áreas.

A relação dos estagiários e colaboradores está no Anexo 1. Para além do esforço de colaboração que tôdas as contribuições representaram, a pesquisa constituiu-se em uma oportunidade de treinamento de um bom número de mestrandos, principalmente do IESAE.

Em síntese, foram cadastradas 128 instituições, com a seguinte distribuição, pela abrangência de seus programas:¹

Nacionais	35
Estaduais	46
Regionais	08
Municipais	33
Locais	06

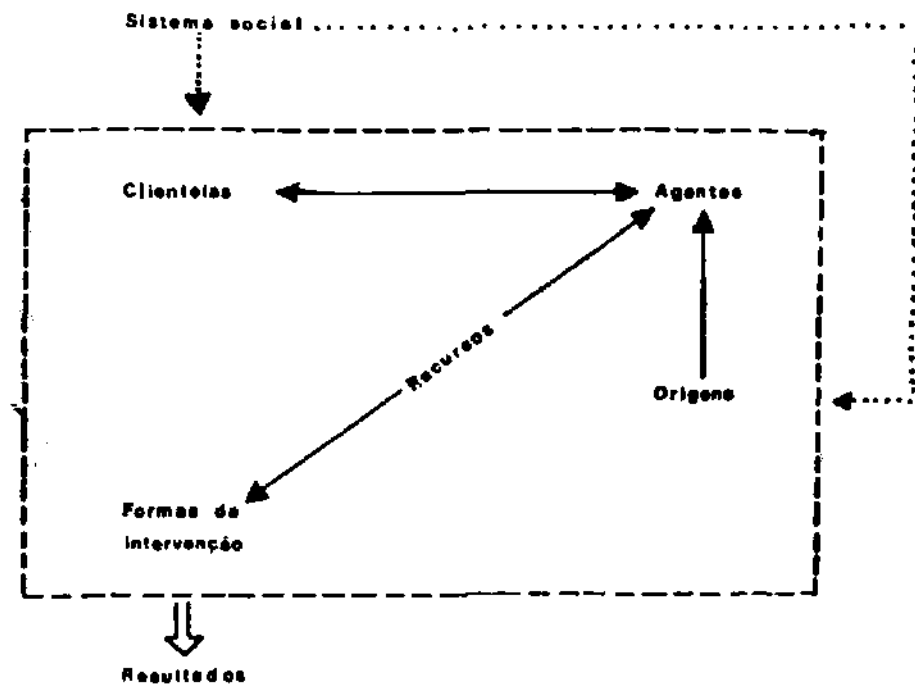
A relação dessas instituições, com indicação das áreas de abrangência, está no Anexo 2. As instituições e programas de âmbito nacional estão relacionados no Anexo 3. As estaduais, regionais, municipais e locais e os respectivos programas inventariados, constam do Anexo 4. Observa-se que tanto no caso dos programas nacionais quanto desses últimos, manteve-se, na relação, como regra geral, a designação dos programas dada pelas próprias instituições.

0.4. Análise e classificação dos programas

como resultado do Seminário sobre o Estudo das Formas de Educação Extra-Escolar, adotou-se como quadro de análise o modelo sugerido por H. Roberts, na adaptação feita pelo Institut D'Études du Développement e pela Faculté de Psycholo-

¹ Aproximadamente 30 outras instituições foram pesquisadas mas não cadastradas — por não se ter conseguido definir seus programas ou por atuarem tipicamente na faixa da educação difusa ou informal.

gie et Sciences d'Éducation de L'Université de Genève, representado no esquema abaixo:¹



—————quadro das tipologias existentes

Recolhidas as informações básicas a respeito das instituições e dos respectivos programas, cada programa passou a ser estudado detalhadamente, em função de cada um dos elementos de análise. O confronto dos vários programas assim analisados permitiu o grupamento dos mesmos e a descrição dos tipos básicos. O resultado obtido constitui o Anexo 5 deste relatório.

0.5. Definição dos tipos básicos e construção do quadro tipológico

O passo final da elaboração da Tipologia da Educação Extra-Escolar no Brasil compreendeu duas tarefas:

- a) definição dos tipos básicos;
- b) construção do quadro tipológico.

A definição dos tipos foi resultante da classificação dos programas estudados e do estudo das fontes disponíveis, buscando aprofundar a compreensão teórica do problema em geral e de cada forma educativa em particular. A classificação dos programas foi, num primeiro momento, conseqüência de sua semelhança ou da proximidade dos fatores de análise: origem, clientela, forma de intervenção, agentes e fontes dos recursos. Num segundo momento, os programas foram como que desvinculados das insti-

¹ Cf. Pierre Furter, "Existe a formação extra-escolar? os problemas dos diagnósticos e dos inventários". Forum Educacional 1(1):5-52, jan./mar. 1977.

tuções que os promovem, por um processo de redução, em busca dos tipos básicos. como se afirmou no capítulo referente ao método, determinado tipo traduz a combinação de um número relativamente grande de programas concretos. Para sua definição, foram sendo aproximadas as formas comparáveis, através da associação dos diferentes fatores de análise. Observa-se, finalmente, que a classificação é apenas uma etapa intermediária na elaboração da tipologia.

Na construção do quadro tipológico, por sua vez, caminhou-se para uma abstração maior, abandonando alguns subtipos mais específicos, encontrados no levantamento, e introduzindo outros, não objeto do trabalho de campo mas tornados presentes por sua expressiva existência.

Demonstra-se já aqui a utilidade da Tipologia, na medida em que revela novas normas, assim como encaminha a descoberta e o estudo de novos programas. Fica laro, ainda, sua instrumentalidade na fixação de diretrizes para uma política educacional, no sentido mais abrangente do termo educação.

Insiste-se, por outro lado, que o quadro tipológico deve ser assumido nas exatas dimensões de instrumento de trabalho. Ele é:

- a) genérico e abstrato, por sua própria natureza;
- b) parcial e provisório, pois, tratando de fatos sociais, nunca os esgotaria, além de fixá-los de forma reduzida e em determinado momento; e
- c) arbitrário, enquanto construído conforme certos objetivos e determinada compreensão do problema.

Além do mais, talvez devido à amplitude do conceito e à abrangência da pesquisa, o quadro tipológico não só esconde a história dos programas, como faz tábula-rasa das diferentes posturas ideológicas que os animam. Sob um mesmo tipo e debaixo de uma mesma nomenclatura podem existir orientações e modos de atuação diametralmente opostos, conforme a natureza da instituição, seus objetivos, a ideologia de seus agentes e a própria metodologia utilizada.

A definição dos tipos básicos e o quadro tipológico constituem o Capítulo 3 do presente relatório.

1. Que é o Extra-Escolar?

O extra-escolar não é um fenômeno novo; sempre existiram formas de educação e de ensino desenvolvidas fora da escola. Mais ainda: a escolarização é um fato recente; os sistemas escolares do ocidente existem a mais ou menos 200 anos. Foram estruturados ao mesmo tempo em que se reestruturou a sociedade pela reorganização do trabalho em função da industrialização. Dessa perspectiva, o fundamental não seria a existência de formas escolares e não-escolares; ou formais e não-formais, mas sim o ato da sociedade, em determinado período histórico, ter institucionalizado os sistemas escolares, que passaram a polarizar o educativo.

A própria insuficiência desses sistemas gerou o questionamento da viabilidade e mesmo da validade das respostas escolares às necessidades diversas da sociedade. Os nos 60 foram de forte questionamento à expansão desmedida dos sistemas de ensino de contestação da escola. E, em decorrência, houve a descoberta e a revalorização deúmeras e diversificadas formas de ensino e de educação "não-escolares". O interesse que o estudo dessas formas vem despertando, nos últimos anos, levaria a pensar que estejam se revestindo de características que as tornam aptas a atender melhor às exigências mais prementes das sociedades atuais.

Mas, o extra-escolar não é também um fenômeno isolado. Pode-se situá-lo num quadro bastante amplo. Fato equivalente ocorre, por exemplo, no campo da saúde: ao lado da medicina legal existe a prática da medicina popular, muitas vezes considerada "ilegal", que atende não só as populações carentes e que não têm acesso às agências de saúde, mas coexistem com a medicina legal, basicamente por razões econômicas e sobretudo culturais, autênticas e, na maioria das vezes, legítimas.¹

Em termos de política-social, o "informal" é considerado fruto do desejo de ascensão social e da conseqüente procura de caminhos que possibilitam esta ascensão. Na medida em que as instituições não oferecem esses caminhos, os próprios interessados "descobrem" soluções. Segundo Pedro Demo,² é o que ocorre quando o trabalhador, que não é absorvido pelo mercado de trabalho, "inventa" seus biscates,

Pierre Furter. Existe a formação escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR. Rio de Janeiro, IESAE/MEC/DAU/CAPES. 27 set/1º out. 1976. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1976, p. 44-54. *Forum Educacional* 1(1):5-52. jan./mar. 1977.

Pedro DEMO. Comentários a Furter e ao Seminário. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL. Rio de Janeiro. IESAE/MEC/DAU/CAPES. 27 set/1º out. 1978. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação, mimeogr. *Forum Educacional* 1(1):71-6. jan/Vmar. 1977.

faz serviços pessoais que lhe garantem a subsistência. E, mais: como as vias institucionais tendem a atender apenas à sobrevivência, quem busca ascensão social tem de encontrar vias laterais, em geral no mercado de trabalho dito "informal". Dessa forma, embora o trabalho complementar, o esforço da esposa e dos filhos menores para aumentar a renda familiar não apareçam nas estatísticas — e questiona-se se devem aparecer —, desempenham papel fundamental nos bens produzidos na sociedade.

Rubem Alves¹ analisa o mesmo fenômeno no caso da religião. Ao lado das igrejas, existem os grupos informais, as comunidades de base, as igrejas livres. Para ele, a função das instituições é essencialmente a de preservar o que foi aprendido pela sociedade ao longo da história. São respostas a problemas concretamente vividos em determinado lugar e em determinada época e se justificam na medida em que mantêm sua eficácia prática. E como as instituições tendem a manter-se sem mudanças, é esta a razão de seu choque inevitável com a vida. Daí as crises — em particular a crise da educação institucionalizada. O sistema utiliza seus mecanismos para impor sua interpretação da realidade e os comportamentos que lhe são inerentes. Por outro lado, as bases sociais percebem um mundo distinto, com problemas novos que resistem às programações institucionais e passam a sentir a instituição como um obstáculo.

Por isto se afirma que o potencial inovador das sociedades encontra-se exatamente na busca de soluções "informais" para problemas, muitas vezes agudos, que não são equacionados ou sequer percebidos pelas agências "formais".

1.2. Que se designa como "extra-escolar" ou "não-formal"?

Normalmente os programas grupados sob esses títulos são bastante diversos. E são bastante relativas as distinções entre formal e não-formal ou escolar e extra-escolar. Assim como é freqüente encontrar-se, fora da escola, atividades educativas sistematizadas, sabe-se que existe muito de informal nos modos escolares. Por outro lado, assume-se normalmente, com muita tranqüilidade, "formal" como sinônimo de "escolar", esquecendo-se que existem outras formalidades tão ou mais fortes que aquela imposta pelos sistemas escolares.² como foi visto no item anterior, o fato fundamental é a institucionalização e a progressiva burocratização das ações educativas, quer pelos sistemas de ensino, quer por outros sistemas — como o de formação profissional e o de educação física e desportos, no caso brasileiro.

Segundo o Relatório FAURE³, o princípio de permanência da educação, de acordo com o qual se entende que os indivíduos têm a possibilidade de aprender durante toda a vida, não é apenas a pedra-de-toque na concepção global do desenvolvimento da educação nas sociedades contemporâneas; é também o elemento motor de novas estratégias de educação. Essas estratégias supõem que o desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos, na sociedade contemporânea, depende simultaneamente de três

¹ Rubem A. ALVES. *Institución y comunidad. Apuntes sobre los caminos de la Iglesia. Tierra Nueva: Cristianismo Y Sociedad, Buenos Aires. 14(191):3-13, jul..set. 1976.*

² Embora também o "extra-escolar" e "não-formal" não sejam sinônimos, serão utilizados como tal neste texto, preferindo-se todavia a expressão mais próxima da tradição brasileira: "extra-escolar". Nos momentos oportunos, far-se-á a necessária distinção. Por outro lado, a designação "não-formal" já é bastante utilizada entre nós, com muita simplificação, para designar, por exemplo, o sistema de formação de mão-de-obra, ou mais restritamente, os treinamentos de mão-de-obra ou cursos de capacitação de pessoal, conforme será visto no Capítulo 3.

³ Edgar FAURE et alii. *Aprender a être*. Paris. UNESCO/Fayard. 1972 (Princípio 1, p. 205).

formas distintas de formação,¹ a saber:

- a) *educação difusa*, isto é, o processo educativo permanente graças ao qual todo indivíduo adota atitudes e valores, adquire conhecimentos através de sua experiência cotidiana, das influências de seu meio e da ação de todas as instituições que o incitam a modificar o curso de sua vida;
- b) *educação extra-escolar*, isto é, todas as atividades educativas organizadas que visam a clientela específicas em função de suas necessidades e aspirações;
- c) *educação escolar*, enfim, que, sob a forma de sistemas de ensino hierarquizados, seccionados em anos de estudos, permite ao conjunto da população ainda não engajada na produção, adquirir a formação de base indispensável para poder, em seguida, utilizar os meios da educação extra-escolar e difusa.

Por sua vez, a definição de *educação não-formal* mais aceita é a de COOMBS e AHMED:²

"(. . .) qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que se realiza fora dos quadros do sistema formal (de ensino) para fornecer determinados tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto de adultos como de crianças. Assim definida a educação não-formal inclui, por exemplo, programas de extensão rural e treinamento de agricultores, programas de alfabetização de adultos, treinamento profissional dado fora do sistema formal, clubes de jovens com objetivos em grande parte educacionais, diversos programas comunitários, de educação sobre saúde, nutrição, planejamento familiar, cooperativismo etc".

Da mesma forma que o Relatório FAURE, esses autores definem também como *informal* a educação geralmente desorganizada e freqüentemente assistemática, que envolve todas as pessoas, escolarizadas ou não, durante toda a sua vida e que caracteriza como um

"(. . .) processo permanente pelo qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, habilidades, atitudes e perspicácia, através de experiência diária e contato com o meio ambiente em casa, no trabalho e no lazer; através do exemplo e das atitudes dos parentes e amigos; por meio de viagens, leitura de jornais e livros; ou ouvindo rádio, vendo filmes e televisão".

A educação *formal* então, é aquela

"(. . .) altamente institucionalizada, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturada, englobando desde a escola pré-primária até os mais altos níveis universitários".

Além das definições básicas, é importante ter-se presente as funções atribuídas à educação extra-escolar. com base na discussão e no quadro comparativo proposto por P. Furter,³ pode-se dizer que as funções de maior incidência são:

- a) "recuperação", que significa permitir à população não escolarizada na idade ou no nível adequado "integrar-se ao universo dos escolarizados — e não sempre os conhecimentos e o saber dos quais essa população teria necessidade para se desenvolver";

1 Cf. sistematização proposta por Pierre FURTER. em "La formation extrascolaire et le développement dépendent". In: *Les modes de transmission: du didactique à l'extrascolaire*. Paris/Genève, PUF/IED. pp. 30. Para o Autor, o termo *formação* designa essencialmente uma resposta a estímulos internos e externos, distinta da aprendizagem.

2 Philip H. COOMBS e Manzoor AHMED — *Attacking rural poverty — How nonformal educational can help*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press. 1977, p. 8.

3 Pierre FURTER — Documento citado, p. 6-8.

- b) "Adaptação" e "promoção" — que revelam a mesma concepção anterior, uma vez que visam integrar populações marginalizadas às sociedades ditas modernas.

Furter insiste ainda: "Nada nessas três funções permite supor que a participação dos interessados tenha sido levada em consideração, ou mesmo desejada".¹

Analisando as classificações elaboradas pelo Institute for International Studies in Education, da Michigan State University; proposta no Seminário sobre o Planejamento da Educação Extra-Escolar, promovido pelo Institut International de Planification de l'Education, da UNESCO, percebe-se que essas classificações foram elaboradas sobre aqueles objetivos que dão peso maior ao "aumento de produtividade", em detrimento de uma "mudança de atitudes". Essa posição traduz uma conformidade com a estrutura atual da sociedade, em geral, e do sistema educacional em particular — que leva a considerar o extra-escolar como mero complemento do escolar.

Nessa maneira de encarar o problema, acha-se implícito o desejo, inconsciente ou não, de

"(...) que um dia todos poderiam receber uma educação nos moldes do sistema formal. Tal concepção é fruto dos modelos estrangeiros, importados pelos países em desenvolvimento, principalmente os do Atlântico Norte. Nesses países hoje industrializados, já se reconhece (...) que a educação de massas, nos moldes tradicionais, tem sido um fracasso, embora o preço pago tenha sido relativamente pequeno, pois as sociedades relativamente equilibradas, onde o sistema formal funcionou com certa eficiência e, onde as parcelas da população marginalizadas dos sistemas formais foram relativamente pequenas. Nesse sentido, os sistemas formais, dispondo de amplos recursos, foram capazes de fornecer um ensino terminal para a maior parte de sua população, mesmo reconhecendo que, para as massas e em termos qualitativos esse ensino foi insuficiente".²

Nos países em desenvolvimento, no entanto, as conseqüências são muito mais drásticas: a maioria da população fica excluída dos sistemas formais, já por si insuficientes. O extra-escolar, não raro, manifesta-se como verdadeiro substituto do escolar. Colocam-se dois problemas fundamentais para o estudo do extra-escolar nesses países: o primeiro é o número de situações particulares que surgem em torno de exigências econômicas, sociais e culturais etc.; o segundo, mais amplo ainda, refere-se à inviabilidade de fazer com que a maioria da população receba instrução, nos moldes tradicionais.

"Em ambos repousa toda a interpretação de educação extra-escolar. Inicialmente pode parecer que apenas o número de situações particulares pede a educação extra-escolar como resposta, mas na medida em que se aprofundam os problemas educacionais de um país em desenvolvimento, percebe-se que este primeiro problema é apenas o significativo e o segundo o significado; ou seja: os problemas isolados são apenas sinais de uma situação global muito mais séria. A resposta da educação extra-escolar ao primeiro problema é importante principalmente em função do segundo, e não apenas como ferramenta para resolver problemas específicos. Nesse sentido, os programas de educação extra-escolar em função de problemas específicos, se bem que possam propor soluções válidas, mas isoladas, são importantes na medida em que servem como laboratório para o estudo do

¹ Pierre FURTER — Documento citado, p. 7.

² Osmar FÁVERO, e Victor VALLA — Educação extra-escolar no Brasil: revisão de conceitos básicos. *Forum Educacional*, 1(1): 53-61, jan/mar., 1977.

segundo problema, que, no fim, é um estudo sobre o problema educacional de uma sociedade".¹

1.3. Por que se estuda hoje o extra-escolar?

Não foram razões de ordem predominante teórica que impulsionaram o grande número de pesquisas sobre a educação extra-escolar, na última década, principalmente nos países em desenvolvimento. Quer financiadas pelo BIRD — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, pela UNICEF ou pela USAID —, essas pesquisas visam, de um lado, o estabelecimento de novas políticas de educação e a elaboração de planos educacionais mais abrangentes. Consta-se, por outro lado, que a maioria desses estudos estão relacionados com discussões sobre o desenvolvimento rural, a necessidade de criação de novos empregos e a igualdade de oportunidades.

As razões mais profundas do inusitado interesse dessas agências sobre o extra-escolar parece estar na consciência de que as novas estruturas, principalmente industriais, implantadas nos países subdesenvolvidos, geraram desequilíbrios violentos entre o rural e o urbano; a produção industrial e agrícola; as diversas regiões de um mesmo país; e, principalmente, aguçaram o conflito entre as classes sociais. É bastante alto o preço do crescimento econômico, pago pelos próprios países ditos emergentes, em termos da exploração indiscriminada de seus recursos naturais e do aviltamento das condições de trabalho de seus recursos humanos. Mas, vendo o desenvolvimento basicamente como modernização e considerando apenas a dimensão técnica do planejamento da educação, são procuradas alternativas para a pouca eficiência dos sistemas escolares, não exatamente como instrumento de superação das referidas desigualdades, pelo que elas têm de injustas, mas porque os problemas por elas gerados comprometem o crescimento econômico desejado.

Procura-se, basicamente, conhecer melhor os programas existentes e examinam-se as possibilidades de incrementar aquelas iniciativas julgadas mais estratégicas para o pretendido crescimento econômico e modernização dos setores considerados atrasados.

Ainda segundo P. Furter:

"A análise crítica do discurso sobre a educação extra-escolar voltada para o desenvolvimento (...) mostra que esses modos de formação não são valorizados, legitimados e promovidos porque corresponderiam melhor às exigências específicas do desenvolvimento dos países periféricos, porque seriam a oportunidade de uma prática de 'educação para a liberdade', ou porque mobilizariam recursos e suscitariam criatividade até então subestimada. Ao contrário, são escolhidos por serem o último achado a permitir, por outros meios e eventualmente de outras formas, a mesma política de escolarização ocidental, de desenvolvimento e de progresso ilimitado. Não foi a proposição de novos modelos de desenvolvimento que acarretou a concepção de novas estratégias de formação (...) mas, de fato, a educação extra-escolar apareceu como um meio prático, como um remédio, um corretivo (Delóon, 1975) que nos permitiria uma feliz escapada do impasse no qual a obstinada universalização do modelo ocidental de formação nos meteu".²

E essa discussão provoca outra ainda maior, explorada por E. de Kadt:³ não será a

¹ Osmar FÁVERO e Victor VALLA — Doc. cit., p. 60.

* Pierre FURTER — Doc. cit., p. 31-2.

³ Emanuel de KADT — Is non-formal education any better? In: Symposium on education as a form of colonialism. Brasília. Julho de 1976. *Ciência e Cultura*. São Paulo, 28(12): 1-442-57.

educação extra-escolar uma nova forma de colonialismo? Não se pode negar, em primeiro lugar, que uma parte de programas de educação extra-escolar dependem de auxílios estrangeiros, através de agências dos países ricos e de organizações internacionais; em segundo lugar, muitos movimentos têm nítida inspiração e metodologia autóctones (a extensão rural é o exemplo clássico). Mas, se se entende o colonialismo como uma forma de dependência, muitos outros pontos são trazidos à discussão. uma ação massiva de alfabetização, diga-se ou não-funcional, por exemplo, pode configurar-se numa dominação cultural — de estruturas nacionais ou internacionais sobre outras estruturas nacionais; de estruturas nacionais sobre estruturas regionais do mesmo país; do mundo urbano sobre o rural etc.

Dessa forma, não se teria, na verdade, um problema novo, mas novas manifestações de velhos problemas. Ou melhor, voltando à colocação de R. Alves: as velhas instituições podem reagir, sob o símbolo da reforma, demonstrando possuir flexibilidade suficiente para aceitar, mais cedo ou mais tarde, uma forma nova, quando se torna possível uma dialética de complementaridade.¹ Ou novamente nos termos de P. Furter:²

"A progressiva incorporação do domínio extra-escolar ao império escolar mostra a espantosa capacidade dos sistemas escolares de formação de adaptar-se às situações novas, de reagir por etapas às novas exigências, sem jamais recolocar em questão a coerência interna de seu conjunto."

O interesse pelo estudo das formas extra-escolares de educação não deve ser, pois, simplesmente para conhecê-las; muito menos para facilitar sua absorção pelos sistemas de ensino existentes — e, portanto, formalizá-las. Não é mesmo tranquilo afirmar-se que o objetivo seria

"(. . .) uma reorientação substancial das prioridades nacionais no setor da educação, através de um planejamento bem elaborado e bem executado, pois esta opinião' baseia-se em uma concepção essencialmente técnica do processo de planejamento, que não leva em conta senão parcialmente o contexto sócio-econômico."³

Mas essa discussão extrapola os limites deste relatório. Acreditando-se, todavia, no dinamismo potencial da educação, pode-se orientar o estudo do extra-escolar para descobrir as verdadeiras situações de aprendizagem, aquelas efetivamente inovadoras, que encaminham a autodidaxia dos indivíduos a grupos, constituindo-se em oportunidades de verdadeira formação.

¹ Rubem ALVES, Art. cit., p. 7.

¹ Pierre FURTER, Doc. cit., p. 32.

³ Tim SIMKINS. La planification de l'éducation extrascolaire: stratégies et contraintes. PERSPECTIVES 8(21:201-12, 2° Trim. 1978.

2. O MÉTODO

2.1. Natureza dos estudos tipológicos

Conhecidas especialmente na Psicologia, para clarificar as noções de pessoa e indivíduo, as tipologias têm aplicação em todas as ciências. Os metodólogos advertem, no entanto, que as tipologias correspondem a um estágio pouco avançado do desenvolvimento de uma disciplina científica. Mas insistem na inestimável contribuição que podem fornecer para a construção de um quadro conceitual, para o afinamento e a precisão maior dos conceitos: "A tipologia é o instrumento indispensável da conceitualização".¹ "A função primeira da tipologia é identificar, simplificar e ordenar os dados de tal maneira que possam ser descritos em termos comparáveis."²

Em resumo, todos os metodólogos afirmam que o primeiro passo, formal e definitivo para o conhecimento científico de uma realidade, é dado quando se começa a classificar e tipificar os fenômenos; e alertam para o problema das tipologias existenciais, classificações populares e categorias de senso comum que deturpam o conhecimento científico, em vez de auxiliá-lo.³

"A noção de tipo em ciências sociais é indissociável da idéia de classificação."⁴ A construção de classes, categorias ou tipos é um aspecto necessário do processo através do qual podemos reduzir o complexo ao simples, a ocorrência à recorrência. A noção de tipo, porém, não se identifica com a de categoria ou classe. Um sistema de classificação é um instrumento de distribuição ou hierarquização, uma seleção de atributos essenciais que caracterizam o objeto ou o grupo de objetos, dando uma visão do "específico".

Denomina-se classificação o agrupamento sistemático de objetos ou eventos em classes, com base em propriedades (atributos, fatores, traços específicos, características etc.) que esses eventos ou objetos têm em comum. Tipificação é a redução pragmática e equiparação de atributos relevantes para os objetivos fixados para a tipologia. Assim como a classificação desenha como que uma rede de denominações, ordenando-as, a tipologia oferece significado aos nomes, tornando descritível o objeto em estudo.⁶

¹ Paul de BRUYNE et alii. *Dynamique de la recherche en sciences sociales; les pôles de la pratique méthodologique*. Paris. PUF. 1974, p. 166.

² Cf. John C. MacKynney. *Typification, typologies and sociological theory- "Social forces"*. CHAPEL HILL. The University of North Carolina Press, p. 3.

³ Idem, ibidem, p. 3.

⁴ P. de Bruyne. Op. cit., p. 166.

⁵ Ronald Abter et alii. *Spadaí organization; the geographers view of the world USA*, Prentice-Hall. 1971, p. 151.

O problema fundamental nos dois processos correlatos de classificação e tipificação é a definição dos critérios pertinentes de discriminação que permita uma divisão unívoca e representativa do objeto analisado. Afirma Bourdieu que a hierarquia estabelecida entre as coisas agrupadas apresenta uma ordem cujos fundamentos devem ser buscados fora do sistema classificatório.¹ Ou, como afirma P. de Bruyne: "Um simples espírito de ordenação e classificação não é a garantia única da cientificidade da análise; para assegurar esta cientificidade, devemos interrogar-nos sobre os princípios dos seccionamentos em que se baseia a análise".²

Poucas tipologias explicitam esta problemática. Coloca-se aí o problema da hipótese que orienta as análises, ou o da teoria que sustenta a tipologia: "Faltando tais hipóteses, diz Mempel, análise e classificação são cegas".³

O processo utilizado normalmente na construção do quadro tipológico é o da redução. Consiste em identificar, pela combinação de um grande número de formas, alguns tipos fundamentais, negligenciando as classes mais raras e aproximando as classes comparáveis, pela associação das diferentes dimensões independentes com valores precisos para cada uma delas, que constituem, assim, um quadro analítico.⁴ Os fenômenos sociais são únicos na sua ocorrência no espaço e no tempo; para torná-los inteligíveis e explicáveis devem ser reduzidos através de conceituações. Esta redução acarreta, todavia, o inevitável empobrecimento do fenômeno social na sua singularidade e na complexidade das relações que devem ser analisadas e explicadas.

Para alguns autores, a noção de tipo implica a noção de história, pois o funcionamento de um segmento particular depende da inter-relação histórica dos fatores que o determinam e afetam. Tratando, então, com conjuntos parciais de formas de educação, deve-se ter presente que a organização dessas formas adaptam-se às mudanças do campo social mais amplo a que pertencem. E a integração das diversas formas, entre si e com os demais componentes sociais, é um processo histórico.⁵

2.2. Tipologias da educação extra-escolar

Pela própria situação dos estudos sobre o tema, as tipologias existentes sobre a educação extra-escolar são ainda tentativas preliminares, elaboradas em função dos objetivos visados pelas pesquisas ou pelas reuniões onde foram apresentadas. Pode-se relacionar, nesse nível, duas propostas conhecidas:

a) do IPE — Institut International de Planification de l'Éducation

Apresentada por A. Calaway no "Seminário sobre a Planificação da Educação Extra-Escolar em vista do Desenvolvimento", realizado em Paris, de 13 a 21 de dezembro de 1971. distingue apenas duas categorias principais, correspondentes, segundo o Autor, tanto às preocupações essenciais dos países em via de desenvolvimento como à prática corrente, adotada pela UNESCO: o ensino extra-escolar para jovens e o ensino extra-escolar para adultos. A tipologia proposta adota, então, como critérios, o tipo de curso e atividades e o nível profissional do aluno, a variedade dos agentes responsáveis e o conteúdo do ensino, chegando à seguinte formulação:⁶

¹ Pierre Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva. 1974. p. 15.

² P. de Bruyne. Op. cit., p. 167.

³ P. de Bruyne. idem. p. 168.

⁴ Cf. BARTON, in Boudon e Lazarsfeld. citado por Paul de Bruyne. Op. cit., p. 172.

⁵ Cf. Eric. R. Wolf. *Una tipologia del campesinato latinoamericano*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1977, p. 25.

⁶ Cf. UNESCO, La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement: rapports et communications presentes au Séminaire tenue à l'Institut International de Planification de l'Education. Paris, UNESCO/IPE. 1972.

I — *Ensino extra-escolar para os jovens*

A. Preparação para uma profissão:

- cursos destinados àqueles que não receberam nenhuma ou pouca instrução teórica (cursos extra-escolar de alfabetização e de cálculo, instrução cívica e ensino profissional);
- cursos destinados a aumentar a instrução geral ou pré-profissional (ensino primário superior ou secundário superior nas escolas de secretariado e oficinas técnicas não oficiais; formação técnico-militar);
- estágios de pré-emprego organizados por sociedades comerciais ou organizações beneficentes; cursos por correspondência.

B. Formação no trabalho:

- aprendizagem em pequenas ou médias empresas (artesanato ou pequenos negócios montados em aldeias, cidades ou aglomerações, tais como: carpintaria, mecânica, alfaiataria, trabalhos ligados à construção civil, imprensa);
- aprendizagem em grandes empresas (agricultura, indústria ou serviços dirigidos pelos governos ou empresas privadas);
- cursos para jovens trabalhadores, geralmente a curto prazo, que ampliem o ensino pré-profissional ou a aprendizagem; formação de jovens agricultores e programas de obras sociais.

C. Ensino visando ao desenvolvimento comunitário:

- atividades de grupo fora da escola (clube de jovens agricultores, associação de aprendizes que, além de seus objetivos sociais, desenvolvem o sentido do comando e a consciência das responsabilidades cívicas e podem também ser orientados para um aperfeiçoamento das capacidades profissionais);
- programas nacionais de serviço de juventude (oferecendo ensino geral, cívico ou técnico, e possibilitando aos jovens colaborar com o desenvolvimento nacional de maneira organizada e disciplinada por um serviço comunitário, particularmente nas zonas rurais) nos países da África, Ásia e América Latina. (Por exemplo: Jovens Pioneiros, Serviço Nacional da Juventude, Movimento da Juventude, Ação de Renovação Rural, Serviço Cívico).

II — *Ensino Extra-Escolar para Adultos*

A. Ensino especializado e educação permanente para operários qualificados e especializados:

- formação de inspetores e funcionários para trabalhar no campo (serviço de desenvolvimento agrícola e administrativo, higiene, pesca, silvicultura e projetos rurais integrados; cooperativismo, desenvolvimento comunitário e animação rural);
- ciclos, habitualmente de curta duração, visando à melhoria das capacidades de gestão e outras capacidades profissionais, assim como de competências técnicas;
- formação no trabalho, ou reciclagem para manter os profissionais atualizados nas técnicas contemporâneas.

B. Educação de adultos que receberam pouca ou nenhuma formação escolar:

- cursos destinados a suprir as carências de instrução (alfabetização e cálculo, educação cívica; programas de alfabetização funcional, combinando o ensino da leitura com a aquisição de novas técnicas);
- cursos de melhoria do rendimento (ciclos organizados pelo governo ou por instituições beneficentes com a intenção de fixar os agricultores em seu lugar de residência; cursos noturnos ou diurnos, de curta duração, para o aperfeiçoamento)

mento das competências técnicas dos artesãos ou da capacidade de gestão dos pequenos comerciantes);

- serviços de desenvolvimento da agricultura e das pequenas empresas atingindo os agricultores, os operários qualificados e os artesãos sobre seu lugar de trabalho e respondendo a problemas particulares.

C. Ensino visando ao desenvolvimento comunitário:

- serviços educativos com o objetivo de encorajar os esforços pessoais das comunidades (organizados pelos governos ou organizações beneficentes, por intermédio das autoridades centrais das aldeias ou de grupos de afinidade e associações religiosas ou profissionais, comportando formação para a Planificação ou à execução de projetos, tais como centros comerciais, centros comunitários, estradas, maternidades e clínicas);
- cursos de higiene, de saúde pública, de dietética e de puericultura para as mulheres; educação de adultos para a Planificação familiar;
- educação de grupos locais, encorajando os esforços comunitários: associação de operários, de agricultores ou associações cooperativas.

b) O INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES IN EDUCATION, da Michigan State University, por sua vez, utiliza a seguinte classificação das atividades não-formais:

- a) como resposta imediata às exigências econômicas e sociais;
- b) nos programas regionais e nacionais de desenvolvimento;
- c) para os excluídos dos programas formais, isto é, para as populações pobres, isoladas, rurais e analfabetas;
- d) para o treinamento empresarial;
- e) para as mudanças dramáticas nas condições econômicas, demográficas e ecológicas;
- f) nas estruturas não-educacionais adaptadas às atividades educacionais;
- g) como apoio educacional às atividades não-educacionais.

uma sistematização das tipologias possíveis e existentes é feita por P. Furter, no documento apresentado ao "Seminário sobre o Estudo das formas de Educação Extra-Escolar no Brasil". A partir do modelo adotado pelo IED — Institut d'Études du Développement, de Genebra, que considera cinco fatores determinantes num programa de Educação Extra-Escolar — a saber: clientela, origem, agentes, recursos e formas de intervenção —, Furter distingue cinco modelos de tipologia, exemplificando cada um deles com resultados das pesquisas realizadas pelo ICED — International Council of Education Development, dirigido por P. H. COOMBS.¹ São eles:

1º Tipologia em função das clientelas

Importantes porque normalmente a educação extra-escolar não é obrigatória. Exige a distinção entre a clientela potencial, referida nos planos e projetos e documentos oficiais, e as clientelas reais, que participam efetivamente dos programas.² Pode exigir, ainda, para uma análise aprofundada, o recenseamento rigoroso das clientelas

¹ Pierre FURTER. *Existe a formação extra-escolar?* Op. cit., p. 16-31.

² Cf. Pierre FURTER. A quem se dirige a educação de adultos? Análise qualitativa das clientelas do desenvolvimento cultural. In: Educação permanente e desenvolvimento cultural. 2ª ed.. Petrópolis. Vozes, 1974. p. 157-68. Situa-se bem aqui a análise da faixa etária definida como prioritária pelo MOBRAL, por exemplo, e a idade média dos alfabetizandos, como foi feito por Nair Speranza e sua dissertação de mestrado na PUC/RJ: A clientela do MOBRAL, suas características sócio-econômicas (Rio. MOBRAL, 1974 — COLEÇÃO MOBRAL. 7). retomada por Cláudio de Moura Castro no relatório sobre "O MOBRAL e a Alfabetização no Brasil" (Brasília. IPEA/CNRH. 1974. 51 p.).

reais. O conhecimento da distribuição geográfica da clientela — seja com relação ao meio ou à zona a que se destina o programa, seja pela residência dos participantes — permite uma abordagem geocultural que pode ser interessante. É mais freqüente, no entanto, a análise dos programas em função dos setores da economia ou das situações sócio-econômicas.¹

Nesse sentido, foi elaborado por P. H. Coombs, uma classificação das ocupações de base para o setor rural, bem como suas correspondentes necessidades de aprendizagem e, a partir dela, uma classificação dos programas segundo o tipo de resposta fornecida a cada um dos grupos determinados.²

Pode-se discutir ainda, com relação às tipologias em função das clientelas, a questão da "apropriação institucional" das intervenções educativas: os programas concebidos como universais não estarão na verdade privilegiando minorias? Afinal, quem determina o caráter da intervenção? Está presente para os responsáveis (agentes) a necessária interdisciplinaridade de uma ação social? E, ao nível das características individuais dos participantes, os programas são apenas formas renovadas de recrutamento, de condicionamento, de mobilização pela persuasão ou, ao contrário, "através das intervenções — e às vezes apesar delas —, uma promoção do humano no homem é realmente visada? Em outras palavras, como se efetua a passagem da formação coletiva a uma necessária independência e autonomia na autodidaxia"?³

Em particular, podem ser elaboradas tipologias fundadas sobre as características individuais dos participantes. São as mais comuns, em função da idade, do sexo, da formação ou experiência anterior.

2º Tipologias em função dos agentes

Enfatizando o interesse dos promotores, classifica os programas segundo os organismos responsáveis e sua filiação administrativa ou institucional. Distinguem-se normalmente as atividades governamentais, as iniciativas privadas não lucrativas e as empresas lucrativas. Alguns autores consideram também os grupos subversivos, que vão desde os movimentos terroristas até os movimentos de libertação. Na área governamental, como chama a atenção Furter, convém distinguir a filiação dos agentes e das agências aos diversos Ministérios, evidenciando que, nos diversos países, a maioria dos programas não dependem do Ministério da Educação. O documento citado exemplifica essa tipologia com o inventário parcial dos principais programas do Quênia, classificados segundo os organismos responsáveis, também ele elaborado por colaboradores do ICED.

3º Tipologias em função da origem dos programas

Embora muito raras, essas tipologias permitem distinguir os programas de inspiração e raízes nacionais (autóctones, em alguns casos) daqueles importados (seja pelas tendências das instituições multinacionais ou bilaterais, seja pelas próprias instituições nacionais) e das diversas inovações locais recentes. Em alguns casos, tal classificação pode revelar os diferentes interesses envolvidos em determinados programas, que podem condicionar inclusive objetivos, metodologia e mesmo conteúdos. Privilegia, ainda, a análise histórica dos programas, que se tem revelado bastante fecunda.⁴

No caso brasileiro, é extremamente importante e atual uma análise dos programas realizados para e às vezes com as populações das periferias dos grandes centros urbanos, assim como um estudo específico das formas de educação não-escolares no meio rural.

² No texto em questão. Furter reproduz três exemplos retirados dos relatórios de pesquisa do ICED (Ver Forum Educacional 1. p. 19-23. Quadros 4. 5 e 7).

³ Pierre FURTER. Op. cit., p. 30.

* Um exemplo bem-sucedido dessa análise é o texto 'As atividades em educação popular', de Aida Bezerra, publicado em Educação Popular (Suplemento 17 do Boletim CEI, abril de 1977), particularmente no que diz respeito à extensão rural e ao desenvolvimento comunitário.

4º Tipologias em função das formas de intervenção

Destacando-se as características institucionais dos programas, pode ser importante analisar se a intervenção é fortuita ou permanente; se os apoios logísticos são suficientes; assim como examinar os tipos e os "status" dos agentes (profissionais ou voluntários etc.) e dos meios e métodos utilizados. Em termos de avaliação, segundo Furter, é posta em questão aqui toda a coerência das relações entre mestre/aprendiz, aprendizagem/avaliação, sanção/gratificação, estilo pedagógico/contexto.¹

5º Tipologias em função dos recursos

Além de distinguir as fontes dos recursos, que reforça as tipologias segundo as agências e as origens dos programas, é importante verificar a natureza, a regularidade e a continuidade dos mesmos recursos, tanto financeiros quanto humanos. A própria análise de custos pode evidenciar que as formas gratuitas ou voluntárias de colaboração podem ser viáveis apenas se garantidos o transporte e a manutenção (hospedagem e alimentação) e os gastos eventuais dos agentes, que em geral são altos.² As fontes de financiamento, por outro lado, explicitam a origem dos programas e condicionam ou reforçam as formas de intervenção. Por outro lado, a estratégia de transformação de um financiamento assegurado 'de fora' (seja por agência internacional ou nacional) em autofinanciamento diz respeito, não raro, à própria autenticidade e viabilidade do programa, tal como foi concebido.

2.3. Tipologias sobre formas de participação social, situações de alfabetização e educação popular

São conhecidos ainda outros estudos tipológicos, para situações mais definidas, mas metodologicamente muito férteis para o tema em questão.

Destacam-se, entre elas, dois trabalhos de A. Meister:³

- a) tipologia da participação provocada, a partir de pesquisa realizada na Argentina em 1961-64; e
- b) tipologia das situações de alfabetização, elaborada com vistas à avaliação do PEMA — Projeto Experimental Mundial de Alfabetização Funcional, da UNESCO, em 1972.

A. Meister, com base em estudos anteriores, havia estabelecido cinco tipos de participação: de fato, voluntária, espontânea, provocada e imposta. A partir da pesquisa feita no meio rural argentino, distinguiu seis grandes enfoques da participação provocada. Sintetizamos esses enfoques, em primeiro lugar para exemplificar o método e, em segundo, pela proximidade como o tema em estudo:

- a) *Difusão de procedimentos técnicos, vulgarização ou extensão*, principalmente de procedimentos agrícolas (métodos agrícolas): a ação de vulgarização baseia-se essencialmente na informação e na captação da confiança dos indivíduos, condições prévias à adoção por eles de certas técnicas que os animadores externos (estranhos ao meio) julgam oportuno (desejável) fazê-los adquirir. uma tal ação pode, às vezes, conduzir a outros enfoques de participa-

¹ Pierre FURTER. Op. cit., p. 31.

² É bem o caso do Projeto Rondón, no caso brasileiro.

³ Albert MEISTER. *Participation, animation et développaint*. (Paris, Anthropos. 1969) e *Alphabétisation et développement — le rôle de l'alphabétisation fonctionnelle dans le développement économique et le modernisation* (Idem. idem, 1973).

ção provocada (trabalho social e desenvolvimento comunitário de melhoria).

- b) *Trabalho social*, sobretudo no seu aspecto de trabalho de grupo, por oposição às intervenções individuais (case work): de origem principalmente urbana, o trabalho social de grupo suscita a participação dos usuários (de um centro social ou comunitário, por exemplo) ou dos clientes do serviço social, tendo em vista tarefas coletivas de caráter social, educativo ou de lazer. O trabalho social merece nossa atenção não só pela influência que exerceu sobre as origens do desenvolvimento comunitário, como também pela grande proporção de trabalhadores sociais entre os especialistas e animadores do desenvolvimento comunitário; as preocupações antes sociais que econômicas de desenvolvimento comunitário procedem, em parte, desta origem de seus animadores.
- c) *Desenvolvimento comunitário de melhoria*: que suscita ações coletivas com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e/ou de vida de um determinado meio. Muitas vezes, quando se apoiam em grupos locais (por exemplo, instrução profissional agrícola em um clube de jovens agricultores ou curso de economia doméstica em um clube feminino) as atividades de extensão conduzem a ações de melhoria. Mais do que desenvolver a comunidade local, o desenvolvimento comunitário de melhoria se propõe organizar, coordenar os diferentes grupos e atividades sociais e educativas: no meio urbano norte-americano este tipo de desenvolvimento comunitário é geralmente designado com o nome "community organization", ou coordenação dos serviços e atividades de assistência social e de caridade. Seja urbano ou rural, este tipo de desenvolvimento comunitário enfatiza a organização da realidade existente, sua melhoria, mas nunca sua transformação estrutural. A coordenação das atividades e dos grupos recebe, muitas vezes, o nome de Planificação; trata-se, contudo, de uma Planificação social e não de Planificação e de planos econômicos, como nos enfoques que se seguem.
- d) *Desenvolvimento comunitário de transformação*: ligado a um projeto e/ou a planos de transformação das estruturas econômicas e sociais do meio, mais extenso (região, nação) que nos enfoques precedentes. Na medida em que não se acomoda a uma realidade e não se limita a melhorar as condições de vida, este tipo de desenvolvimento comunitário não pode se esquivar de tomar posições políticas: de fato, ele está muitas vezes ligado a um partido político, do qual constitui a organização de mobilização popular para as tarefas de natureza econômica. Na América Latina, os programas comunitários em geral passaram do estágio de experiências voluntárias em comunidades locais isoladas ou em zonas limitadas, ao estágio de planos nacionais, chegando-se mesmo à integração progressiva destes planos na função pública (recuperação). Em outros países ou continentes é necessário assimilar programas que não se esquivaram ao problema das transformações estruturais e a um enfoque conflitual, visto que toda estrutura está ligada a um poder (exemplos dos Estados Unidos e da Índia).
- e) *Animação rural*: representa mais que uma versão francesa do desenvolvimento comunitário. Em seu conjunto, ela pretende ser uma articulação dos poderes públicos com a organização popular com a finalidade de associar os habitantes às ações governamentais de desenvolvimento. Seus programas principais são africanos (Senegal, Madagascar, Níger) e constituem o complemento das intervenções técnicas e econômicas governamentais. Estreitamente ligados aos partidos no poder, os programas de animação aproximam-se bastante, no

plano da metodologia das atividades, do "agit-prop", do qual falaremos a seguir. Contudo, a filosofia expressa pelos criadores e "doutrinadores" (teóricos) da animação rural, se parece bastante, se bem que em outra linguagem, com a do desenvolvimento comunitário de melhoramento, no sentido de crer na possibilidade de um desenvolvimento harmonioso, reconciliador dos homens e de seus conflitos. Muitas vezes a animação é do tipo setorial, como por exemplo o desenvolvimento da cooperação agrícola, na qual a cooperação "animada" é considerada como "instrumento trabalhista do desenvolvimento" (exemplos da América Latina e do Canadá).

- f) "*Agit-prop*", ou *agitação-propaganda*: método de luta revolucionária e de construção socialista. Diferentemente dos enfoques precedentes, a filosofia em que se baseia o "agit-prop" concede um lugar preeminente ao conflito, não se propondo ao diálogo ou à reconciliação entre diferentes classes ou camadas sociais, mas a tomada de poder por uma delas.

A partir desses enfoques, A. MEISTER constrói uma tipologia com base nos seguintes critérios:

- a) tipos de intervenção, que inclui o grau de diretividade, o número de indivíduos atingidos e sua qualidade;
- b) características metodológicas;
- c) bases ideológicas;
- d) organização sobre o terreno;
- e) estruturação das intervenções.

A tipologia das situações de alfabetização, por sua vez, é construída sobre três parâmetros:

- a) o grau de tradicionalidade/modernidade dos modos de produção;
- b) o grau de "voluntarismo" na execução e na aplicação dos programas de desenvolvimento;
- c) o grau de ligação e funcionalidade entre os programas de desenvolvimento econômico e as atividades de alfabetização.

Esses parâmetros combinados permitiram a MEISTER obter uma tipologia de oito situações. Dessas, o autor destaca quatro, para avaliação dos programas do PEMA:

- a) as situações rurais não modernas, marcadas pela ausência ou pela fraca influência de um voluntariado do desenvolvimento econômico, com ou sem funcionalidade;
- b) as situações rurais em vias de modernização e marcadas por um voluntariado do desenvolvimento, com ou sem funcionalidade;
- c) as situações industriais de crescimento voluntário, com ou sem funcionalidade;
- d) as situações de marginalidade urbana, com ou sem funcionalidade.¹

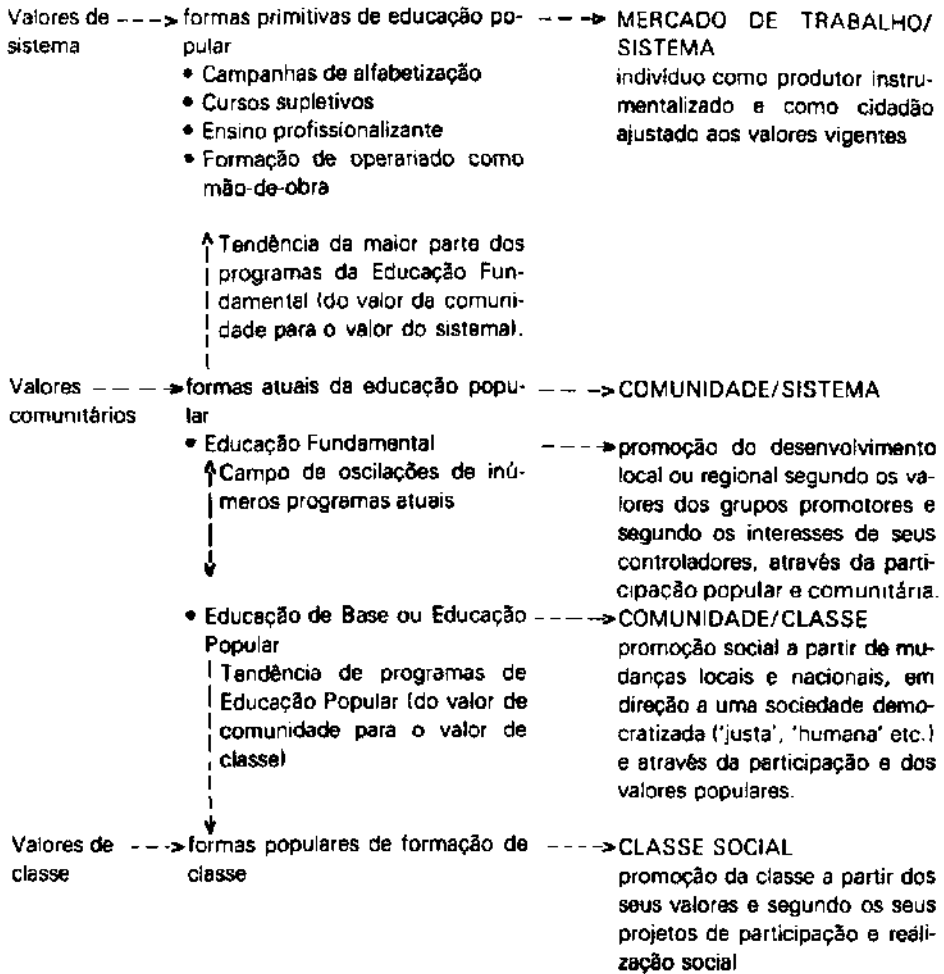
O terceiro estudo é do brasileiro Carlos Rodrigues Brandão, que propõe uma tipologia da Educação Popular na América Latina. Segundo o próprio Autor, o estudo "tem a ambição de procurar uma ordem teórica onde, com certeza, ela não existe na prática. Debaxo de alguns títulos: "educação de adultos" estão escondidas coisas iguais com nomes diferentes e coisas diferentes com nomes iguais".²

Reproduz-se, a seguir, o quadro-resumo das alternativas de educação popular proposto ao final desse estudo.

¹ Albert MEISTER. *Alphabétisation et développement: le rôle de l'alphabétisation fonctionnelle dans le développement économique et la modernisation*. Paris. Anthropos, 1973. p. 157-61 e 163-214.

² Carlos Rodrigues BRANDÃO. Da educação fundamental ao fundamental na educação. *Proposta*, Suplemento 1. set. 1977.

ALTERNATIVAS DE EDUCAÇÃO POPULAR



Cf. Carlos Rodrigues BRANDÃO. "Da educação fundamental ao fundamental na educação". *Proposta*. Suplemento 1. set. 1978. p. 45.

2.4. Tipologia da Educação Não-Formal no Brasil

Quanto ao caso brasileiro, localizou-se apenas um ensaio de tipologia sobre a educação não-formal, elaborado por Homero F. de Oliveira para a USAID, em 1972. Após rápida conceituação do extra-escolar, com base nos documentos do "Seminário sobre Planejamento da Educação Extra-Escolar em vista do Desenvolvimento", realizado pelo IIPE (1971), o autor propõe uma tipologia por atividades das (por ele consideradas) maiores organizações brasileiras que atuam na Educação não-formal, ou seja:

- A. TREINAMENTO VOCACIONAL E PROFISSIONAL
 PIPMO, SENAI, SENAC

- B. EXTENSÃO RURAL
ABCAR (hoje EMBRATER)
- C. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
ACB — Ação Comunitária do Brasil
FASE — Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
CNEG — Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*
- D. ALFABETIZAÇÃO.
MOBRAL
- E. TREINAMENTO DE PROFESSORES E GERÊNCIA
CENAFOR
- F. TECNOLOGIA EDUCACIONAL
PRONTEL

Cada uma dessas 10 organizações é apresentada brevemente (uma ou duas páginas cada), segundo o esquema:

- a) filiação e histórico
- b) objetivos e programa de ação
- c) metodologia de trabalho
- d) estrutura administrativa
- e) financiamento (fontes e verbas globais)
- f) planos futuros (expansão e melhoria do sistema)
- g) observações
- h) endereço e indicações do representante oficial.

Trata-se evidentemente de trabalho "encomendado", com vistas a eventual apoio técnico-financeiro de agências internacionais, até certo ponto concretizado na época.

* Incluída no relatório "em vista de sua ênfase na educação do indivíduo, através da colaboração da comunidade, e de seu conceito amplo e prático do processo educacional" (cf. p.23).

3.1. Definição dos tipos básicos

A análise dos programas inventariados e sua classificação possibilitaram a definição de nove tipos básicos, a maioria desdobrada em subtítulos, como é esquematizado abaixo:

- A. FORMAÇÃO PROFISSIONAL
 - A.1 Iniciação profissional
 - A.2 Aprendizagem e qualificação
 - A.3 Atualização, aperfeiçoamento e especialização
 - A.4 Capacitação e treinamento
 - A.5 Desenvolvimento de pessoal
- B. EDUCAÇÃO DE BASE E INICIAÇÃO PROFISSIONAL
 - B.1 Alfabetização e educação continuada
 - B.2 Promoção humana e iniciação profissional
- C. EXTENSÃO RURAL
- D. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
 - D.1 Ação comunitária
 - D.2 Organização comunitária
- E. SAÚDE
 - E.1 Educação sanitária
 - E.2 Saúde comunitária
 - E.3 Higiene do trabalho e prevenção de acidentes
 - E.4 Reabilitação das condições de saúde
- F. FORMAÇÃO ARTÍSTICA
 - F.1 Educação pela arte
 - F.2 Iniciação às artes
 - F.3 Difusão artístico-cultural
- G. FORMAÇÃO DESPORTIVA E RECREAÇÃO
 - G.1 Iniciação à prática esportiva
 - G.2 Formação e treinamento desportivo
 - G.3 Esporte e recreação
- H. FORMAÇÃO RELIGIOSA
 - H.1 Iniciação religiosa
 - H.2 Formação religiosa
- I. MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E INFANTO-JUVENIS

Os tipos básicos serão sistematicamente apresentados, a seguir, pelos fatores de

análise: origem, clientela, forma de intervenção, agentes e recursos. Nem sempre, todavia, esses fatores poderão ser separados, embora sempre apareçam distinguidos. Observa-se, ainda, que os termos e designações foram incorporados à própria definição dos tipos e de seus subtipos.

A. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nos termos da Recomendação nº 150 da Organização Internacional do Trabalho, o conceito atual de Formação Profissional é bastante amplo:

"(...) desenvolver as aptidões humanas para uma vida ativa produtiva e satisfatória e, em união com as diferentes formas de educação, melhorar as aptidões para compreender individual ou coletivamente tudo o que for relativo às condições de trabalho e o meio social, e influir sobre ambos".¹

Registra-se também uma convergência cada vez maior entre os objetivos da orientação e formação profissionais, relacionados com a política e os serviços de emprego, e o novo modo de entender a educação — um processo contínuo, que não se esgota num determinado número de anos de estudos, mas que se estende por toda a vida — assim como com o reconhecimento de que outras agências e, em certa medida, toda a sociedade, desempenham funções educativas.

Em termos concretos, todavia, o entendimento corrente dos organismos públicos ligados ao trabalho, das empresas e das instituições por ela mantidas para desenvolver os programas de Formação Profissional ainda elaboram sobre um conceito mais restrito: a capacitação e a qualificação de uma pessoa para que exerça um emprego, seja ou não pela primeira vez,, assim como a atualização, aperfeiçoamento, especialização ou readaptação daqueles já empregados.

É dentro dessa perspectiva que é desenvolvida a Formação Profissional no Brasil, compreendendo as seguintes faixas:

- a) iniciação profissional
- b) aprendizagem e qualificação profissional
- c) atualização, aperfeiçoamento e especialização
- d) capacitação e treinamento profissional
- e) desenvolvimento de pessoal

A.1. *Iniciação profissional*

Entendida como as primeiras noções teórico-práticas fornecidas sistematicamente em cursos ou treinamentos, objetivando normalmente a introdução de mão-de-obra semiqualficada no mercado de trabalho.

O programa oficial mais forte nessa faixa, para o setor secundário, é o PIPMO — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, atualmente vinculado ao Ministério do Trabalho. Não é executivo; coordena os cursos e treinamentos e repassa as verbas para as diversas agências, como a Fundação Gaúcha do Trabalho, o SENAI, o MOBREAL etc, através de convênios.

A.2. *Aprendizagem e qualificação*

Tanto a aprendizagem, para os menores (14 a 18 anos), como a qualificação, para jovens e adultos (maiores de 18 anos), visam à formação metódica do profissional, realizadas em escolas, em centros de formação ou no próprio local do trabalho.

¹ Organização Internacional do Trabalho, *Recomendação nº 150*. aprovada pela 60ª Conferência Geral, em junho de 1975.

A aprendizagem é regulamentada por leis específicas, relativas ao SENAI¹ e ao SENAC.² A partir da Lei nº 5.692/71 e do Parecer nº 699 do CFE, os cursos de Aprendizagem e Qualificação, realizados nas Escolas do SENAC e nos Centros de Formação Profissional do SENAI, são considerados de Ensino Supletivo. Por sua estrutura, são formas escolares, embora tenham sistemáticas e metodologias próprias e se destinem a clientela específicas. Foram, pois, excluídos da classificação.

A.3. Atualização, aperfeiçoamento e especialização

São modalidades de formação destinadas a pessoal já qualificado. Encontram-se suas ações sistematizadas tanto nas agências de formação quanto nas escolas superiores e universidades. Tal como no item anterior, esses casos não foram considerados na classificação; mas incluíram-se os programas realizados nas próprias empresas.

A.4. Capacitação e treinamento

A capacitação indica um modo de ação menos definido que a aprendizagem e a qualificação. Pelos programas analisados, pode-se entender que ela visaria à semiquificação. Um bom exemplo dessa modalidade são os cursos realizados pelo SENAI, em convênio com o PIPMO (com duração de 360 horas, em geral), para o pessoal encaminhado pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra, e com diversas empresas, embora ainda realizado numa forma bastante próxima das escolares. Nas empresas, todavia, essa modalidade reveste-se de características próprias. E não raro o termo é empregado em relação à formação do próprio pessoal da instituição.

Quanto ao treinamento, visa sempre à preparação para ações específicas e determinadas. É de curta duração e seu conteúdo é essencialmente prático e operativo.

A.5. Desenvolvimento de pessoal

Pode ser entendido como um processo de aperfeiçoamento do pessoal já engajado na instituição, visando sua capacitação específica para compreender e resolver melhor os problemas dessa instituição. Embora possa incidir em todos os níveis, normalmente se dirige às chefias, em geral, e, em particular, ao nível gerencial, visando à melhoria do processo de tomada de decisões, que supõe alguma participação na gestão da empresa ou programa, mesmo por delegação de competência. A origem desses programas prende-se à aceitação dos princípios e teorias da organização; por essa razão, aparecem sistematizados apenas em grandes empresas.

A origem desses programas de Formação Profissional confunde-se com o próprio processo de industrialização, para o caso do setor secundário. No caso dos serviços, objetivam tanto responder às necessidades da modernização da sociedade, quanto remediar alguns desequilíbrios, basicamente procurando possibilitar às camadas da população obter formação para um emprego, ou um meio para complementar a renda familiar.

com relação às clientela, os programas de iniciação profissional atingem normalmente a população de baixa renda — jovens e adultos de ambos os sexos que vivem na periferia dos grandes centros ou nas cidades-pólo. (Não raro são um desdobramento do que se designa como educação de base, como veremos no tipo B.)

Quanto aos demais programas, a clientela é normalmente vinculada às empresas, ou está em via de ser admitida. Registra-se, todavia, a existência de programas amplos, funcionando em regime de cooperação com as empresas, como o coordenado pela ABES — Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, o CENAFOR e as Superintendências Regionais de Desenvolvimento, as Confederações e Federações da Indústria,

¹ Decreto-lei nº 4.048/42, modificado pelo Decreto-lei nº 4.936/42.

² Decreto-lei nº 8.621/46, complementado pelo Decreto-lei nº 8.622/46.

do Comércio e da Agricultura, o Plano Nacional de Treinamento de Executivos e o Plano de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa.

A forma de atuação das agências guarda uma grande proximidade com formas escolares: cursos, dados por instrutores, com duração em geral fixa, presença controlada e avaliação.

Nas empresas, todavia, foi registrada uma gama imensa de metodologias: desde a aula tradicional, até a televisão educativa; ao lado das formas já consagradas (séries metódicas, TWI etc), experiências com ensino por módulos e por correspondência (no IBAM, para os auxiliares das prefeituras, e na EMBRATEL, para o pessoal localizado ao longo das linhas de transmissão).

Quase todas as empresas mantêm sistemas de avaliação mais ou menos explícitos e sanções correspondentes, em geral baseados em critérios mais rígidos ou pelo menos mais restritivos que os dos sistemas de ensino. Neste caso, parece-nos válida a denominação "extra-escolar", como foi convencionalizada para fins desta pesquisa, e não aplicável a denominação "não-formal".

Os agentes da formação profissional são normalmente coordenadores, supervisores ou instrutores contratados pela própria agência ou empresa. É freqüente o caso de uma dupla função: trabalham numa empresa e são instrutores ou supervisores, o que garante uma orientação bastante próxima do trabalho concreto. O mesmo não parece ocorrer, todavia, nos cursos de iniciação profissional promovidos quase massivamente, como os do PIPMO, em alguns Estados.

Os recursos aplicados provêm quer dos próprios programas (PIPMO, ABES), ou das empresas, públicas ou privadas. Embora não se tenha podido conhecer mais de perto o problema dos recursos, pela simples observação dos orçamentos do SENAI e do SENAC e dos dados divulgados pela publicação SENAI-EMPRESAS, pode-se afirmar que os recursos empregados pelas empresas na formação de pessoal são vultosos. Esse aspecto, todavia, merece um estudo específico e obrigatoriamente comparativo.

B. EDUCAÇÃO DE BASE E INICIAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme foi indicado no Capítulo 1, o termo Educação de Base vem sendo revigorado nas atuais discussões sobre o extra-escolar, com um conteúdo novo, na medida em que associa um mínimo de educação e de formação profissional posta à disposição dos setores mais pobres da população para que participem mais ativamente do desenvolvimento, sobretudo econômico. Na verdade, as sociedades capitalistas em desenvolvimento estão criando um sistema massivo e dual de educação para as populações que não tiveram acesso à escola ou a abandonaram muito cedo, sistema esse complementar ou mesmo substitutivo do sistema de ensino regular.¹

B.1. Alfabetização e educação continuada

Em decorrência da Lei nº 5.692/71, esses primeiros conteúdos são considerados como de Ensino Supletivo e podem encaminhar para os exames de Suplência. De toda forma, esses programas — principalmente o MOBREAL, que aglutina a maioria dos programas municipais e se soma também aos esforços desenvolvidos nos quartéis, com os incorporados ao serviço militar, por exemplo — e o MEB podem ser considerados programas de massa. E têm suas origens na consciência da eliminação do analfabetismo e nas campanhas nacionais de alfabetização de adultos e adolescentes e de educação rural, iniciadas no Brasil em 1945,² ao lado das grandes campanhas de

¹ Cf. Banco Mundial. "Education sector working paper", 1974, citado por Tim SIMKINS em "La planification de l'éducation extra-scolaire: strategies et contraintes. PERSPECTIVES 8(2):201-12. 2º trim. 1978.

² Ver Osmar FÁVERO, sobre os conceitos de educação de base (retrospectiva da educação de base no Brasil através das campanhas e movimentos nacionais, organizados no período 1945-65, visando explicitar os conceitos fundamentais de educação com que trabalharam). PROPOSTA 2(8):32-49, set. 1978.

saúde e educação sanitária.¹

A clientela visada é normalmente de jovens e adultos, de ambos os sexos, das camadas carentes da população. Por deficiências da rede escolar do 1º grau, todavia, e por dificuldades outras encontradas pela população em idade escolar, os programas atingem também menores na faixa etária dos 10-14 anos, principalmente na zona rural.

Quanto aos recursos financeiros, o MOBRAL aumenta-se dos recursos captados através de parcela da Loteria Esportiva e deduções do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas. O MEB, desses recursos vinculados, através do Ensino Supletivo, e de recursos externos, mas em escala bastante inferior aos primeiros. A utilização de agentes locais voluntários (monitores) e a mobilização comunitária diminuem bastante o custo financeiro dos programas.

B.2. *Promoção humana e iniciação profissional/*

Programas desenvolvidos junto a camadas de baixa renda, atingindo jovens e adultos de ambos os sexos que vivem na periferia dos grandes centros ou de cidades-pólo. Possibilitam a iniciação profissional, através de treinamento, buscando atender, de um lado, a situação de vida dos beneficiários e, de outro, sua inserção no mercado de trabalho. No caso da população feminina, objetiva, na maioria das vezes, uma complementação da renda familiar, através de serviços feitos em casa (costura, culinária, artesanato etc.). A iniciação profissional é, portanto, desenvolvida em concomitância com a formação integral da pessoa, a partir de uma educação de base, por exemplo, e de sua integração social.

A partir dos casos estudados, pode-se afirmar que a maioria das agências locais que oferecem a alfabetização, o fazem numa perspectiva diferente que os programas de massa e no contexto mais radical da promoção humana e da organização comunitária. São exemplos significativos o MOC e o SIM, ambos de Feira de Santana, na Bahia, e o Banco da Providência, no Rio de Janeiro. Não se pode negar, todavia, que também o MEB guarda essa mesma dimensão em algumas ações que desenvolve junto às comunidades (grupalização), a partir da alfabetização e da educação integrada.

Os agentes atuam como profissionais, mas sua formação e experiência podem ser melhor colocadas na linha de instrutores-animadores. Tanto os agentes como as instituições que os mantêm atuam em função de princípios, em geral religiosos, que transcendem o meramente profissional. Assumem com os participantes do programa um certo compromisso, inclusive como testemunho daqueles princípios.

Os recursos mais significativos provêm de convênios com órgãos públicos (LBA, por exemplo), de ajuda externa (como no caso da FASE e do SIM), de campanhas e realizações diversas (como a feira anual que suporta financeiramente o Banco da Providência).

C. EXTENSÃO RURAL

Introduzida no Brasil nos anos 50 e realizada em plano nacional primeiro pela ABCAR — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e suas filiais estaduais, e hoje pela EMBRATER — Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, através de suas filiais (EMATER), assim como por órgãos regionais (CEPLAC, no Sul da Bahia, por exemplo) e por algumas Secretarias de Agricultura Estaduais (principalmente a do Estado de São Paulo), a extensão rural pode ser considerada uma

¹ Ver Isabel Fontenele PICALUDA e Nilson do Rosário COSTA. História e Saúde, e Ana Clara Torres RIBEIRO. Elementos conceituais desenvolvidos pela pesquisa Campanhas sanitárias e sua institucionalização — análise preliminar. Comunicações apresentadas à 29ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo, julho 1977.

das experiências pioneiras de educação extra-escolar e não-formal no meio rural brasileiro.

Fruto de bem sucedida experiência americana, transplantou métodos e técnicas de trabalho e a forma de organização cooperativa: os programas são apoiados, no caso dos governos federal, estadual e municipal. Diferentemente da experiência americana, no entanto — onde a função primordial era pôr ao alcance dos agricultores as informações obtidas pela pesquisa e experimentação, realizadas basicamente nas Universidades situadas em terras dos Estados —, a extensão rural caracterizou-se no Brasil como um serviço voltado para a obtenção de melhores condições de vida da família rural, através de uma atuação educativa e de um esforço de racionalização da produção. O sistema EMBRATER funciona, inclusive, como intermediário entre os proprietários e as agências financeiras (crédito supervisionado).

Seu objetivo principal é incentivar o aumento da produção e da produtividade agrícolas, mediante a introdução de novas tecnologias, do cultivo de novos produtos e da necessária melhoria da mão-de-obra e da capacidade empresarial dos proprietários rurais. Seus programas atingem fortemente o médio proprietário rural. Para os pequenos proprietários e arrendatários, a EMBRATER tenta realizar, atualmente, um programa de produção de alimentos e nutrição, em convênio com o INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

Atinge ainda comunidades e desenvolve várias atividades com a juventude rural, através dos clubes 4-S, inclusive capacitação de mão-de-obra jovem. Apoiá sistematicamente a ação de outras agências sociais que atingem o meio rural, principalmente a rede de ensino e as atividades de saúde.

Seus agentes — o extensionista rural e a economista doméstica, além dos especialistas — tiveram grande penetração no meio rural brasileiro. Desligado da pesquisa e da experimentação, todavia, a ênfase da ação educativa passou a ser a vulgarização de experiências tidas como verdadeiras.¹

Os recursos mobilizados provêm dos cofres públicos. São utilizados diretamente pelas Secretarias de Agricultura e pela CEPLAC, e canalizados para a EMBRATER pelo mecanismo de convênios já referido.

D. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O desenvolvimento comunitário supõe uma intervenção em determinado espaço e uma ação ampla, reunindo os esforços de um grupo ou de uma agência externa à mobilização dos grupos locais. Pode-se distinguir dois subtipos, conforme os objetivos e metodologias dessa intervenção:

- a) ação comunitária
- b) organização comunitária

D.1. *Ação comunitária*

Envolve um conjunto de programas propostos, e não raro diretamente realizados, por secretarias de estado, fundações ou órgãos públicos ligados às cooperativas habitacionais, favelas e núcleos de moradia provisórios, ou junto às populações periféricas das grandes cidades ou de cidades-pólo (como Feira de Santana, na Bahia, por exemplo). Procuram cobrir as áreas de saúde (higiene, assistência materno-infantil e pré-escolar), iniciação profissional para jovens e adultos, esportes e recreação, formação de liderança etc.

Mesmo correndo o risco de generalização, pode-se afirmar, a partir dos casos estudados, que a forma de intervenção é dirigida e pode ser caracterizada como de

¹ Maria Aida BEZERRA. As atividades em educação popular". In: Educação popular. CEI/Suplemento 17. Rio de Janeiro, Abril 1977. p. 42-56.

melhoria das condições locais (habitação, urbanismo, higiene, esportes e educação, e iniciação profissional).

Os agentes são em sua maioria profissionais, pagos pelos grupos ou agências responsáveis.

No caso dos organismos públicos, os custos previstos são normalmente altos, não só pelo pessoal envolvido mas principalmente pelos equipamentos comunitários a serem instalados e mantidos.

Os exemplos mais fortes de ação comunitária, em plano estadual e local, foram encontrados no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais.

D.2. *Organização comunitária*

Desenvolvida normalmente por agências privadas e sobretudo de origens religiosas, procura, em geral, partir da situação do grupo social, visando ajudá-lo a descobrir e situar os problemas locais e agir em conseqüência. Caracteriza-se como uma ação de transformação, normalmente a longo prazo, com base na dimensão educativa concretizada através de várias ações concretas, decididas e realizadas pelo próprio grupo.

Os agentes são profissionais e voluntários; sua ação supõe uma identificação com as populações e uma certa adesão ideológica ao programa.

Os custos são basicamente do pessoal, embora se canalizem recursos para os serviços e equipamentos necessários. Boa parte dos custos, inclusive, pode ser imputada aos próprios beneficiários.

Como exemplos de programas de organização comunitária, cita-se o Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana e o Serviço de Assistência Rural, criado pela Diocese de Natal, que realiza amplo programa junto às comunidades rurais do Rio Grande do Norte, desdobrado em uma série de programas educativos: alfabetização e educação integrada, educação política, educação cooperativa para artesãos, educação sanitária etc.

E. SAÚDE

Os programas de saúde podem ser desdobrados em quatro subtipos, a saber:

- a) Educação sanitária;
- b) Saúde comunitária;
- c) Higiene do trabalho e prevenção de acidentes; e
- d) Reabilitação das condições de saúde.

E.1. *Educação Sanitária*

Colocam-se nessa faixa todos os programas de saúde e higiene, alimentação e nutrição, desenvolvidos junto a grupos ou populações carentes, quer como programas específicos, quer integrados com outros programas mais amplos, principalmente alfabetização e educação fundamental, extensão rural e desenvolvimento comunitário.

Os programas de educação sanitária têm uma dupla origem. Quando integrados em programas mais amplos, iniciaram com eles, como uma de suas dimensões. Em termos de prevenção e combate a doenças endêmicas, nasceram como campanhas ou serviços nacionais (Departamento Nacional de Endemias Rurais, Campanha de Erradicação da Malária, Serviço Especial de Saúde Pública etc), também na década de 40 e também como conseqüência do propósito de intervir nos setores sociais básicos, em áreas consideradas como de pré-investimento para o crescimento econômico.

Em sua maioria, são realizados por instituições da área de educação ou bem-estar social, envolvendo a nível profissional ou voluntário, professores, animadores, assistentes sociais etc. Quando promovidos por agências específicas do sistema de saúde, porém, envolvem profissionais da área. Do levantamento efetuado, podemos citar

como exemplos do primeiro caso: MOBRAL. MEB. FASE, MOC, ABES, assim como os órgãos que trabalham com os núcleos habitacionais: INOCOOP e COHAB.

Os recursos são oriundos dos cofres públicos, dos próprios órgãos de saúde ou repassados através da Legião Brasileira de Assistência, que se encarrega dos programas de atendimento a gestantes e nutrizas e à primeira infância.

E.2. *Saúde comunitária*

A origem desses programas localiza-se nas novas proposições de saúde pública, através da OMS — Organização Mundial de Saúde e da OPS — Organização Panamericana de Saúde. Sua introdução no Brasil, todavia, é mais recente — provavelmente a partir do final dos anos 60. São desenvolvidos nos bairros mais pobres, normalmente na periferia das capitais, e podem ser considerados, de certa maneira, como experimentais.

Em sua forma mais elaborada, esses programas visam a implantação de um serviço comunitário de saúde, que coordena: a) a promoção da saúde e proteção específica contra doenças (prevenção primária); b) o diagnóstico precoce, o pronto atendimento e a limitação de incapacidade (prevenção secundária); c) a reabilitação (prevenção terciária) das condições de saúde física, mental e social. Vêm o alcoolismo, as doenças mentais, a desnutrição de crianças, assim como a tuberculose e todas as doenças endêmicas infantis, como problemas sociais, procurando explicitar suas causas mais profundas e equacionar sua prevenção e tratamento na comunidade e com os grupos sociais diretamente envolvidos. É exatamente na forma de preparação e comprometimento da família, na organização do sistema de atendimento, inclusive no apoio das equipes de voluntários, que se explicita sua forte dimensão educativa, tanto para a população-alvo quanto para o próprio pessoal encarregado do serviço. Para ser eficaz, a ação é em si mesma educativa.

A organização é específica do setor de saúde pública. O único exemplo examinado foi, no Rio Grande do Sul, o Centro Médico-social São José do Murialdo, situado num bairro popular nos arrabaldes de Porto Alegre. Pôde-se compará-lo, todavia, com a ação desenvolvida por centros médico-sociais no Município de São Paulo.

E.3. *Higiene do trabalho e prevenção de acidentes*

Esses programas são de realização obrigatória nas empresas, por força de dispositivos legais, e acompanham grande parte dos programas de formação profissional. São realizados como cursos e implantados como serviços, nas empresas e instituições, promovidos e controlados pelos Ministérios do Trabalho e da Saúde e apoiados tecnicamente pelo FUNDACENTRO — Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Estendem-se também como campanhas, nos setores de transportes, desenvolvidos pelos órgãos específicos, como, por exemplo, as desenvolvidas pelo DNER, através dos meios de comunicação de massa, sobre os perigos do excesso de velocidade nas estradas e as campanhas de trânsito, em geral.

E.4. *Reabilitação das condições de saúde*

Finalmente, na quarta faixa, colocam-se os programas de reabilitação de saúde para portadores de deficiências congênitas ou adquiridas (paraplégicos, disléxicos, diafônicos, acidentados etc). Envolve um conjunto de ações médicas e psicossociais e se revelam como verdadeira e às vezes completa reeducação, tanto através de esportes, recreação, cultura e das ações específicas para a reintegração na vida domiciliar, familiar e profissional.

O exemplo mais notável, entre os casos estudados, foi encontrado na **ABBR** — Associação Brasileira Beneficente de Recuperação — instituição considerada como

padrão nacional, com similares em várias capitais, principalmente São Paulo. Há, no entanto, amplo programa desenvolvido pelo INAMPS, inclusive em termos de reaproveitamento do pessoal acidentado.

O pessoal é vinculado ao setor de saúde e previdência social. Os recursos são públicos, repassados mediante convênio para as instituições privadas. (No caso da ABBR, todavia, há anos ela se debate em crises financeiras.)

F. FORMAÇÃO ARTÍSTICA

Nos últimos 70 anos. tem-se localizado na área da arte-educação uma das formas mais renovadoras de educar na perspectiva do desenvolvimento integral da criança, do estímulo ao desenvolvimento individual e criador do homem e do reconhecimento e estudo de sua criatividade. No Brasil, somente a partir da Lei nº 5.692/71, a educação pela arte recebeu o devido estímulo legal, passando a integrar o currículo do 1º e 2º graus. No entanto, dentro dessa mesma perspectiva e mesmo em período anterior à referida Lei, encontravam-se na sociedade inúmeras iniciativas congêneres. O inventário dos programas das diversas instituições cadastradas configura a existência de três faixas, quando ocorre este tipo de educação extra-escolar, a saber:

- a) Educação pela arte
- b) Iniciação às artes
- c) Difusão artístico-cultural

F. 1. *Educação pela arte*

A origem dessa proposta educativa localiza-se na tomada de consciência do valor e da importância da arte como elemento essencial na formação integral do indivíduo, especificamente em sua dimensão criativa.

O levantamento preocupou-se apenas com os programas promovidos fora das escolas, por instituições públicas e particulares, normalmente com a estrutura de fundação, e por agências privadas, com interesse comercial. Normalmente são realizadas através das "escolinhas de arte", "centros de criatividade", "ateliers" e "oficinas". Dentre as primeiras destacamos: as Fundações Culturais do Maranhão, do Espírito Santo e de Curitiba (que mantém o Centro de Criatividade e o Museu Guido Viaro, entre outros), os Museus de Arte Moderna (do Rio de Janeiro e de São Paulo) e, principalmente, a Escolinha de Arte do Brasil, que funciona como cabeça de uma rede nacional de "escolinhas" congêneres.

As atividades são dirigidas a crianças e adolescentes, predominantemente nas cidades de grande e médio porte e principalmente nas capitais dos Estados. A natureza da instituição promotora condiciona o nível sócio-econômico da clientela: quando pública, atinge-se as classes média e baixa; quando privada, média e alta.

F.2. *Iniciação às artes*

Os programas dessa faixa originam-se na necessidade de atender à demanda das classes média e alta, em geral da zona urbana. Normalmente são realizados através de cursos teórico-práticos, ou mesmo apenas práticos, atendendo a uma clientela de adolescentes, jovens e adultos. Os primeiros provêm normalmente das "escolinhas de arte", encaminhados pelos pais ou encaminhando-se voluntariamente. Os jovens e adultos, ou têm aspirações a se tornarem artistas, ou são professores da rede escolar, que se preparam para atuar na mesma faixa, ou profissionais que trabalham com arte-terapia, ou procuram os cursos como lazer e realização pessoal.

As agências são as mesmas citadas anteriormente, mas sente-se aqui muito mais o peso dos cursos de academias particulares, não raro orientadas por professores de renome, para a música, o canto, a dança etc. Os exemplos mais significativos estuda-

dos foram: o Centro de Criatividade de Curitiba. Museu de Arte Moderna e Teatro Amador "O TABLADO", no Rio de Janeiro.

Além da iniciação, localiza-se ainda nessa faixa, o aperfeiçoamento, a atualização e a especialização de profissionais e educadores, assim como os cursos preparatórios, geralmente particulares, para as carreiras artísticas nas academias e conservatórios.

F.3. *Difusão artístico-cultural*

Partindo do pressuposto de que na comunicação artística existem dois pólos a serem considerados: o artista e o apreciador, a difusão artístico-cultural aparece como sendo aquela cujo objetivo é formar o apreciador. Sem dúvida, a existência destes dois pólos supõe, em termos de formação artística, a necessidade de um preparo para enfrentar as duas posições. Do ponto de vista de formação do artista ou profissional, além do conhecimento da história da arte, são necessários o conhecimento e o domínio de materiais, dos instrumentos de trabalho e da técnica. Para o apreciador se faz necessário, também, um conjunto de informações de caráter histórico e técnico, de maneira a enriquecer a mera impressão empírica.

Assim, podem ser enquadrados nessa faixa programas normalmente designados de informação ou difusão cultural, com conteúdos sistematizados e objetivos bem definidos, pelo menos no pólo ligado à produção, e divulgados, por exemplo, pelo rádio e televisão educativa, ou mesmo pelas emissoras comerciais. Da mesma natureza são as conferências, os seminários sobre artes, os ciclos de conferências ou filmes, retrospectivas etc. Desse ponto de vista, também podem ser encaradas como de formação artístico-cultural as atividades específicas dos próprios museus, teatros, cinemas de *arte*, assim como programas de turismo e apresentação do folclore, desde que sistematizados e quando explicitam a dimensão educativa que lhes é inerente.

A clientela destes programas é constituída, regra geral, por públicos não controlados.

G. FORMAÇÃO DESPORTIVA E RECREAÇÃO ORIENTADA

A atividade física, tal como a artística, tem sido reconhecida universalmente como um meio educativo capaz de contribuir decisivamente na formação integral do indivíduo. Por esta razão, no âmbito dos sistemas de ensino regular, em todos os níveis e ramos, se encontra a prática destas atividades sob a denominação de "educação física e desportiva".

Entre nós, a educação física foi objeto de um diagnóstico, levado a efeito através de um convênio firmado em 1969 entre o CNRH-IPEA e a então Divisão de Educação Física do MEC. Os resultados deste trabalho foram utilizados na elaboração da Política Nacional e do Plano Nacional de Educação Física e Desportos para o período 1976-1979¹. Assim, ao contrário da educação artística, a educação física e desportos já constitui objeto de planejamento por parte do Estado, nas seguintes áreas de atuação: educação física e desporto infantil, desporto de massa e desporto de alto nível. Isto significa que, ao nível da formação desportiva, já existe por parte do governo um esforço no sentido de organizar as atividades específicas do setor. O Plano não só trata da educação física e desportos no âmbito dos sistemas educacionais de ensino regular, como também das atividades desenvolvidas no espaço extra-escolar, por entidades desportivas diversas.

O levantamento feito indicou a presença de programas do tipo formação desportiva e recreação orientada em três diferentes faixas:

a) Iniciação à prática desportiva

¹ Ver Plano Nacional de Educação Física e Desportos — PNED 1976-79. MEC. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília. 1976.

b) Formação e treinamento desportivo de atletas e equipes

c) Esporte e recreação

G.1. *Iniciação à prática desportiva*

Os programas dessa faixa destinam-se a crianças, adolescentes e adultos que desejam praticar alguma modalidade de esporte de maneira sistemática, sem contudo pretender ir além do exercício físico proporcionado pela atividade. São os cursos de natação, ginástica rítmica, judô, jogos de mesa e salão etc, continuamente oferecidos pelos clubes, academias, entidades desportivas estaduais e municipais, a Associação Cristã de Moços etc.

A clientela é basicamente determinada pelo interesse e normalmente é exigida assiduidade pela agência.

G.2. *Formação e treinamento desportivo*

Cobre todas as modalidades de esporte: atletismo (natação, corridas e saltos etc); jogos (futebol, basquetebol, vôlei etc); jogos de salão (futebol, pingue-pongue, xadrez, dama etc.) e outras práticas desportivas (como alpinismo, iatismo, sky e skate, vôlei livre, tiro ao alvo etc).

As agências promotoras são as mesmas da primeira faixa e ainda as federações específicas (iatismo, alpinismo etc), algumas universidades e corporações militares. A clientela é constituída por adolescentes e adultos, normalmente originários da faixa descrita anteriormente. São indivíduos que optam pela prática de esportes na perspectiva de competição ou mesmo de lazer, mantendo compromissos com a instituição ou com o grupo. São desenvolvidas individualmente (atletas) ou em equipe, dependendo da modalidade esportiva.

Essas atividades vêm sendo cada vez mais controladas pelo Estado, recebendo assistência e estímulo cada vez maiores.

G.3. *Esporte e recreação*

Tendo como principal finalidade o lazer orientado, os programas de esporte e recreação são desenvolvidos nas colônias de férias, nos parques e jardins das cidades, nos centros desportivos municipais etc. As agências promotoras são as divisões de recreação e lazer das Prefeituras municipais, as fundações culturais e as corporações militares, assim como o SESI e o SESC, Confederação das Bandeirantes e União dos Escoteiros, em plano nacional. Algumas instituições particulares, em geral ligadas a igrejas, mantêm ainda acampamentos e colônias de férias, em geral na região serrana (Campos de Jordão, Teresópolis etc).

A clientela é voluntária, das diversas camadas sociais e constituída de crianças, adolescentes e adultos.

Quanto aos recursos para o desenvolvimento das três faixas descritas, provêm da própria clientela (clubes e academias), ou de dotações governamentais (federais, estaduais ou municipais), ou de contribuições vinculadas (no caso do SESI e SESC). Os profissionais envolvidos são geralmente pessoas habilitadas em educação física ou recreação orientada.

Além das faixas descritas foram localizadas ainda, algumas formas sistematizadas mas totalmente espontâneas, como a ginástica de praia, a aprendizagem de jogos de xadrez etc, que mereceriam estudos mais detalhados.

H. FORMAÇÃO RELIGIOSA

Podemos desdobrar os programas classificados como de formação religiosa em dois subtipos:

- a) Iniciação religiosa
- b) Formação religiosa propriamente dita.

H.1. *Iniciação religiosa*

Pertence a este primeiro subtipo os programas de "religião" desenvolvidos nas escolas (inclusive públicas, por força de lei). como tipicamente extra-escolares, no entanto, destacamos, dentre os programas estudados, muitos de expressão local e nacional:

- a) catequese da Igreja Católica (preparação para a comunhão e a crisma) e os demais cursos de preparação para os sacramentos, tais como: cursos de noivos, padrinhos de batismo e crisma etc.;
- b) as escolas dominicais das Igrejas Evangélicas, destinadas ao ensino bíblico e doutrinário.

Pode-se prever a existência de programas equivalentes, mesmo sem a sistematização e expressão dos citados, em grande parte das confissões religiosas.

H.2. *Formação religiosa*

Nessa segunda faixa, colocamos toda ação educativa sistemática desenvolvida em função do magistério eclesiástico (por exemplo, o noviciado na Igreja Católica) e a própria formação dos grupos de fé, como os dos movimentos de juventude religiosa e das comunidades eclesiais de base.

Os agentes são voluntários ou remunerados, conforme o caso, e as fontes de recursos são variados.

I. MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E INFANTO-JUVENIS

Enquadram-se neste tipo o escotismo e o bandeirantismo; os grupos de jovens ligados às igrejas, inclusive aqueles designados como de "ação católica especializada" (JAC e JOC), de missão "evangelizadora". Todos se declaram explicitamente como movimentos educativos, cada um deles agregando um ou mais componentes que vão caracterizar sua especificidade.

Cada movimento visa determinada faixa de idade, arregimenta seus elementos em determinada camada ou classe social e desenvolve uma forma própria de ação, atividade e metodologias também específicas.

Tanto no caso dos movimentos educativo-religiosos e no escotismo e bandeirantismo, com exceção dos quadros dirigentes, os agentes são normalmente voluntários, desenvolvendo sua ação graciosamente ou recebendo apenas pequenas gratificações.

Os movimentos subsistem com contribuições públicas e privadas, inclusive internacionais. Praticamente todos têm raízes ou se ligam a federações internacionais, de onde provêm a inspiração e a metodologia original.

Embora não estudados sistematicamente nesta pesquisa, poder-se-ia agregar a este último tipo as "comunidades eclesiais de base", expressão dinâmica e vigorosa de uma nova linha de ação pastoral da Igreja Católica. Não se conseguiram, no entanto, elementos suficientemente fortes para justificar essa reunião, e, em consequência, redefinir o tipo, ampliando-o. Preferiu-se, então, deixar o problema em aberto.

3.2. **Construção do quadro tipológico**

como se afirmou, principalmente no item relativo ao método, o quadro tipológico é uma construção elaborada a partir das informações da realidade e à luz do referencial teórico.

Nessa construção procurou-se situar os programas da educação extra-escolar em relação a um duplo referencial:

- a) de um lado, tomaram-se os *níveis de institucionalização* dos programas em

relação: ao sistema de ensino, a outros sistemas da sociedade e, finalmente, a grupos sociais específicos.

- b) de outro lado, considerou-se a *relação prioritária* dos programas, sucessivamente: com o trabalho produtivo; depois, com a organização social, tomada em sentido estrito e polarizada ainda pelo econômico; e, finalmente, com a vida sócio-cultural.

Os resultados estão consubstanciados no quadro apresentado a seguir.

QUADRO TIPOLOGICO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL

<p>RELACÃO PRIORITÁRIA COM</p> <p>NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO</p>	<p>O TRABALHO PRODUTIVO</p>	<p>A ORGANIZAÇÃO SOCIAL</p>	<p>A VIDA SÓCIO-CULTURAL</p>
<p>EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE ENSINO'</p>	<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL Iniciação profissional Aprendizagem e Qualificação Atualização, aperfeiçoamento e especialização</p>	<p>EDUCAÇÃO DE BASE E INICIAÇÃO PROFISSIONAL Alfabetização e educação continuada Alfabetização e educação de base SAÚDE Educação sanitária</p>	<p>FORMAÇÃO ARTISTICA Educação pela arte FORMAÇÃO DESPORTIVA Educação física</p>
<p>EM RELAÇÃO A OUTROS SISTEMAS</p>	<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL Treinamento profissional (inclusive aprendizagem no local de serviço) Capacitação profissional Desenvolvimento de pessoal SAÚDE Higiene no trabalho e prevenção de acidentes EXTENSÃO RURAL (Enquanto dirigida ao proprietário rurali</p>	<p>EDUCAÇÃO DE BASE E INICIAÇÃO PROFISSIONAL Formação humana e iniciação profissional Educação de base e integração comunitária Formação para o artesanato DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO Ação comunitária EXTENSÃO RURAL (Ação dirigida à família e outras agências sociais) SAÚDE Saúde comunitária Reabilitação das condições físicas e mentais</p>	<p>FORMAÇÃO ARTISTICA Educação pela arte Iniciação às artes Difusão artística FORMAÇÃO DESPORTIVA Iniciação à prática desportiva Formação e treinamento de atletas e equipes LAZER Esporte e recreação Recreação orientada FORMAÇÃO RELIGIOSA Iniciação religiosa Formação religiosa MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E INFANTO-JUVENIS</p>
<p>EM RELAÇÃO A GRUPOS SOCIAIS</p>	<p>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL (PRINCIPALMENTE COOPERATIVO) MUTIRÃO (Para o plantio, trato ou colheita; farinha)</p> <p>APRENDIZAGEM NO TRABALHO ARTESANAL</p>	<p>COMUNIDADES DE BASE MUTIRÃO (Para a construção de habitação e benfeitorias) APRENDIZAGEM NO TRABALHO DOMÉSTICO</p>	<p>FORMAÇÃO ARTISTICA Organização de escolas de samba, blocos, ranchos Conjuntos de música Grupos de teatro FORMAÇÃO DESPORTIVA Organização de clubes Grupos de esportes e lazer Ginástica de praia</p>

Os programas desse nível são considerados ainda escolares ou para-escolares. Foram introduzidos, por um lado, para compor quadro e, por outro, para evidenciar a marcha progressiva da geração e/ou incorporação de novas formas educacionais pelo sistema de ensino.

Algumas observações sobre os resultados ajudarão a compreender melhor o quadro tipológico proposto. Assim:

A. Quanto aos *níveis de institucionalização*

a) O primeiro nível está bastante próximo das formas escolares. com certo rigor, alguns programas — como a aprendizagem de menores e a qualificação de adultos realizadas em certos centros de formação profissional, e os cursos de iniciação, atualização, aperfeiçoamento ou especialização — podem mesmo ser considerados escolares, pelo seu modo de realização e pelas funções que desempenham. Do ponto de vista administrativo, podem ser consideradas parassistemas (e o SENAI e o SENAC efetivamente assim foram considerados até a Lei nº 5.692/71). Também a alfabetização, seguida da educação integrada ou no contexto da educação de base ou da educação de adultos, tal como é realizada atualmente, sobretudo pelos movimentos oficiais ou que recebem financiamento governamental, está estritamente referida ao escolar. Equivalentemente, a educação sanitária, a educação pela arte e a educação física foram incorporadas parcialmente pelos sistemas de ensino, como iniciação.

b) No segundo nível, encontram-se as formas que melhor se enquadram no que foi definido como extra-escolar. Os responsáveis pela execução do programa não são mais escolas ou centros de formação, mas as próprias empresas, no caso da formação profissional, órgãos ou instituições específicas nos demais casos (conforme quadro referido).

c) No terceiro nível, finalmente, localizam-se aqueles programas fundamentalmente assumidos pelos próprios grupos sociais a que se destinam. Mesmo quando esses programas são apoiados por agentes externos aos grupos, a ação desses agentes ocorre na forma de assessoria, deixando aos próprios beneficiários a direção dos programas.

B. Quanto às *relações prioritárias com o trabalho produtivo*, na outra dimensão do quadro, pode-se identificar um "sistema de formação profissional" (excluídas quer a formação obtida no sistema regular, quer a obtida informalmente).

Em decorrência da Lei nº 6.297/75 — que permite às empresas a dedução, no imposto de renda, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, até o limite de 10% do lucro tributável — e por força do Decreto nº 77.362, de 1º de abril de 1976. foi instituído, no Ministério do Trabalho, o Sistema Nacional de Mão-de-Obra, com a função de coordenar e supervisionar as atividades de formação profissional no país. É formado pelo conjunto de órgãos, do setor público ou privado, destinados a proporcionar oportunidades de formação, qualificação, aperfeiçoamento, especialização profissional ao trabalhador, em todos os níveis.

O mesmo instrumento legal transformou o Conselho Consultivo de Mão-de-Obra em Conselho Federal de Mão-de-Obra. Na competência legal para aprovar os projetos de formação profissional e reconhecer as empresas que se dedicam à elaboração ou execução desses projetos, tem esse Conselho o instrumento de coordenação mais forte. Por outro lado, o citado Decreto responsabiliza o Ministério do Trabalho pela supervisão do SENAI e do SENAC, instituições até então praticamente autônomas."

Na mesma linha, duas outras medidas significativas foram tomadas, ambas em 1976: a transferência do PIPMO do Ministério da Educação para o Ministério do Trabalho e a criação do SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, com o objetivo fundamental de

¹ Cf. Portaria nº 553, de 20 de outubro de 1976, do Ministério do Trabalho, que estabelece a constituição e as competências do Conselho Federal de Mão-de-Obra.

organizar e administrar os programas de formação profissional rural.¹

O SENAI, o SENAC e o SENAR são considerados as principais agências do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, ao lado do PIPMO. Na identificação do sistema de Formação Profissional, no entanto, muitos outros organismos e programas, inclusive subordinados a outros Ministérios Públicos e na área da iniciativa privada, devem ser considerados. Dessa forma:

a) Os cursos de ensino profissional do pessoal marítimo e de pesca são da competência da Diretoria de Portos e Canais do Ministério da Marinha,² e a formação do pessoal aeronáutico civil (tripulantes, técnicos e especialistas para os serviços de apoio e proteção à navegação aérea, à infra-estrutura aeronáutica e à aviação civil em geral) está a cargo do Ministério da Aeronáutica.³

b) Numerosas empresas, principalmente de grande porte, realizam programas sistemáticos de formação profissional, e os realizavam mesmo antes da lei dos benefícios fiscais. Em particular, um bom número de empresas industriais mantém centros de formação, beneficiando-se dos "acordos de isenção" com o SENAI, notadamente nas áreas de transportes (ferroviários e urbanos); construção civil, naval e de veículos automotores; extração e refino de petróleo; química e petroquímica; geração e transmissão de energia; comunicações, extração de minérios, siderurgia e metalurgia.⁴

c) No setor de serviços é conhecido o esforço de formação profissional efetuado pelo setor bancário e financeiro, principalmente nos últimos anos, assim como pelas empresas de turismo, estas normalmente em convênio com o SENAC.

d) Na área de administração, é grande o esforço de capacitação de executivos e de assistência técnica ao nível gerencial, através do PNTE — Plano Nacional de Treinamento de Executivos, do CEBRAE — Centro Brasileiro de Assistência à Empresa, assim como dos Centros Estaduais de Assistência Técnica e Gerencial e das próprias Confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura. Lembramos que também o CENAFOR — Centro Nacional de Formação de Recursos Humanos tem atuado como executor de atividades do PNTE.

e) Na área da administração pública, além das ações internas dos Ministérios. Autarquias e Fundações, sob a orientação e as exigências do DASP — Departamento de Pessoal Civil, observa-se a transformação de alguns centros de treinamentos, de alguma forma ligados às Superintendências do Desenvolvimento Regional, em centros de formação de pessoal técnico-administrativo do setor público (por exemplo, o Centro de Treinamento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, hoje com abrangência nacional). Deve-se registrar ainda, nessa área, os conhecidos programas de treinamento de servidores municipais realizados pelo IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal, inclusive por correspondência.

f) Na área de saúde e previdência social, e principalmente saúde pública, são numerosos os programas de capacitação e treinamento — onde atuam, por exemplo, a ABES — Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e a FUNDACENTRO — Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Grande parte dos programas, todavia, é realizada através de cursos, na maioria das vezes promovidos por

1 Decreto-Lei nº 77.354/76 e Portaria nº 553/76. do Ministério do Trabalho.

2 Cf. letra f. do art. 5º. da Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952 (que dá nova organização ao Ministério da Marinha), complementado pelo art. 3º da Lei nº 5.641, de 25 de junho de 1968 (que dispõe sobre contribuição das empresas).

3 Cf. incisos III e IV. do parágrafo único, do artigo 63. do Decreto-lei nº 200/67. alterado pelos Decretos-Leis nº 900/69 e 991/69 e complementado, nesse particular, pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.305/74.

• Cf. SENAI/DEPARTAMENTO NACIONAL. Sistema SENAI/EMPRESAS. 1976, mimeogr. A aplicação da Lei nº 6.297/75 vem diminuindo bastante o número de empresas que utilizam o "acordo de isenção".

essas instituições em convênio com instituições escolares. Por exemplo: treinamentos de pessoal auxiliar, como as parteiras "curiosas"; cursos supletivos profissionalizantes de 2º grau. para instrumentalização e enfermagem; cursos de especialização em medicina e segurança do trabalho, a nível de pós-graduação.

g) Nos próprios sistemas de Ensino Regular e Supletivo, no esforço de melhorar a qualidade do ensino e o rendimento do sistema escolar, quase todas as Secretarias de Educação mantêm centros de treinamento de pessoal ou de desenvolvimento de recursos humanos, e realizam treinamentos de professores leigos — inclusive utilizando multimeios (Projeto LOGOS, do MEC/DSU), rádio (IRDEB, na Bahia) e televisão (Projeto Sumaúma, no Amazonas).

h) É significativo o papel das "escolinhas de arte" e dos "centros de criatividade", assim como das "oficinas", "estúdios" e "ateliers" independentes, na formação de professores e outros profissionais que procuram realizar a educação e terapia através da arte.

i) com interesse comercial, são variados e numerosos os cursos que visam desenvolver determinada habilidade (datilografia, taquigrafia etc.) ou mesmo determinada ocupação (radiotécnico, corte e costura etc), muitos dos quais testemunhos da viabilidade do ensino por correspondência no Brasil.

j) Chama-se a atenção, ainda, para formas peculiares de formação profissional e agências especiais que fornecem habilitação para determinadas ocupações como as auto-escolas, para os exames de motoristas, e os aeroclubes, para os exames de "brevet" (no caso de profissionais, especificamente).

C. Finalmente, nas outras duas faixas — *Organização Social e Vida Sócio-cultural* — principalmente no segundo nível, encontram-se os programas que mais propriamente poderíamos enquadrar como extra-escolar e não-formais. Na terceira faixa, sente-se fortemente a coordenação exercida pelo Estado nos programas de Educação Física e Desportos. No entanto, é no terceiro nível dessas mesmas faixas em que provavelmente se encontram as iniciativas mais originais e mais fecundas, em termos de ações educativas que melhor respondem às necessidades e aspirações dos diversos grupos sociais e que melhor revelam a capacidade de auto-organização e autoformação desses grupos.

BIBLIOGRAFIA

1 — ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

- BUARSKI. S. *A study of leaching adults to read as developed for literacy campaigns by some member nations of UNESCO*; dissetation. Ohio, Ohio State University. 1951.
- FÁVERO. Maria de Lourdes de Albuquerque. *Alfabetização de adultos e sua posição num projeto de desenvolvimento integrado*. Rio de Janeiro. PUC/RJ, 1972. 149 p. Tese submetida comò requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- FURTER. Pierre. *Possibilités et limites de l'alphabétisation fonctionnelle; l'experience iranienne*. Paris. UNESCO. 1973. 61 p. (Études et Documents de l'Éducation. 9).
- MEISTER. Albert *Alphabétisation et développement; le rôle de l'alphabétisation fonctionnelle dans le développement économique et la modernisation*. Paris, Anthropos. 1973. 274 p.
- RAHNEMA, Majid. De l'alphabétisation fonctionnelle à l'éducation permanente. *Perspectives*. Paris. 2(3):1-10. automne 1972.

2 — ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Problemas de supervisão e avaliação num programa de massa/Mobral*. Rio de Janeiro. 1973. 53 p.
- BRASIL Instituto de Planejamento Econômico e Social. Centro Nacional de Recursos Humanos. *Estudos sobre alfabetização de adultos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1970. 20 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria Geral. *Educação de Adultos no Brasil*. Subsídios para a 3ª Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília, 1971. 66 p. mimeogr.
- ÉBOLI. Maria Terezinha Moraes de Mello. *O professor de adultos*; subsídios para uma formação adequada. Rio de Janeiro. MOBRAL. 1974. 80 p. (Coleção Mobral. 8.)
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Alfabetização de adultos e sua posição num projeto de desenvolvimento integrado*. Rio de Janeiro, PUC/Dept. Educação. 1972. 149 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- RIZZOLI. Álvaro et alii. *Produtividade dos programas de alfabetização de adultos*. Projeto INEP 3076/73- São Carlos. Universidade Federal, 1974.
- SPERANZA. Nair Paiva. *A clientela do MOBRAL: suas características sócio-econômicas*. Rio de Janeiro. MOBRAL. 1974. 104 p. (Coleção Mobral. 7.)

3 — EDUCAÇÃO DE ADULTOS

- ADISESHIAN, Malcom S. La notion revolutionnaire d'éducation permanente. *Pedagogie*. Paris. 27(51):455-62, mars 1972.
- . The relevance of adult education to our educational crisis. *Indian Journal of Adult Education*, New Delhi, Indian Adult Education Association. 35(1):3-8. Jan. 1974.
- ADULTS as students; volunteers for learning. *Carnegie Corporation of New York*. New York, 74(1):4-6. jan. 1966.
- AMBERG. H. Financial structure of adult education in Europe. *Convergence*. Toronto, J(1):64-8, 1970.

* Para facilitar a consulta, as referências foram separadas em 12 grupos 8. dentro de cada um doles, ordenadas alfabeticamente: em nenhum dessas grupos, porém, a bibliografia pretendeu ser exaustiva, dai a necessidade do acréscimo da um 13° grupo constituído por referências subordinadas ao tema da pesquisa, levantadas durante o seu desenvolvimento.

- APPS. Jerold W. Tomorrows adult educator; some thoughts and questions. *Adult Education*, Chapel Hill (31:218-26. spring 1972.
- ARDUINO. Jacques. *Propos actuels sur l'éducation*, contribution à l'éducation des adultes. Paris. Gauthier-Villars. 1971. p. 1-112.
- BARNES. Neil. Open —minded adult education. *Adult Education*, London, 43(6):365-70. mar. 1971.
- BARROS. Germán. Educación de adultos para la vida comunitaria. *Educación de Adultos*. Lo Barnechea / (3):24-7. oct/dic. 1974.
- BECKER. Hellmut. Problemas sobre la formación de adultos. *Educación*. Tubingem. 6:66-71. 1972.
- BELANGER. Paul. Une nouvelle association des étudiants adultes. *L'ICEA*. Montréal, L'Institut Canadien d'Education des Adultes. 9(3/4):3-5. juin 1974.
- BERGAMAN, Herbert. The adult in the four year general education college. *University College Quarterly*, Michigan, 77(1):3-10. nov. 1971.
- BERRY, Dick. Multi-phasis paradigm for adult education. *Adult Education*. Chapel Hill. 22(1):48-56. fall 1971.
- BONANNI. C. Literacy for industrial workers. *Literacy Discussion*, Teheran. 7(2):40-43. spring 1970.
- BONFIL. Consuelo. Organización y métodos en la educación de adultos. *Pedagogia para el Adiestramiento*, México. / (1):3-17. oct. 1970.
- BONFIL. Ramon C. La educación de adultos. *Armo*. México. 7(2):9-23. ene. 1971.
- BOSHIER, Roger. Educational participation and diapont: a theoretical model. *Adult Education*. Chapel Hill. 23(41):255-82. summer. 1973. Bibliografía.
- LE BOTERF. Guy. *Formation et autogestion*. Paris. Entreprise Moderne D'Édition. 1974.
- BOURGUE. D. OD. Trabajo de extension rural: educación permanente de adultos en agricultura. *Boletim de la UNESCO para las Bibliotecas*. Paris. 24(41):208-15. jul/ago. 1970.
- BRASIL Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Adult Education in Brazil*. Rio de Janeiro, Bloch, 1972. 32 p. Comunicação à Conferencia Internacional de Educação de Adultos. 3. Tóquio. Jul. 1972.
- BRAZ. Maria. Adult literacy in Brazil. *Literacy Discussion*, Teheran. 2(1)55-67. Winter 1971.
- BROOKE, W. Michael, comp. *Adult basic education*. Toronto, New Press. 1972.
- BUCHANAN. Derek J. Professional attitudes to continuing education in England. *Convergence*. Toronto. 3(4):51-55. 1970.
- CADMAN. David. Adult literacy a methodology. *Kenya Journal of Adult Education*. Nairobi, The Board of Adult Education, 2(21):34-48. sept. 1973.
- CAPELLE. J. Present trends in higher education reform and further prospects with a view to permanent education. *Information Bulletin*. Strasbourg (31:28-48, dec. 1972.
- CARLSON. E. C. Teaching aids for adult literacy teachers. *Literacy Discussion*. Teheran. 7(31):43-50, summer 1971.
- CARLSON. Robert A. History's part in the comparative study of adult education. *Convergence*, Toronto. 3(31):39-42. 1970.
- CASSIRER. Henry R. Adult education in the era modern technology. *Convergence*, Toronto. 3(21):37-48, 1970.
- CASTRANUOVO. Carlos. Educación de adultos; parte singular de um sistema educativo. *Educación de Adultos*, Lo Barnechea, 7(21):9-11. ago./set. 1974.
- CLERK, Marcel de. Le concept de l'éducation des adultes de nos jours. *Convergence*. Toronto. 5(11):17-26. 1972.
- CONTRIBUTION de las Universidades à la educación obrera y de adultos. Proyecto experimental en Nigéria. *Educación obrera*, Ginebra (23):7-8. oct. 1972.
- COOMBS. Philip H. et alii. *New paths to learning for rural children and youth*. Essex. International Council for Educational Development. 1973 (Nonformal Education for Rural Development)
- CORTRIGHT, Richard & BRICE. Edward W. Adult basic education. *Literacy Discussion*. Teheran 4(1/21):1-21. may/june, 1973.
- COUTINHO, B. *El progreso comunitario através de la educación de los adultos y de las cooperativas*. Roma. Institutum Sociologia e Pastoralis, 1965. 181 p.
- CSOMA. Gyola et alii. School system adult education in Hungary. *Convergence*. Toronto. 3(11):45-52, 1970.
- DAVID, N. *Adult education in Yugoslavia*. Paris, UNESCO. 1962. 185 p. (Monographs on Education, 1)
- DAY, Peter R. Community development and adult education. *Adult Education*. London (44):308-11, Jan. 1972.
- LA DEMANDE de formation professionnelle continue; analyse du comportement des directions d'entreprise. *Education Permanent*, Paris. Agence Nationale pour le Développement de l'Éducation Permanente (237:39-53. mars/avr. 1974.
- DEPIENNE, Albert E. La educación primaria acelerada, modalidad de la educación de adultos en Centro-América. *Boletim de Educación*, Santiago do Chile (121:31-4, jul/dic. 1972.
- DE SANCTINS. Vincent & FISCHER. Joan. Decentralizing state adult basic education services. New Jersey approach. *Literacy Discussion*, Teheran. 4(1/21):122. may/june 1973.

- DEVRIES. James. Towards a more humanistic view of development: adult education role. *Adult Education*, Chapel Hill, 23(31):234-42. spring 1973.
- DICKINSON. Gary. Educational variables and participation in adult education: an exploratory study: British Columbia. *Adult Education*, Chapel Hill. 22(11):36-47. fall 1971.
- DICKINSON. Gary & RUBIDGE. Nicholas A. Testing knowledge about adult education. *Adult Education*, Chapel Hill. 23(41):283-97, summer 1973.
- DUDGEON. Paul J. Conceptions novatrices l'éducation de base des adultes de la Division de l'éducation permanente du collège Canadore de North Bay. *La Revue. C.P.F.P.*, Ottawa. Ministère de la Main-d'Oeuvre et de l'Immigration, Division de la Recherche et de la Planification Stratégique, 7/(21:19-38. nov 1973.
- DUMAZEDIER. Joffre. L'éducation générale des adultes. *L'Éducation*. Paris (521:11-13. jan. 1970.
- DURKÚ, Mátyás. Documentation et méthodologie; métodos de investigação andragógica na Hungria. *Convergence*. Toronto. 5(31:47-57. 1972. Documento apresentado à Conferencia Internacional sobre Educação de Adultos, 3.. Tóquio. 1972.
- FAIRBAIN. A. N. Adult Education in a community context. *Adult Education*. London. 43(41:219-88, nov. 1970.
- FLEMING. Elmer N. Counseling and advisement practices in adult basic education. *Literacy Discussion*, Teheran. 4(12):65-88. may/june 1973.
- FOURQUIN. Jean Claude. Education permanente et formation des adultes. *L'Éducation*. Paris (1171:21-2, nov. 1971.
- FOURRÉ. Pierre. *Techniques d'éducation des adultes dans les pays en voie de développement*; étude de cas en Grèce. Paris, Organization de Cooperation et de Développement Economiques, s.d.
- FREIRE. Paulo. The adult literacy process as cultural action for freedom. *Harvard Education Review*. Cambridge, 40(21:205-25. may 1970.
- FRITSCH, Philipe. *L'éducation de adultes*. Paris. Mouton, 1971 (Cahiers du Centre de Sociologie Européenne. 7).
- FURTER. Pierre. La educación permanente dentro de las perspectivas del desarrollo. *Convergence*, Toronto, M4):22-30. dez. 1968.
- . L'éducation des adultes; ses clientele. *Perspectives*. Paris. 2(31:352-8. automne 1972.
- . *Perspectives de l'éducation des adultes dans la situation actuelle du développement culturel vénézuélien*. S.l.. s.ed.. 1972.
- . *Perspectives et possibilités de l'éducation des adultes dans la situation actuelle du développement vénézuélien*. Paris s.ed. 1970.
- FURTER. Pierre & BUITRÓN. Aníbal. Educação permanente na perspectiva do desenvolvimento. In: SIMPÓSIO SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Caracas. Jul. 1968. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 5/(1131:63-9. jan./mar. 1969.
- GALETTI. Gabrio A. La educación permanente. *Educadores*. La Plata. 75(911:3-27. ene/feb. (921:103-120. mar/Vabr. 1972.
- GILLES, Lucien. Enseigner a des adultes. *Cahiers Pédagogiques*, Paris, 23(1081:10-1. nov. 1972.
- GIMENO. J. Blat. La educación permanente del maestro. *Proyecto Principal de Educación*, Santiago do Chile (251:5-10, ene/mar. 1965.
- GIZARD. Xavier. Une expérience de formation d'artisans en milieu rural. *Éducation Permanente*. Paris. Agence Nationale pour le Développement de l'Education Permanente (23):7-20. mars/avr. 1974.
- GRANDSTAFF. Marvin. *Alternatives in education; a summary view of research and analysis on the concept of non-formal education*. East Lansing. Michigan State University Institute for International Studies In Education. 1974. 82 p.
- . *Historical perspectives ou non-formal education*. Program of Studies in Non-Formal Education; team report. East Lansing. Michigan State University. 1974. 180 p.
- GRENOBLE, á l'heure de l'éducation permanente. *L'Éducation* Paris (561:21. fev. 1970.
- GUIGUI. Albert. The ILO and worker's education. *Convergence*. Toronto, International Council of Adult Education, 6(21:57-70, 1973.
- GUNDERSON, Morley. Determinants of individual success in on the —job training. *The Journal of Human Resources; education, manpower and welfare policies*. Wisconsin. University of Wisconsin. 3(41:472-84. fall 1973.
- HAINES. Nicolas. Learning partnerships; models old and new for adult education. *Australian. Journal of Adult Education*. Canberra. 73(31:138-45. nov. 1973.
- HALL, Budd L. Revolution in rural education; health education in Tanzania. *Community Development Journal*, Manchester. Engl.. Oxford University Press, 9(21:133-39. apr. 1974.
- . *The structure of adult education and rural development in Tanzania*. Brighton, Institute of Development Studies at the University of Sussex. 1975 (IDS Discussion Paper. 67).
- HARRISON. John. Community work and adult education. *Studies in Adult Education*, Liverpool. University of Liverpool. 6(1):50-67. apr. 1974.

- HATANO, Kangi & SAITO. Usuo. Innovations in adult education. *Convergence*. Toronto. 3(11):53-6. 1970.
- HELTY. A. S. M. *Nuevas tendencias de la educación de adultos*; de Elsinor Montreal. Paris. UNESCO. 1963 (Monografías sobre educación, 4).
- . *School-teachers and the education of adults*. Paris. UNESCO. 1966. 50 p. (Manuals on Adult and Youth Education. 5).
- HERRERA. V. Javier. Problemas que se presentan en la educación de adultos en centros culturales marginales. *Boletim de Educación*, Santiago de Chile (12):31-4. juyidic. 1972.
- HOULE, Cyril O. The comparative study of continuing professional education. *Convergence*. Toronto. 4(21):3-12. 1970.
- IDEA de educación integrada; breve síntesis aclaratorio. *Educación de Adultos*, Lo Barnechea. 7(21):12-4. ago/set. 1974.
- ISAÍAS REYS. Jesus. El adulto como alumno. *Pedagogía para el adiestramiento*. México, 7(31):9-25. abr. 1971.
- JESSUP, Frank W. Préparation à l'éducation permanente. *Perspective de l'Education*. Paris. 7(21):29-34. 1970.
- JONES. H. A. Adult Education; a plan for development. *Convergence*. Toronto, 6(2):20-7, 1973.
- KEDNEY, R. J. Considering training? *Adult Education*. London, 44(41):224-9, nov. 1971.
- KELLY, Thomas & STEPHENS, Michael D. Research in adult education in Great Britain. *Convergence*. Toronto. 4(41):33-8, 1971.
- KIDA. Hiroshi. A history of adult education in Japan. *Education in Japan*. Hiroshima (51):31-44. 1970.
- KIDO. J. Raby. Developing a methodology for comparative studies in adult education. *Convergence*, Toronto. 3(31):12-26. 1970.
- KNOLL. G. H. Adult education with or without the universities? *Convergence*. Toronto. 5(1):71-8. 1972.
- KOSCH. L. M. Méthodes de l'éducation des adultes. *Education Permanente*. Zurich. FSEA (21):84-5. Quadrimestral 1974.
- KULICH. Jindra. *The role and training of adult educators in Poland*. Vancouver, The University of British Columbia/Center for Continuing Education, 1971. 32 p. (Occasional Papers in Continuing Education, 6).
- KUPIŚIEWCZ. Czesław. On some principles of modernizing the school system as a base for adult education. *Convergence*, Toronto, 5(31):42-46, 1972. Documento presentado à Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. 3. Tóquio, 1972.
- . *Training of adult educators in east Germany*. Vancouver. The University of British Columbia/Department of University Extension, 1969. 21 p. (Occasional Papers in Continuing Education. 4).
- LALLEZ, Raymond. Animation problems in a multi-media education system. *Literacy Work*, Teheran, International Institute for Adult Literacy Methods. 3(4):39-70. apr./june 1974.
- LARSSON, Ulf. *Permanent education in Sweden*. Strasbourg, Council for Cultural Cooperation/Committee for Out-of-School Education. 1969. 27 p. (Studies on Permanent Education. 10).
- LAWSON. K. H. The concept of "purpose". *Adult Education*, London. 43(31):165-70. sept. 1970.
- LEON. Antoine. Formation générale et apprentissages professionnels dans une éducation permanente et intégrale; recherche d'un modèle. *Society and Leisure*. Prague. European Centre for Leisure and Education. 5(21):13-41. 1973.
- LLOYD. Arthur S. Freire. Conscientization and adult education. *Adult Education*. Chapel Hill. 23(11):3-20. fall 1972.
- LONDON, Jack. Influence of social class behavior upon adult education participation. *Adult Education*, Chapel Hill. 20(31):131-39. spring 1970.
- . A model of a comprehensive program of adult education in the Third World: a case study of Tanzania. *Literacy Discussion*, Teheran. International Institute for Adult Literacy Methods. 4(31):285-322. sept. 1973. (Adult Basic Education, 2).
- LOWE. John. Research priorities in adult education in developing countries. *Convergence*, Toronto 4(41):79-83. 1971.
- MAHEU, René. De l'éducation des adultes à l'éducation permanente. *L'Éducation Nationale*. Paris (721):11-13, juin 1970.
- . Pour une éducation permanente. *Convergence*, Toronto. (1):4-7, mar. 1968.
- MARTIN. D. Pedagogía y política: la educación de adultos en América. *Convergence*. Toronto. 4(11):54-60. 1971.
- MEISTER. Albert. Tipologia della partecipazione provocata. *International Review of Community Development*, Roma, (17/181):53-72. 1967.
- MOSS. Doris. Methodologies in adult basic education. *Literacy Discussion*. Teheran, 4(1/21):68-76. mar/june, 1973.
- MWANAKARWE, J. M. Adult education and political and social change. *Convergence*, Toronto. 3(11):26-38. 1970.
- NIEHOFF. Richard O. & WILDER. Bernard D. *Non-formal education in Ethiopia*. East Lansing, Michigan State University. Institute for International Studies in Education. 1974. 355 p.

- OKEDARA. J. T. The training of adult education personnel: a comparative study. *Society and Leisure*, Prague. European Centre for Leisure and Education. 5(21:119-38. 1973.
- PANT, N. K. Adult education and national development. *Indian Journal of Adult Education*. New Delhi, Indian Adult Education Association, 34(111:9-13. nov/dec. 1973.
- PEREIRA. O. Fermín. Las unidades operativas en acción. *Educación de Adultos*. Lo Barnechea. 7(21:15-20. ago/set. 1974.
- PEREZ-RIOJA. José Antonio. Houvelle Maison de la Culture de Soria (Espagne); modele dynamique d'integration de l'éducation permanente. *Bulletin de L'UNESCO à Intention des Bibliothèques*, Paris. 24(11:39-45. jan./fev. 1970.
- PITMAN. James. Adult literacy. *Literacy Discussion*, Teheran, 3(3/4):337-56. sep./dec. 1972.
- PRADA. Abner M. Acerca de la metodología de la educación de adultos en América Latina. *Boletim de Educação*. Santiago del Chile (121:20-30. jul./dic. 1972.
- PURVIS, June. Equality and excellence in adult education: a sociological viewpoint. An outline of the basic question. *Studies in Adult Education*. Liverpool. University of Liverpool. 5(21:146-63. out. 1973.
- RAMALLO. Jorge María. Argentina; Centro Multinacional de Educación de Adultos. *Boletim de Educação*, Santiago do Chile (12):30-3. jul./dic. 1972.
- REFLEXIONES sobre el estado actual de la educación de adultos; el espíritu de Tokio. 1972. *Educación Obrera*, Ginebra. (23):2-4. oct. 1972.
- REPUBLICA DOMINICANA. Secretaria de Estado de Educación, Bellas Artes y Cultos. *Plan Nacional de Alfabetización y Educación de Adultos*. Santo Domingo s.d.
- RHYNE. Dwight C. Adult education and the rational-irrational dimension of prejudice. *Adult Education*, London. 44(5):285-92. jan. 1972.
- RODRIGUES, Charlotte. L'Éducation permanente: étude réalisée pour l'UNESCO . . . *Documentation et Informations Pédagogiques*. Paris, v. 46. n° 185. 4° trim. 1972. 62 p. N° Especial. Bibliografía (CBPE).
- RODRIGUES. Jorge Gabriel. Notas para la aplicación del método psicossocial de educación de adultos de Paulo Freire. *Educadores*, La Plata, 73(821:318-43. jul./ago. 1970.
- SAINTY. Geoffrey E. Predicting drop-out in adult education courses. *Adult Education*. Chapel Hill, 2/(4):223-30. summer 1971.
- SAVICEVIC. Dusan M. Comparative theory of adult education in Iugoslavia. *Convergence*, Toronto. 3(3):43-7. 1970.
- SCHIAVONE. James. Reading difficulties of adult basic education students. *Literacy Discussion*. Teheran, 4(1/2):89-94. may/Jun. 1973.
- SHARON, Amiel T. Adult academic achievement in relation to formal education and age. *Adult Education*. Chapel Hill. 2/(4):231-237. summer 1971.
- SHOWMAN. Jack. The research on how adults learn from pictures. *Viewpoints*. Bloonington. 4S(2):1-10 mar. 1973.
- SOLER, Miguel. Problemas de la educación de adultos en la América Latina. *Educación*. Lima, 2(6):8-14, 1971.
- SUURHOFF, J. G. *Vocational training for adults in the Netherlands*. s.n.t. 115 p.
- TINBERGEN. Jan. La sécurité sociale et aspects économiques d'une politique globale. In: COLOQUE DE L'HES, Genève, 25-28 nov. 1969. *Quelles politiques sociales exigeront les sociétés de demain?* Genève. 1969.
- UNESCO. *Adult education Education des adults*. Paris. 1966. 154 p. (International Directions of Education. 4).
- . *Work-oriented adult literacy in Iran: an experiment*. Application and operation of programmes in the field. Esphahan. 1973. v. 4.
- . Characteristics of evaluation and inputs. Esphahan, 1973. v. 3.
- L'UNESCO et l'éducation des adultos d'Enseheur (1949) à Tokyo (1972). *Perspectives*. Paris, 2(3):390-3. automne 1972.
- URRIOLA. José Santos. Tres tendencias de la educación de adultos em Venezuela. *Carta Informativa del CREFAL*. Pátzcuaro (24):93-97, feb. 1973.
- VALENCE. Theodore & GRAWFORD. Meredith P. Identifying training need and translating them into research requirements. *Training Research and Education*. Pittsburg. Pittsburg Press, 1969.
- VERWAYEN, Donald — Comparative philosophies of adult education. *Indian Journal of Adult Education*. New Delhi. Indian Education Association, 34(81:7-9, aug. 1973.
- VOGT. John A. *Resultados de la recolección de datos en cuanto a los programas de educación basica para adultos en ciudad Guayana*. Cuidad Guayana. sed.. 1967. 33 p.
- WARD. Ted W. & HERZOG JUNIOR. William, A. *Effective learning in non —formal education*. East Lansing, Michigan State University/Institute for International Studies in Education.. 1974. 371 p.
- WIJETUNGA, W. M. K. Adult Education in Sri Lanka (Ceylon); some recent trends. *Australian Journal of Adult Education*. Ganberra, Australian Association of Adult Education. 7/(31:127-30. nov. 1973.
- YARWOOD, John. Informal community education. *Adult Education*. London, National Institute of Adult

4 — EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

- ALMEIDA, Leila Borges de Araújo. *A evolução dos objetivos de desenvolvimento de pessoal na experiência empresarial brasileira como um caso de educação*. Rio de Janeiro, PUC/RJ. 1973. 88 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Educação de adultos e objetivos educacionais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (6):72-84. dez. 1972.
- BEISEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo. Pioneira. 1974. 189 p.
- BRANDÃO, Rosaly Lima. *Formação de mão-de-obra na empresa; estudo de um caso de formação profissional básica*. Rio de Janeiro. PUC/RJ. 1973. 119 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- BRASIL. Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Educação permanente e educação de adultos no Brasil*. Rio de Janeiro, s.d.
- BRUNO, Deusa da Cunha. *Educação permanente e educação de adultos no Brasil*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Educação, 1974. 134 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- CROSSARA, Edyla Márcia. Analfabetismo e variáveis sociais no INV. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Rio de Janeiro. 23(2):103-12. abr./jun. 1971.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Alfabetização de adultos e sua posição num projeto de desenvolvimento integrado*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. Dept. de Educação, 1972. 149 p.
- . Posicionamento da alfabetização de adultos em projetos de desenvolvimento integrado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 59(1311:423-30. jul/set. 1973.
- FÁVERO, Osmar. *Educação de adultos em projetos rurais integrados; análise da evolução dos programas de educação de adultos nos projetos de assentamento de agricultores implantados em áreas de reforma agrária, de 1966 a 1971*. Rio de Janeiro, PUC. Dept. Educação. 1973. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO ESTADO. Projeto Braga. 1972-1974. *Análise de uma experiência de educação*. Ijuí. 1974.
- FURTER, Pierre. Educação de adultos e educação extra-escolar nas perspectivas da educação permanente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro. 59(1311:410-22, jul/set. 1973.
- . *Educação permanente e desenvolvimento cultural*. 2. ed. Petrópolis. Vozes. 1974. 244 p. (Educação • Tempo Presente, 11.)
- GOLDBERG, Maria Amalia Azevedo et alii. Avaliação educacional e educação de adultos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. n.º 8. set. 1973.
- . Avaliação e planejamento educacional; problemas conceituais e metodológicos. *Cadernos de Pesquisa*, Sao Paulo, n.º 7. jun. 1973.
- GOMES NETO, J. MOBRAL — Santa Catarina: expressão de um trabalho positivo. *Boletim do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais*; Florianópolis, 5(35):2-16. set. 1971.
- GRZYBOWSKY, Cândido. *Estudo da participação da experiência comunitária de Ijuí — RS — Brasil*. Ijuí. FIDENE, 1973. 269 p. Tese de conclusão de curso de pós-graduação em Educação. apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LOURENÇO FILHO, M. B. O problema da educação de adultos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro. 5(14):169-85. ago. 1975.
- MARQUES, Célia A. T & AQUILINI, Paulo Sérgio. Curso de Madureza Ginásial. In: BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Cadastro de Pesquisas Educacionais no Brasil (1968-1973)*. Rio de Janeiro, 1975. p. 189-195 (Pesquisa em realização.)
- MIRANDA, Glaura Vasques de. Educação e outros determinantes da participação da mulher brasileira na força de trabalho. In: BRASIL — Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Cadastro de Pesquisas Educacionais no Brasil (1968-1973)*. Rio de Janeiro. 1975 (Pesquisa concluída. 19).
- ORGANIZAÇÃO e métodos de educação de adultos. *Documento*. Rio de Janeiro. SESC (12):19-27. 1974.
- PAIVA, Vanilda Ferreira. *Educação popular e educação de adultos; contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo. Loyola. 1973 (Temas Brasileiros. 2).
- POPPOVIC, Ana Maria. Alfabetização: um problema interdisciplinar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (2): 1-43, nov. 1971.
- QUINTELLA, Selma Medina. Educação e desenvolvimento. *Boletim de Desenvolvimento de Pessoal*. Rio de Janeiro. 4(1):50-5. jan/mar. 1971.
- SILVA, José Carlos Monteiro. Educação de adultos na Rádio Cultura *Educação Hoje*. Sao Paulo (7):32-5. jan/fev. 1970.

- SIMÕES. Manuel Breda. Pedagogia concreta: educação permanente e formação psicossocial. *Educação Hoje*. Sao Paulo (121:1-22. nov/dez. 1970.
- TEIXEIRA. Eneida de Moraes. *Problemática da educação de nível médio para adultos*. Santa Maria. Faculdade Interamericana de Educação, 1970. Tese defendida perante o Curso de Pós-Graduação em Educação.
- UNESCO. Alfabetização de adultos. *Revista MEC*. Rio de Janeiro. M(47):28-30. fev.nov 1970.

5 — EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

- AHMED, Manzoor & COOMBS. Philip H. Education for rural development; case studies for planners. New York. Praeger. 1975. 661 p.
- AXINN, George H. et alii. *Toward a strategy of international interaction in non-formal education*. Michigan, Michigan State University/Institute for International Studies in Education, 1974. 130 p.
- . *Non-formal education and the structure of culture*. Michigan. Michigan State University/Institute for International Studies in Education, 1973. 46 p.
- BEZERRA. Aida. Atividades em educação popular. *Boletim CEI; Suplemento Educação Popular*. Rio de Janeiro (17):35-56. abr. 1977.
- BREMBECK. Cole & GRANDSTAFF. Marvin. *Non-formal education as an alternative to schooling*. Michigan, Michigan State University/Institute for International Studies in Education, 1973. 51 p.
- COOMBS. Philip H. *Attacking rural poverty: how non-formal education can help*. Essex. International Council for Educational Development. 1973.
- COMBS, Phillip et alii. *New paths to learning for rural children and youth*. Essex. International Council for Educational Development, 1973 (Non-formal Education for Rural Development).
- FAURE. Edgar et alii. *Aprender a ser*. Sao Paulo, Difusão Européia, do livro. 1974. 457 p.
- FERRER PÉREZ. Raúl. Experiencias novadoras en educación. *Convergence*. Toronto. 6(1):22-7. 1973.
- FURTER. Pierre. Educação de adultos e educação extra-escolar nas perspectivas da educação permanente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 59(1311:410-22. jul./set. 1973.
- . *Étude sur les expériences sénégalaises de formation extra-scolaire pour le développement rural et agricole*, s. 1. s.ed.. 1972.
- GRANDSTAFF, Marvin. *Alternatives in education: a summary view of research and analysis on the concept of non-formal education*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1974. 82 p.
- . *Historical perspectives on non-formal education*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1974. 180 p.
- . *Non-formal education and an expanded conception of development*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1973. 49 p.
- HICTER. Marcel. L extrascolaire et la mutation de l'école. *Education et Développement*. Paris. (85):13-31. avr. 1973.
- HUNTER. John et alii. *Economies of non-formal education*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1974. 193 p.
- KLEIS, Russell. *Case studies in non-formal education*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education, 1974. 430 p.
- KLEIS, Russell et alii. *Non-formal education: the defitional problem*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1973. 46 p.
- KUPIŚIEWCZ. Czeslaw. On some principles of modernizing the school system as a base for adult education. *Convergence*. Toronto. 5(3):42-6. 1972.
- NEFF, Kenneth. *International training support for non-formal education*. East Lansing. Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1974. 34 p.
- NIEHOFF. Richard O. & WILDER. Bernard D. *Non-formal education in Ethiopia*. East Lansing. Michigan State University/Institute of International Studies in Education. 1974. 355 p.
- *Non-formal education in Ethiopia; literacy programs*. East Lansing, Michigan State University/Institute for International Studies in Education. 1973. 41 p.
- . *Non-formal education in Ethiopia: the modern sector*. Michigan. Michigan State University/Institute for International Studies in Education, 1973. 41 p.
- ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES. *L'Éducation récurrente: une stratégie pour une formation continue*. Paris. Centro pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement. 1973. 99 p.
- SUCUPIRA. Newton. A universidade aberta. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 59(131:431-53, juiyset. 1973.
- SWETT, Francisco X. *Formal and non-formal education in educational development*. Princeton. Princeton University. 1975. 96 p.
- UNESCO. *La planificación de l'éducation extra-scolaire en vue du développement; rapports et communications présentés au séminaire tenue à l'Institute International de Planification de l'Éducation*, 13-21 déc.

1971. Paris. UNESCO/UPE. 1972. 295 p.
WARD, Ted. W. & HERZOG JUNIOR, William A. *Effective learning in non-formal education*. East Lansing. Michigan State University, Institute for International Studies in Education. 1974. 371 p.

6— EDUCAÇÃO PERMANENTE

- BACK to school. *Carnegie Corporation of New York*, New York, 5(4):1-8. oct. 1962.
- BONBOIR, Anna. Une pédagogie de l'efficacité. In:———. *Une pédagogie pour demain*. Paris, Presses Universitaires de France. 1974. p. 11-29 (L'Éducateur. 47).
- CALAZANS, Maria Julieta Costa & FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *O SESC face à educação permanente*. Rio de Janeiro. Serviço Social do Comércio. 1969.
- CAPELLE, Jean. *The development of permanent education in France*. Strasbourg. Council for Cultural Cooperation/Committee for Out-of-School Education. 1968. 43 p. (Studies on Permanent Education, 1)
- CENTRO DE EDUCACIÓN FUNDAMENTAL PARA EL DESARROLLO DE LA COMUNIDAD EN AMÉRICA LATINA. Educación permanente. Pátzcuaro. 1967.
- CENTRO INTERAMERICANO DE DOCUMENTAÇÃO. Le prix de l'éducation permanente. *Orientations*. Paris. M-52):391-94. oct. 1974.
- CENTRO REGIONAL DE ALFABETIZACIÓN FUNCIONAL EN LAS ZONAS RURALES DE AMÉRICA LATINA. *Selección de artículos sobre educación permanente*. Pátzcuaro. n.º 42. 1969.
- CHARTERS, Alexander N. Continuing education for the professions. In: SMITH, Robert M. et alii. *Handbook of adult education*. New York, MacMillan, 1970. cap. 29. p. 487-98.
- COLLOQUE NATIONAL DE CAEN, nov. 1966. *Rôle et responsabilité des enseignements supérieurs en matière d'éducation permanente*: propositions. Caen. 1966.
- CORREIA, Arlindo Lopes. *Educação permanente e novas tecnologias educacionais*. Rio de Janeiro. CNRH. 1971 (Série Estudos 11. 137).
- O CORREIO DA UNESCO. Brasil, v. 1, n. 1. jan. 1974.
- DE LEÓN, Acher. Conceito atual de educação permanente e seu planejamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 5/(113):19-31. jan/mar. 1969.
- . A educação permanente e o seu planejamento. *Peuple et Culture*. Paris (66):4-32. fev. 1968.
- DUMAZEDIER, Joffre. L'éducation permanente. *Convergence*, Toronto, 3(11):17-25. 1970.
- EIDE, Kjell. *L'Éducation permanente en Norvège*; réflexions sur l'éducation post-professionnelle. Strasbourg. Conseil de la Coopération Culturelle/Comité de l'Éducation Extrascolaire, 1969. 28 p. (Études sur L'Éducation Permanente, 7.)
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Educação e cultura: conceitos dinâmicos*. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis. 44(6):57-60, ago. 1970.
- . *O sistema educacional face ao sistema social* s. 1. s. ed. 1974.
- FÁVERO, Osmar & VLASMAN, Petrus M. *Educação permanente: subsídios para repensar a função da escola (particular) na sociedade*. In: CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO. 14, Porto Alegre. 29 jan.-5 fev. 1975. 19 p.
- FONDEMENTS du passage à l'éducation ouverte. *Perspectives*, Paris. 2(31):398-403. automne 1972.
- FREIRE, Paulo. The adult literacy process as cultural action for freedom. *Harvard Education Review*. Cambridge. 40(21):205-25. may 1970.
- . *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1968.
- . L'éducation: domestication ou libération? *Perspectives*, 2(2):193-292. été 1972.
- . *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974.
- FRESE, H. H. *L'éducation permanente aux Pays-Bas*. Strasbourg, Conseil de la Coopération Culturelle/Comité de L'Éducation Extrascolaire. 1970. 31 p. (Études sur L'Éducation Permanente. 14)
- FURTER, Pierre. *Dialética da esperança*; uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974. 268 p. (Rumos da Cultura Moderna. 46)
- . Educação de adultos e educação extra-escolar na perspectiva da educação permanente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 59 (131): 410-22. jul./set. 1973.
- . *Educação permanente e desenvolvimento cultural*. Trad. de Teresa de Araújo Penna. Petrópolis. Vozes. 1974. 244 p. (Educação e Tempo Presente, 11)
- . *Educação e reflexão*. Petrópolis. Vozes. 1966. 85 p. (Educação e Tempo Presente. 1)
- . *Educação e vida*; uma contribuição à definição da educação permanente. Petrópolis, Vozes, 1966, 200 p. (Educação e Tempo Presente, 3)
- . *L'éducation des adultes*: ses clientèles. Perspectives, Paris, 2(31):352-58. automne 1972.
- GALETTI, Gabriel A. La educación permanente. *Educadores*. La Plata. 75(911):3-27. ene/feb. (921):103-120. mar/abr. 1972.
- GRENOBLE à l'heure de l'éducation permanente. *L'Éducation*. Paris (561):21. fev. 1970.
- GRUNDTVIG. N.F.S. & ALFORD, Harold J. The school for life. *Continuing Education Report*. Chicago (51):4. 1965.

- GUTIÉRREZ. N. Gonzalo. Educación permanente; la importancia del como. *Educación de Adultos*, Lo Barnechea. / (1):39-42. jun/jul. 1974.
- HASSENFORDE, Jean. La educación permanente en Gran-Bretaña. Trad. L. Neves Lagos e I. Bèraeed. *Información Educativa*. Buenos Aires. / (21:9-14. feb. 1963.
- ILLICHI. Ivan. *Sociedade sem escolas*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1973. 186 p. (Educação e Tempo Presente. 10).
- JANNE. Henri. *L'éducation permanente, facteur de mutation du système d'enseignement actuel*. Strasbourg. Conseil de la Coopération Culturelle/Comité de l'Education Extrascolaire. 1969. 34 p. (Études sur l'Éducation Permanente. 6)
- JESSUP. Frank W. *Prolegomena to continuing education in theory an practice*. Oxford, Oxford University, s.d. mimeogr.
- JOCHER. Herbert. *La forme future de l'éducation permanente*. Strasbourg. Conseil de la Coopération Culturelle/Comité de l'Éducation Extrascolaire. 1970. 18 p. (Études Sur l'Éducation Permanente. 15).
- LAPPASSADE. Goerges. *L'entrée dans la vie; essai sur l'inachèvement de l'homme*. Paris. Les Éditions Minuit, 1963.
- . *Groupes, organisations et institutions*. Paris, s.ed. 1967.
- LARSSON. Ulf. *Permanent education in Sweden*. Strasbourg. Council for Out-of-School Education. 1969. 27 p. (Studies on Permanente Education, 10).
- LENGRAND, Paul. Significados da educação permanente. In: GARCIA, Pedro Benjamin, org. *Educação hoje*. Rio de Janeiro. Liv. Eldorado / s.d. / p. 59-68 (Coleção Meta).
- . Trois exemples d'application du concept d'Éducation Permanente. *Convergence*. Toronto. / (4):6-11. 1969.
- MACIEL, Carlos F. Desescolarização e convivialidade. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 6ff(2):49-56, mar. 1974.
- MAHEU. René. De l'éducation des adultes à l'éducation permanente. *L'Éducation Nationale*, Paris (721:11-13, juin. 1970.
- MÉTAIS. Guy. L'esprit de la nouvelle législation sur l'éducarion permanente. *Pédagogie*, Paris. 27(5):411-17. mars. 1972.
- MIRANDA, Martin & RODRIGUEZ. Eugênio. Educación permanente, cambio cultural e integración. *Educación de Adultos*. Lo Barnechea, / (31.32-7. oct./dic. 1974.
- MONREAL. Eduard. Consideraciones en torno a la educación permanente. *Educación de Adultos*, Lo Barnechea, / (4):44-8. ene./feb. 1975.
- RAHNEMA, Majid. De l'alphabétisation fonctionnelle à l'éducation permanente. *Perspectives*. Paris, 2(31:359-72. automne 1972.
- RAPPORT du groupe de travail pour l'étude des problèmes de l'éducation permanente. Strasbourg. Conseil de l'Europe. 1967 mimeogr.
- RASMUSSEN, Werner. *The concept of permanent education and its application in Denmark*. Strasbourg. Council for Cultural Cooperation/Committee for Out.-of-School Education, 1968. 36 p. (Studies on Permanent Education. 2).
- . *La notion d'éducation permanente et son application au Danemark*. Strasbourg, Conseil de la Cooperation Culturelle/Comité de L'Éducation Extrascolaire, 1968 (Études sur L'Éducation Permanente, 2).
- RODRIGUES Charlotte. L'éducation permanente; étude réalisée pour (UNESCO. *Documentation et Information Pédagogiques*. Paris, v. 46. n° 185. 4° trim. 1972. 62 p. N. especial.
- ROUX, Bernard. L'éducation permanente. *Revue Française de Pédagogie*. Paris (121:18-27, juin/sep.. 1970.
- RYAN. J. *Quelques suggestions en vue de la planification de l'extra-scolaire I s.l. I HEP*. 1971. mimeogr.
- SCHWARTZ. Bertrand. *L'éducation demain*. Paris. Aubier-Montaigne, 1972. 333 p. (Collection R.E.S. — Recherches Économiques et Sociales).
- . Reflexões sobre o desenvolvimento da educação permanente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro. 5/(1131:41-60, jan./mar. 1969.
- SEGAL. Michael. *Algunos pensamientos sobre las implicaciones subversivas de la idea de educación permanente*. In: SIMPOSIO SOBRE EDUCACIÓN PERMANENTE Y DESARROLLO NACIONAL, Caracas. jul. 1968. 8 p.
- SIMPOSIO SOBRE EDUCACIÓN PERMANENTE Y DESARROLLO NACIONAL. Caracas, jul. 1968. *Educación de adultos y desarrollo cultural*. Doc. n° 4. 6 p.
- SOLER ROCA. Miguel. La educación permanente y sus perspectivas en America Latina. *Boletín de Educación*. Santiago de Chile (7):6-41, ene./jun. 1970.
- TRIGUEIRO. Durmeval. Filosofia da educação fundamental e média. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis. 63(2):5-12. mar. 1974.
- . Um novo mundo, uma nova educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 5/(1131:9-18. jan./mar. 1969.
- TOURAINÉ, Alain. Educação permanente e sociedade industrial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

- Rio de Janeiro. 5/(1131:32-40, jan./mar. 1969.
- VAUGHAN, T. D. L évolution du concept d'éducation permanente en Grande-Bretagne. *Revue Française de Pédagogie*. Paris (24):41-50. juil/sep. 1973.
- VERNE, Étienne. Le prix de l'éducation permanente. *Pédagogie*. Paris. (2):103, fév. 1975.
- VEXLIARD, A. Systèmes et non-systèmes d'éducation. *Revue Française de Pédagogie*. Paris (8) 5-11. 1969.
- WARMER, Philippe. L'éducation permanente. *Orientations*. Paris (27):3-18. 1968.

7 — ENSINO SUPLETIVO — BRASIL

- AMADO, Gildásio. Ensino supletivo. *Educação*. Brasília. 1(1):94-7. abr./jun. 1971.
- BRASIL Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 699/72. Ensino Supletivo*. Relator Valnir Chagas. Brasília. 972. 46. p. mimeogr.
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Contribuição para uma bibliografia sobre alfabetização e educação de adultos no Brasil (1948-1973)* Rio de Janeiro. MOBREAL/GETEP. 1973.
- . *MOBRALI/Projeto Rondón na erradicação do analfabetismo no Brasil*. Rio de Janeiro. 1972.
- . *Política de pesquisa e treinamento do MOBREAL*. Rio de Janeiro. 1973.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 61.311-8 set. 1967. Prevê sobre a constituição do grupo de trabalho interministerial, para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização. *Diário Oficial*. Brasília, 11 set. 1967.
- . Decreto nº 61.312-8 set. 1967. Prevê sobre a utilização de emissoras de televisão nos programas de alfabetização. *Diário Oficial*. Brasília. 11 set. 1967.
- . Decreto nº 61.313-8 set. 1967. Prevê sobre a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos e dá outras providências. *Diário Oficial*. Brasília, 11. set. 1967.
- . Decreto nº 61.314-8 set. 1967. Prevê sobre a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo. *Diário Oficial*, Brasília. 11 set. 1967.
- . Lei nº 5.379-15 dez. 1967. Prevê sobre alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. *Diário Oficial*. Brasília, 1967.
- . Lei nº 5.400-21 mar. 1968. Prevê sobre a alfabetização de adultos em idade militar. *Diário Oficial*. Brasília. 22 mar. 1968.
- . Decreto nº 62.484-29 mar. 1968. Aprova o estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Diário Oficial*. Brasília. 2 abr. 1969. p. 1.
- . Decreto-lei nº 665 — 02 jul. 1968. Altera o art. 8º da Lei nº 5.379-15 dez. 1967. Prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. *Diário Oficial*. Brasília. 1969.
- . Decreto-lei nº 1.124-8 set. 1970. Permite deduções do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive. *Diário Oficial*. Brasília. 1970.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento do Ensino Supletivo. *Assistência técnica: habilitação profissional*. Brasília. 1973.
- . *Centro de Estudos supletivos*. Brasília. 1974. 31 p.
- . *Conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho para definição de política do ensino supletivo*. Brasília. 1970.
- . *Cooperação técnica: indicações operacionais para execução de exames supletivos*. Brasília, 1975. 321 p.
- . *Diagnóstico preliminar do ensino supletivo*. Brasília 1973. 61 p.
- . *Ensino supletivo*. Projeto Logos 1. Brasília, s.d. 64 p.
- . *Legislação do ensino supletivo*; Parecer nº 699. Lei nº 5.692. Brasília, 1974. 58 p.
- . *Manual de instrução*. Brasília s.d. 7 p.
- . *Projeto Acesso: exames supletivos profissionalizantes*. Brasília, 1973.
- . *Projeto Andrós: estudos, pesquisas e elaboração de material didático para o ensino supletivo*. Brasília. 1973. 61 p.
- . *Projeto Andrós: subprojeto Módulo*. Brasília, 1973.
- . *Projeto Andrós: subprojeto Séries Metódicas*. Material didático para cursos de qualificação profissional. Brasília. 1973. 55 p.
- . *Projeto Auxílio: cursos e exames supletivos*. Brasília. 1973. 45 p.
- . *Roteiro de entrevista*. Brasília / s.d.
- BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *Programa Nacional de Teleeducação. Reunião de dirigentes de órgãos do MEC; apresentação do PRONTEL* Brasília, s.d.
- CHAGAS, Valnir. Ensino supletivo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 59(1311:371-409. jul/set. 1973.
- DIAS, José Augusto et alii. Exame de maturidade; desafio ao ensino médio. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Cadastro de pesquisas educacionais no Brasil, 1968-1973*. Rio de Janeiro. 1975

(Pesquisa em realização. 352).

- ENCONTRO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO. Belo Horizonte. 15-19 out. 1973. *Coordenação, controle e avaliação do ensino supletivo*. Brasília. MEC, 1973. 21 p.
- . *Cursos*-Brasília. MEC. 1973. 20 p.
- . *Diretrizes básicas das metodologias do ensino supletivo*. Brasília. MEC. 1973. 20 p.
- . *Exames supletivos*. Brasília, MEC, 1973. 8 p.
- . *A formação dos recursos humanos*. Brasília. MEC. 1973. 24 p.
- . *Problemática do ensino supletivo*. Brasília, MEC, 1973. 16 p.
- ENCONTRO DE DIRIGENTES DE ENSINO SUPLETIVO E PRESIDENTES DAS CÂMARAS DE ENSINO SUPLETIVO DOS ESTADOS, TERRITÓRIOS E DISTRITO FEDERAL. 1, Brasília. 2-6 abr. 1973. *Documento final*. Brasília. MEC/DSU, 1973.
- ENSINO supletivo dentro da educação permanente. *Escola*. Sao Paulo (3):12-3. maio. 1972.
- ENSINO SUPLETIVO. Brasília, MEC/DSU. v. 1. n° 1. 1973.
- . Brasília. MEC/DSU. v. 1. n° 2. 1973.
- . Brasília. MEC/DSU. v. 1. n° 3. 1973.
- . Brasília. MEC/DSU. v. 1. n° 4. 1973.
- ; Brasília. MEC/DSU, v. 2, n° 5, 1974.
- . Brasília. MEC/DSU. v. 2. n° 6. 1974.
- FIELD. E. *Projet expérimental d'alphabétisation fonctionnelle de la Companhia Vale do Rio Doce au Brésil*. Paris. UNESCO. 1969.
- FURTER. Pierre. *L'extraescolaire et le développement rural au Sénégal*. Venezuela / s.ed. 1972.
- . *Possibilités et limites de l'alphabétisation fonctionnelle: l'expérience iranienne*. Paris UNESCO, 1973. 61 p. (Études et Documents de l'Éducation. 9).
- MACHLUP. F. *The production and distribution of knowledge in the U.S.A*. Princenton, Princenton Univ. Press. 1972. 416 p.
- SERAFIM. Sônia Therezínha Simões. *A orientação educacional e o ensino supletivo estadual na Guanabara*. Rio de Janeiro. MOBRAL. 1975. 136 p. Tese de Mestrado aprovada pelo Dept. de Educação PUC/RJ.
- SILVEIRA. Neusa Norma da. *Ensino supletivo e a nova lei do ensino de 1° e 2° graus*. *Correio do Centro Regional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (62):83-7. out/7dez. 1971.
- THERRIEN, Jacques et alii. *Rendimento escolar: interferência de fatores cognitivos, motivacionais e sócio-econômicos na reprovação do aluno da 3° e 4° fase do primeiro estágio do curso supletivo do Colégio Santo Inácio*. In: CURSO de aperfeiçoamento em pesquisa educacional. Rio de Janeiro. UFRJ/Faculdade de Educação. 1974.
- TOLLE. Paulo Ernesto. *Caracterização do sistema SENAI como de ensino supletivo*. *Didática*. Sao Paulo (9/101:83-8. 1972/1973).

8 — ENSINO E TECNOLOGIA

- ADULT, education and creation of a rural press for the newly literate. *Literacy Work*. Teheran. 1 (4):1-73. jan. 1972. Número especial.
- BERKA. Miroslav. Professional education of workers by correspondence teaching. *Convergence*, Toronto, 5(3):58-69, 1972. Documento apresentado à Conferência Internacional de Educação de Adultos. 3. Tóquio. 1972.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Programa Nacional de Teleeducação. *Relatório da teleeducação*. Brasília s.d. 58 p.
- CONSELHO CULTURAL INTERAMERICANO. *Estudio sobre cursos por correspondência en los Estados Unidos y America Latina*. Resolución n° 12 de la Reunión del Consejo. Washington, Union Panamericana. 1963. 62 p.
- CORREA. Arlindo Lopes, *Educação permanente e novas tecnologias educacionais*. Rio de Janeiro, CNRH. 1971. (Série Estudos 11. 137).
- . *Sugestões a serem apresentadas à Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio*. Brasília s.d. 187 p.
- CROSS. Luis. L'enseignement par correspondance et son avenir. *L'Éducation National*. Paris (803):9-12. nov. 1966.
- ERDOS. Renée F. *L'enseignement par correspondance*. Adaptation française de Pierre Simon. Paris, UNESCO. 1970. 167 p.
- HASSEN. Ben M. Formation des enseignants par correspondance. *Perspective de L'Éducation*. Paris. f(3):41-6. 1970.
- IRMAK, Mehmet. Education by correspondence in Turkey. *Convergence*. Toronto. 5(3):80-5. 1972. Documento apresentado à Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. 3, Tóquio, 1972.
- JONES. Lyndon H. Directed private study; un enseignement par correspondance dirigé. *Adult Education*. Toronto. 44(4):374-9. mars. 1972.

- LAZARUS, Ruth. Les centres polyvalents d'éducation des adultes. *Perspectives*. Paris, 2(31):373-82. automne 1972.
- MESSIER, Guy. *Projet-pilote Saguenay/LACST-JEAN: Le version*. Québec, Télévision éducative du Québec/Ministère de L'Éducation, 1967. 49 p.
- SALAZAR, Luis. La instrucción por correspondencia como metodo de adestramiento. *Boletim Técnico INCE*. Caracas. 6(17):28-41. 1973.
- SHAW, Roy. Extra — mural experiences with local radio. *Adult Education*. London, 43(2)A 02-9, jul. 1970.
- SINGH, Bakhshish. A future for integrated correspondence study in developing countries. *Convergence*. Toronto. 5(3):76-9. 1972.
- SLOOS, Isaac, J. The challenge of correspondence education. *Convergence*. Toronto, 3(11):74-8. 1970.
- VEDEMEYER, Charles A. The. communication satellite: vehicle for a new kind of reciprocal independence in international adult education? *Convergence*. Toronto. 4(11):45-53, 1971.
- WAMIEWCA, Ignacy. *La ràdio comunicació al servicio de la educación de adultos*. Compêndio de la experiência mundial. Paris. UNESCO. 1973.
- WEDELL, E. G. *La place de l'enseignement par correspondance dans l'éducation permanente*. Strasbourg, Council of l'Europe. 1970. 104 p.

9 — ENSINO E TECNOLOGIA NO BRASIL

- DEMARTINI, Pedro & SILVA, José Carlos N. da. Educação de base para adolescentes e adultos na Rádio e Televisão Cultural. *Educação Hoje*. Sao Paulo (11):24-32, set. 1970.
- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. Avaliação do Projeto Telescola. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Cadastro de pesquisas educacionais no Brasil. 1968-1973*. Rio de Janeiro, 1975. 189 p.
- HORTA, José Silvério Baia. Diagnóstico do rádio educativo no Brasil. In: BRASIL Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Cadastro de pesquisas educacionais no Brasil. 1968 — 1973*. Rio de Janeiro. 1975. 45. p.
- . Rádio e educação no Brasil *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. 59(1311):454-68. jul/set. 1973.
- LEITÃO, Yacy de Andrade. *Contribuições para o estudo da teledidática. a partir de uma experiência de televisão educativa no Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação. 1973. 169 p- Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- MAROTO, Maria Lutgarda Mata. Ensino por correspondência. In: BRASIL Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Cadastro de Pesquisas educacionais no Brasil, 1968 — 1973*. Rio de Janeiro. 1975. 45 p. PC 14.
- . *Planejamento de um curso supletivo pelo rádio: análise crítica de uma experiência e proposição de um modelo alternativo*. Rio de Janeiro, PUC/Dept. Educação. 1974. 108 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- SABBAC, Maria Amélia. *A televisão educativa no Brasil: um estudo analítico*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação 1974. 248 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.

10 — FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- BROHEL, Allan. *Estudo-piloto para determinação da mão-de-obra e necessidade de treinamento*. Porto Alegre. SUDESUL. 1971.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL La formation professionnelle en Amérique Latine. Genève.1951 (Nouvelle Série. 28).
- CARDOSO, José Luiz Reyna & CARDOSO, Fernando Henrique. *Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina*, s.n.t.
- CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES SUR LES QUALIFICATIONS, Paris. *L'inventaire des moyens privés de formation professionnelle*. Paris. 1973 (LB Documentation Française, 6).
- CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN SOBRE FORMACIÓN PROFESIONAL. *Catalogo de manuales latinoamericanos sobre formación profesional*. Montevideo, 1969.
- . *Evolución de la formación profesional, experiencias e metodologia*. Montevideo. 1971.
- . *Metodologias para determinar las necesidades de formación profesional; una reunión tecnica* — Montevideo. 1968.
- . *Nuevas tendencias de la formación profesional*. Montevideo. 1969. 175. p.
- CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN SOBRE FORMACIÓN PROFESIONAL/ARMO. *Métodos para la planificación de la formación profesional*. Montevideo. 1960. 39 p.
- . *Análisis de formación profesional en empresas*. Montevideo, CONET/IDEA, 1969. 2 v.
- . *Modalidades e tendencias de la formación profesional on E.E.U.U*. Montevideo. IMI. 1968.
- . *Formación profesional rural*. Montevideo. SENA. 1968.

- CLIQUET. Maurice. *Méthodes et expériences de classification des emplois*. Paris. Entreprise Moderne D'Édition 1971.
- DROUET. Pierre. *Evaluación sistemática de programas de formación profesional*. Montevideo s.ed. 1971. 126 p.
- GRACIAREMA. Jorge. Desarrollo, educación y ocupaciones, técnicas. *América Latina*. Rio de Janeiro, 12(1):23-46, 1969.
- GRETTLER. Armin. *La formación de cuadros medios adultos*. Paris. UNESCO. 1972. 180 p.
- SWEDNER, Marald & Yague. Dámaso. *Classification systems for human behaviour*. Strasbourg. Council for Cultural Co-Operation/Committee for Out-of-School Education, 1969. 67 p. (Studies on the Cultural Development. 1).
- WARREN. H. *Vocational and technical education*: Paris. UNESCO. 1967.

11 — FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

- A AÇÃO do SESC no campo da educação de adultos. *Documento*. Rio de Janeiro. SESC (12):61-76. jul./set. 1973.
- ALMEIDA. Leila Borges de Araújo. *A evolução dos objetivos de desenvolvimento de pessoal na experiência empresarial brasileira como um caso de educação*. Rio de Janeiro. PUC Dept. Educação, 1973. 88 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- BRANDÃO. Rosaly Lima. *Formação de mão-de-obra na empresa; estudo de um caso de formação profissional básica*. Rio de Janeiro, PUC Dept. Educação. 1973. 119. p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- BRASIL Ministério do Trabalho e Previdência Social. Departamento Nacional de mão-de-obra. *Cadastro brasileiro de ocupações*. Rio de Janeiro, 1972. 897 p.
- . *Legislação sobre profissões*: pesquisa realizada pela equipe da Seção de Documentação do DNMO/MTPS. Rio de Janeiro. 1973. 106 p.
- BROHEL. Allan. *Estudo Piloto para determinação de mão-de-obra e necessidade de Treinamento*, Porto Alegre. SUDESUL. 1971.
- CALAZANS. Maria Julieta Costa & Fávero. Maria de Lourdes de Albuquerque. *O SESC face à educação permanente*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio. 1969.
- CASTRO. Claudio de Moura & SOUZA. Alberto de Mello. *Mão-de-obra industrial no Brasil*: mobilidade, treinamento e produtividade. Rio de Janeiro. IPEA s. d. (Publicação. 25).
- CONCEITO de planificação de recursos humanos adepto por SUDENE. *Boletim Econômico da SUDENE*, Recife. 2(31):33-51. out./dez.
- CUNHA. Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *O ensino técnico industrial e a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro. PUC. Dept. Educação do grau de mestre em Educação. 1972. 145 p. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos. *Tipologia da Escola Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, 1969.
- GATTI. Bernadete Angelina et alii. Algumas considerações sobre o treinamento de pessoal no ensino. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (4):1-52. out. 1972.
- HOROWITZ. Moris A. & ZYMEIMAN. Manuel. *Avaliação do programa intensivo de preparação da mão-de-obra industrial no Ministério da Educação e Cultura do Brasil*. Montevideo, s. éd., 1967. 54 p.
- DE LUCA. Diva Luiza. Demanda de mão-de-obra e necessidade de treinamento. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Cadastro de pesquisas educacionais no Brasil. 1968-1973*. Rio de Janeiro. 1975. p. 194 (Pesquisa em Realização. 346).
- RITINS. Janis Ivars. *Contribuição a determinação das necessidades de desenvolvimento de pessoal nas empresas*; modelo teórico e instrumentos práticos. Rio de Janeiro PUC/Dept. Educação, 1973. 161 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Departamento Regional de São Paulo. *Projeto Jovem-Profissão: Programa jovem -72*. São Paulo. 1972. 6 p.
- TAVARES. José Nilo. *A educação de adultos e o SESC*. Rio de Janeiro. SESC. 1970. 79 p.

12 - SEMINARIOS. SIMPÓSIOS E CONFERÊNCIAS

- CENTRO DE EDUCACIÓN FUNDAMENTAL PARA EL DESARROLLO DE LA COMUNIDAD EN AMÉRICA LATINA. *Algunos aspectos de la planificación de los programas de desarrollo de la comunidad y participación popular*. Patzcuáruo. 1969. 34 p.
- . *Diferencias entre adultos y jóvenes que afectan el aprendizaje*. Patzcuáruo. 1968. 15 p.
- CLIFFOR. Roy A. ed. *Recompilación de documentos del Seminario Internacional sobre Organización Campesina*. Guatemala. Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA, 1969. 319 p. (Publicación Miscelánea. 63).

- COLLOQUE SUR L'EDUCATION DES ADULTES. Paris. 24-25 mars 1968. *Dialogue et participation dans l'éducation des adultes*. Paris, 1968. 74 p.
- CONFERENCE EUROPÉENNE SUR L'ÉDUCATION DES ADULTES. Hambourg. 1962. *Rapport*. Hambourg. UNESCO. 1962. 45 p.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. Genebra. 1973. Paid educational leado. *Convergence*, Toronto. 6(21:70-86. 1973.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. 3. Tóquio. 1972. Democratization or education. Documento de trabalho e relatório final. *Convergence*. Toronto. 5(31:20-5, 1972.
- . *Estudio internacional retrospectivo de la educación de adultos*. Paris. UNESCO, 1972.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO, Paris, 1968. *Planificação da educação: um levantamento mundial de problemas e perspectivas*. Conferências promovidas pela UNESCO. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1971. 244 p.
- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. 1. Rio de Janeiro. 1947. *Relatório Rio de Janeiro*. MEC/Secretaria Geral. 1950. 219 p.
- ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. An international information/system in adult education. *Convergence*. Toronto. 5(31:86-94, 1972. Documento apresentado à Conferência Internacinal sobre Educação de Adultos, 3.. Tóquio. 1972.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conferências promovidas pela UNESCO*; Planificação da Educação. Um levantamento mundial de problemas e perspectivas. Tradução de Paulo R.G. Esmanhoto. Rio de Janeiro. Serv. Publicações. 1971.
- INTERNATIONAL COUNCIL FOR EDUCATIONAL D EVO LO PM E NT. *Nonformal education for rural development: Stregthening learning opportunities for children and youth*. Essex. 1973. 136 p. Anexos. An Ínterin repon on a rechearch study for UNICEF.
- PRONUNCIAMIENTO en torno a la alfabetización y a los servicios educativos posteriores dentro del contexto de la educación de adultos; documentos internacionales. Ruta, México (141:53-70, mar/abr. 1974.
- SEMINAR OF INTERREGIONAL STUDIES ON ADULT EDUCATION, Slagelse-Denmark. UNESCO. 16 July-26 aug. 1967. *Adult education and socio-economic development in Brazil and Northeast Brazil*. Recife. SUDENE/Div. Documentação. 1967. 47 f.
- SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO —EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1. Recife. 9-13 jan. 1967. *Diretrizes para os programas de educação de adultos*. Recife. SUDENE. 1967. 40 p. (Educação. 2)
- SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, Rio de Janeiro. 9-18 abr. 1973. *Documento final*. Rio de Janeiro. MOBRAL, 1973.
- SEMINARIO LATINOAMERICANO DE EDUCACIÓN DE ADULTOS. Cuba, 14-30 mar. 1972. *Informe final*. La Habana, Centro Regional de Alfabetización Funcional en las Zonas Rurales de America Latina, 1972.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE. 1. Buenos Aires. 20-26 jun. 1970. Documento final. *Educadores*. La Plata. 74(851:61-81 ene/feb. 1971.
- SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE ALFABETIZACIÓN. Popayán. Colombia. 17-24 de jul. 1973. *Plana*, Madrid. Oficina de Educación Iberoamericana (19731:3-4, jul. 1973.
- SOLER ROCA. Miguel. La Conferencia de Tokio. *Boletín de Educación*. Santiago do Chile (12):5-13. jul/dic. 1972.
- UNESCO. *Erradicação do analfabetismo*; relatório final. In: CONGRÈS MONDIAL DES MINISTRES L'ÉDUCATION SUR L'ELIMINATION DE L'ANALFHABETISME, Téhéran, 8-19 sep. 1965. Belo Horizonte, MEC/INEP. 1967. 96 p.
- UNESCO'S Third International Conference on Adult Education. Tokyo. 1972. *Kenya Journal or Adult Education*, Nairobi. 2(21:49-54. 1973.

13 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES, Rubem A. Institución y comunidade: Apuntes sobre los caminos, de la iglesia. *Tierra Nueva*. Buenos Aires, 74(491:3-13.3. Jul,;set. 1976.
- ANDERSON, A. Arnold. Réflexions sur la planification de l'enseignement extra-scolaire. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris, IIEP, 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut do Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 1: Perspectives en metiere de planification de l'éducation extra-scolaire, p. 35-48.
- BARRIGA. Patricio & TASIGUANO, Enrique. La education no-formal y sus implicaciones. *Educación Hoy*, Perspectivas Latinoamericanas, Bogotá. 3(181:59-69, nov./dic. 1973.
- BAZANY, M. L'évaluation du project experimental d'alphabétisation fonctionnelle: L'expérience d'Ispahan. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IIEP. 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu a l'Institut de Planification de l'Éducation, 13-21 déc. 1971. Pte. 3: Alphabétization des adultes: l'exemple d'Ispahan, p. 147-76.
- BAISEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. Sao Paulo, Ed. Pioneira. 1974 (Biblioteca Pioneira de

Ciências Sociais)

- BELLO DIAS, Gilberto. Un ensayo de autoeducación de niños marginados: "gamines"; estudio del caso del "bosconia-La Florida". Proyecto de investigación sobre educación no-formal. *Educación Hoy*, Perspectivas Latinoamericanas. Bogotá. 3(181:33-58, nov./dic. 1973
- BENTES, Mara. Vôlei Juvenil, a seriedade no treinamento permanente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1977 p. 28.
- BESSON, Claude. Les Maisons Familiales, une recherche continue. *Éducation et Développement*. Paris. (84):28-39. mars. 1973.
- BOAVENTURA, Edivaldo. *Ensino supletivo na Secretaria de Educação e Cultura*. Salvador. UFBA. 1974, 29 p. mimeogr.
- BOAVENTURA, Edivaldo; HORTA José Silvério Baia; ROSAS. Paulo da Silveira. Relatório-síntese dos trabalhos. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL, Rio de Janeiro. IESAE-MEC/DAU/CAPES, 27 set./1 out. 1976. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1976, 15 p. mimeogr.
- BONNIEL, Jacques. Une singulière réussite. *Educación et Développement*. Paris (84):70-5. mars. 1973.
- BORDENAVE, Juan Diaz. Comentários ao documento básico. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL. Rio de Janeiro. IESAE-MEC/DAU/CAPES. 27 set/1 out. 1976. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1976. 6 p. mimeogr; *Forum Educacional*. Rio de Janeiro. 1(1):63-9. jan./mar. 1977.
- BOURGEOIS, M. La radio au service du développement rural: l'expérience sénégalaise de radio éducative. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue de développement*. Paris. IIEP, 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 2: Le rôle des moyens de communication de masse dans l'enseignement extra-scolaire, p. 85-100.
- BRASIL, Centro Nacional de Recursos Humanos. *Rádío educativo no Brasil: um estudo*. Brasília, IPEA/PLAN, 1976. 176 p. (Série Documentos. 3).
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Relatórios de educação integrada e ensino supletivo*. Rio de Janeiro. 1974. Pte. 1 2v.
- . *Problemas de supervisão e avaliação num programa de Massa/Mobral*. Rio de Janeiro 1973. 53 p.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Departamento de Projetos e Operações. *Metodologia para programação operacional dos projetos de assentamento de agricultores*. Brasília, 1971. 162 p.
- BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Supletivo. Ensino Supletivo: Conclusões. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE ÓRGÃOS DE ENSINO SUPLETIVO, 4.. Brasília. 1976. Brasília. Dept. Documentação e Divulgação. 1976. 31 p.
- . *Ensino Supletivo: Estratégia Nacional*. Brasília. 1976. 41 p.
- . Projetos e atividades do Departamento de Ensino Supletivo. In: ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E PRESIDENTES DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO. com A PARTICIPAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DE SAÚDE. lo.. Brasília, nov. 1976. Brasília. 1976.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação não formal: novos usos de antigos recursos; Projeto Multinacional de Educação. Técnica e Formação Profissional*, s.1.. MEC/CET/ULTRAMIG. 1974. 140 p.
- . Departamento de ensino Supletivo *Sistematica operacional para o exercicio de 1977*. Brasília, 1976.
- CALLAWAY, A. La formation dans les petites entreprises indigènes: l'exemple nigérian. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IIEP. 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu a l'Institut de Planification de l'Éducation, 13-21 déc. 1971. Pte. 4: La formation extra-scolaire pour les sociétés en voie de développement, p. 177-99.
- . La planification de l'enseignement extra-scolaire, facteur de développement. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra scolaire en vue du développement*. Paris. IIEP. 1972. 295 p. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 1: Perspectives en matière de planification de l'enseignement extra-scolaire, p. 17-34.
- CARDINET, Jean. *La terminologie de l'éducation*. Neuchâtel. Institut Romand de Recherches et de documentation Pédagogiques. 1974. 15 p.
- CASANOVA, Jacques. Ensino por correspondência na França e multimédias. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza, 5-9 dez. 1976. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducação — ABT. 1976. 10p. mimeogr.
- CASE, Harry L & NIEHOFF.. Richard O. *Educational alternatives in national development plans and programs: suggestions for policy makers*. East Lansing, Michigan. Michigan State University. 1975.
- CASSIRER, H. R. Les moyens de communication de masse: leur importance dans l'éducation extra-scolaire. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IIEP. 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut de Planification de l'Éducation,

- 13-21 dec. 1971. Pte. 2: Le role des moyens de communication de masse dans l'enseignement extra-scolaire, p. 73-84.
- CASTRO, Josélia Saraiva. *O exame de madureza no sistema de ensino brasileiro*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação. 1973. 152 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- CATTO, Magali; VEIGA, Marly; NASCIMENTO, Nilton. Relato de uma experiência de ensino por correspondência na área de desenvolvimento de recursos humanos para a educação. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza. 5-9 dez. 1976. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducção ABT. 1976. n.p. mimeogr. Anexos.
- CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT, Paris. *Égalité devant l'éducation*: position du problème. Le cas particulier de l'éducation récurrente. Paris. OCDE/CERI, 1971. 53 p.
- CHARTIER, Daniel. La pédagogie de l'alternance. *Éducation et Développement*. Paris (84):14-25, mars 1973.
- CLAIR, René. Les Maisons familiales et la législation. *Education et Développement*, Paris (84):60-3. mars. 1973.
- CONFERENCIA REGIONAL SOBRE PLANEJAMENTO Y ORGANIZACIÓN DE PROGRAMAS DE ALFABETIZACIÓN EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Caracas, UNESCO. 30 mayo — 4 jun. 1966. *Conclusiones y recomendaciones*. Pátzcuaro, CREFAL, 1969 47p.
- CONGRESO MUNDIAL DE MINISTROS DE EDUCACIÓN PARA LA LIQUIDACIÓN DEL ANALFABETISMO, Teherán. UNESCO. 8-19 sep. 1965. *Conclusiones y recomendaciones*. Pátzcuaro, CREFAL, 1969. 47 p.
- COOMBS. Philip H. *Nonformal education for rural development: Strengthening learning opportunities for children and youth*; an interim report on a research study for UNICEF. Essex. International Council for International Development. 1973.
- . La planification de l'éducation extra-scolaire: quelques remarques liminaires. In: UNESCO: *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris, IPE, 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu a l'Institut International de la Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 1: Perspectives en matière de Planification de l'enseignement extra-scolaire, p. 49-63.
- CYRINO. Cleonice. *Comprovação da eficácia da instrução programada no treinamento de pessoal da Rede Ferroviária Federal S/A — RFF/SA; um estudo experimental*. Rio de Janeiro, PUC/Dept. Educação, 1975. 202 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.
- DEMO, Pedro. Comentários á Furter e ao Seminário. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL. Rio de Janeiro. IESAE-MEC/DAU/CAPES. 27 set/1. out 1976, Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1976. 3p. mimeogr. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, 1(1):71-6, jan/mar. 1977.
- DIAS, Marcos Antonio Rodrigues. Há lugar para formas de universidade aberta no Brasil? In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza, 5-9 dez. 1976. *Introdução*. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducção-ABT. 1976 15 p. mimeogr.
- DIFFAURE, André. Les maisons familiales et leur évolution. *Éducation et Développement*. Paris (84):3-11. mars. 1973. Une stratégie de desenclavement en milieu rural: *Les Maisons Familiales Rurales d'éducation et d'orientation*, s.n.t. 6 p. mimeogr.
- ÉDUCATION ET DÉVELOPPEMENT. *L'alternance école-travail. L'expérience des maisons familiales rural*. Paris, n. 84. mars 1973.
- EDUCACIÓN HOY; Perspectivas Latinoamericanas. *Alcances y limitaciones de la educación no formal*; relaciones entre el sistema de la educación no formal. Bogotá, v. 5. n. 30 nov./dic. 1975.
- . *La educación no formal*; un sector de amplias posibilidades. Bogotá, v. 3, n. 18. nov./dic. 1973.
- ÉDUCATION permanente; un recueil d'études commanditées par le Conseil de la Coopération Culturelle. Strasbourg. Conseil de l'Europe, 1970. 517 p.
- ELMER, Duane H. *Models for applying non-formal education*. s.1 s.ed.. 1975 19 p. mimeogr.
- ESTADOS UNIDOS. National Education Association. Department of the National Association for Public School Adult Education. *Adult basic education: a guide for teachers and teacher trainers*. Washington, 1969.
- FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. *Estudo das programações das estações radiodifusoras em funcionamento nas universidades brasileiras*. Rio de Janeiro, PUC/Depto. Educação, 1974. 197 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Escolas bíblicas dominicais das Igrejas Evangélicas da Cidade de Salvador*. Salvador, Univ. Federal da Bahia. 1975. Monografia elaborada para a conclusão da disciplina Educação Não-Formal no Mestrado em Educação.
- FÁVERO, Osmar & VALLA, Víctor. Educação extra-escolar: revisão de conceitos básicos. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL, Rio de Janeiro. IESAE-MEC/DAU/CAPES. 27 set/ out. 1976. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, 7(1):53-61, jan./mar. 1977.
- FERREIRA NETO, Lino. A experiência do IBAM no ensino por correspondência. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8., Fortaleza. 5-9 dez. 1976. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducção —

- ABT. 1976. 20 p. mimeogr.
- FURTER, Pierre. Existe a formação extra-escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários. Trad. de Maria Luiza Xavier de Almeida Borges. In: SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR. Rio de Janeiro. IESAE-MEC/DAU/CAPES. 27 set./1 out. 1976. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1976; *Forum Educacional*, Rio de Janeiro. 1(1):5-52. jan/ymar. 1977.
- GOLDSTEIN, Reine. Peut-on généraliser l'alternance? *Education et Développement*. Paris (84):82-6, mars 1973.
- GONZALEZ, E.P. Méthodes d'enseignement du Service National d'Apprentissage (SENA) In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue de développement*, Paris, IIPÉ; 1972. 295 p. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut International de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 4: La formation extra-scolaire pour les sociétés en/voie de développement, p. 213-30.
- GUARANYS, Lucia Radier. A clientela do ensino por correspondência. Sob a orientação de Cláudio Moura Castro/Programa ECIEL. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8., Fortaleza. 5-9 dez. 1976. *Documento básico. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducção-ABT, 1976. 49 p. mimeogr. Anexos*
- GUIGOU, Jacques. *L'institution de la formation permanente*. Paris. s. ed., s.d. 18 p. mimeogr.
- HARTZLER, L. Rapport du Groupe de Travail de la langue anglaise; In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IIPÉ. 1972. 295 p. Séminaire tenu à Institut International de Planification de l'Éducation, 13-21 déc. p. 275-80.
- IDIART, Pierre. Le système des 4/4 dans l'enseignement américain, est-ceaussi l'alternance? *Éducation et Développement*. Paris (84):76-81. mars 1973.
- INSTITUTO RÁDIO TÉCNICO MONITOR S.A. Ensino por correspondência. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza. 5-9 dez. 1976. Fortaleza, Associação Brasileira de Teleducção-ABT, 1976. 11 p. mimeogr.
- INTERNATIONAL COUNCIL FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT. *Nonformal education for rural development*: Strengthening learning opportunities for children and youth. Essex, 1973. 136 p. Anexos. An interim report on a research study for UNICEF.
- KIPKORIR, B.E. Kenya: development and coordination of nonformal programs. In: AHMED, Manzoor & COOBS, Philip H., eds. *Education for rural development; case studies for planners*. New York, Praeger Publ.. 1975. cap. 5 p. 175-216.
- LABROUSSE, A. & DUVIEUSART, B. Rapport du Groupe de Travail de la langue française. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris, IIPÉ. 1972. 295 p. Séminaire tenu à l'Institut International de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. p. 218-4.
- LAMBERT, R. Éducation en milieu industriel: les méthodes de formation et de perfectionnement professionnels de l'électricité de France. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue de développement*. Paris. IIPÉ. 1972. Rapports et communications, présentés au séminaire tenu a l'Institut de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 4: La formation extra-scolaire pour les sociétés en voie de développement. 231-46.
- LEFRANC, Robert. *L'utilisation combinée de la radio-télévision et des cours par correspondance pour l'enseignement supérieur*: les systèmes universitaires et post-universitaires européens d'enseignement à distance. Paris. Conseil de l'Europe. 1974. p. 1-17; 109-14 xerox.
- LEITE NETO, Leonard Gomes de Carvalho. Projeto Logos II. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza, 5-9 dez. 1976. Fortaleza. Associação Brasileira de Teleducção-ABT, 1976. 15 p. mimeogr. Anexos.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. *Organização curricular no ensino supletivo/suplência*. Rio de Janeiro, PUC/Dept. Educação. 1975. 101 p. mimeogr. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- LOWE, John. *L'éducation des adultes*; Perspectives mondiales. Paris. UNESCO. 1976.
- MACHLUP, Fritz. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton. Univ. Press.. 1972. 416 p.
- MAROTO, Maria Lutgarda Mata. *Planejamento de um curso supletivo pelo rádio: análise crítica de uma experiência e proposição de um modelo alternativo*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação. 1974. 108 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- MARTINELL —GIFRE, M. *L'alternance, relation école - vie*. Paris, s. éd.. 1972. 10 p. mimeogr.
- MEISTER, Albert. *Participation, animation et développement à partir d'une étude rurale en Argentine*) Paris, Anthropos. 1969. 382 p. (Sociologie et Tiers Monde).
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. *Documentário*. In: SIMPÓSIO SOBRE MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. 2. Vitória. 20-24 set. 1976. Vitória. MEPES. 1976 mimeogr.
- OLIVEIRA, CE. Rapport du Groupe de Travail de langue espagnole. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IIPÉ. 1972. 295 p. Séminaire tenu à l'Institut

- International de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. p. 285-92.
- OZANAM, Jacques. Les maisons Familiales, un anti-enseignement. *Éducation et Développement*, Paris (84):42-55. mars 1973.
- PARKYN, George W. *Toward a conceptual model life-long education*. Paris, UNESCO, s.d. (Education Studies and Documents, 12).
- PAULSTON, Rolland G. & LE ROY, Gregory. Strategies for nonformal education. *Teachers College Record*. New York. 76(4):569-96. May 1975.
- PELTIER, Albert. L'alternance dans la formation des adultes. *Éducation et Développement*. Paris (84):64-9. mars 1973.
- POIGNANT, R. Préface. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IPE. 1972. 295 p. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut International de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971.
- PONCINS, R. de & VERDIER, R. Une opération de développement propice à l'alphabétisation fonctionnelle au Mali. In: UNESCO. *La Planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IPE. 1972. 295 p. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 4: La formation extra-scolaire pour les sociétés en voie de développement, p. 247-66.
- ROLIN, Liz Cintra. Desescolarización: Una idea o una realidad? *Éducation Hoy*. Perspectivas Latinoamericanas. Bogotá. 3(18):3-15. nov/déc. 1973.
- RYAN, J., org. Rapport du Séminaire. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IPE. 1972. 295 p. Séminaire tenu à l'Institut International de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. p. 3-8.
- SALGADO, Edmée Nunes de. Programa de teleducação. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza. 5-9 dez. 1976. Fortaleza, Associação Brasileira de Teleducação-ABT, 1976. 19 p. mimeogr.
- SEEGER, W. Rapport sur les programmes d'éducation à distance en Amérique Latine et sur les résultats que donnent les moyens d'information collective dans le procès d'évolution sociale. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. l'Institut de Planification de l'Éducation, 13-21 de déc. 1971. Pte. 2: Le role des moyens de communication de masse dans l'enseignement extra-scolaire, p. 101-26.
- SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO. 8.. Fortaleza. 5-9 dez. 1976. *Ensino por correspondência na EMBRATEL*. Fortaleza, Associação Brasileira de Teleducação-ABT, 1976. 42 p. mimeogr.
- SEMINÁRIO SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO BRASIL, Rio de Janeiro, IESAE-MEC/DAU/CAPES, 27 set/out. 1976. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1976. mimeogr.
- SERAFIM, Sônia Therezinha Simões. *A orientação educacional e o ensino supletivo estadual na Guanabara*. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1975. 136 p. Tese de Mestrado aprovada pelo Dept. de Educação PUC/RJ.
- SETTE, Tania Dauster. *Análise do nível operatório do adulto analfabeto*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação. 1975. 6 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.
- SMYTH, J.A. Analyse coût-efficacité du project-pilote d'alphabétisation fonctionnelle des adultes en Iran: tableau synoptique. In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue développement*. Paris. IPE. 1972. Rapports et communications présentés au séminaire tenu a l'Institut de Planification de l'Éducation. 13-21 déc. 1971. Pte. 3: Alphabétisation des adultes: l'exemple d'Ispahan. p. 177-91.
- SPEYER, Anne Marie. A experiência da radiodifusão educativa. In: ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO NORDESTE. 2.. Rio Grande do Norte. 1976. *A educação na zona rural*. Natal. 1976. ———. *Movimento de Educação de Base: retrospectiva e experiência de planejamento*. Rio de Janeiro. MEB. 1976. 32 p. mimeogr.
- VELANDIA, Wilson & ADAMS, Emily Vargas de. Projeto de investigação no formal em Colombia. *Educación Hoy: Perspectivas Latinoamericanas*. Bogotá, 3(18):17-32. nov./déc. 1973.
- VERDIER, R. La division de pédagogie rurale de Yaounde (Cameroun) In: UNESCO. *La planification de l'éducation extra-scolaire en vue du développement*. Paris. IPE. 1972. 295 p. Rapports et communications présentés au séminaire tenu à l'Institut International de Planification de l'Éducation, 13-21 déc. 1971. Pte. 4: La formation extra-scolaire pour les sociétés en voie de développement, p. 267-74.
- WIGGERS., Terezinha. *Avaliação da experiência maranhense de televisão educativa*. Rio de Janeiro. PUC/Dept. Educação. 1973. 187 p. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação.

ANEXOS

ANEXO 1

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

COORDENADOR

Osmar Fávero

CONSULTORES

José Silvério Baía Horta
Maria Julieta Costa Calazans
Petrus Maria Vlasman
Victor Vincent Valla

COLABORADORES

- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Zélia de Oliveira Passos
- SUDESUL
Ana Maria dos Santos Amantino
Vera Becker
- SUDENE
ivoneide Anacleto Porto
- Universidade Federal da Bahia
Edivaldo M. Boaventura
- Universidade Federal de Goiás
Darcy Costa
Marília Carneiro A. Dias
- Universidade Federal do Maranhão
Raymundo Palhano
- Universidade Federal da Paraíba
James Lima Buchmann

MESTRANDOS DO IESAE

- na elaboração do termo de referência e dos instrumentos de coleta dos dados

Olinda Maria Noronha
Valdete da Luz Carneiro

- Na 1ª etapa da pesquisa

Alda Luzia Pessoti
Astrid Person de Mattos Villas-Boas
Lourdes Grzybowski
Mana Aparecida Ciavatta Pantoia Franco
Rosa do Espírito Santo Costa
Sônia Mana de Castro Remy

- na 2ª etapa da pesquisa

Ana Emilia Smith Jorge
Lúcio Krentz

Marília Martins da Costa Cruz

- na elaboração do relatório final

Rute Mana Monteiro Machado Dias

MESTRANDOS DO IESAE/UFGoiàs

Carolina Azevedo Soares

Cecy Curado de Moraes

Ilka Canabrava

Mana Paulina Arantes Bernardes

Marília Lara do Amaral Oliveira

MESTRANDOS EM EDUCAÇÃO DA UFPb

Ana Lúcia_Procôpio Pinto

Cilene Augusta da Nóbrega Alvares

Francisco Martinez Conde

Iolanda Jacobina da Cruz

Joseide Gomes Montarroyo

Lucinete Marques Lima

Mana Antonieta Brito de Albuquerque Lima

Mana Bernadete Silveira Andrade

Maria das Graças Alves

Maria de Lourdes Pereira

Melancia Mendonça Rodrigues

Mércia Mana Fonseca da Cunha Tahim

Nely de Lima e Melo

Teresinha de Jesus Dália da Costa Paulino

FUNCIONARIOS DO IPPUC

Dulce Aparecida Maertri

Joseph Siroscvk

Silvia Regina Pires Mendonça

Tania Schussel

ESTAGIÁRIOS

Clarisse Vitória Lopes Carilho

Manza Khaled Poppe

DOCUMENTARISTAS

Angela Helena Teixeira Affonso

Regina Heredia Doha

DATILOGRAFIA

- dos relatórios

Carlos José e Silva

Paulo dos Anjos Matias

- dos anexos

Nina Rosa Dos Santos

ANEXO 2

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Nº DE CADASTRO	INSTITUIÇÕES	AREA DE ABRANGÊNCIA
001	SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	nacional
002	SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	nacional
003	PIPMO-AM - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO AMAZONAS	estadual
004	INPA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA	nacional
005	CEAG-AM - CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL A PEQUENA E MÈDIA EMPRESA DO AMAZONAS	estadual
006	CRUTAC/AM - CENTRO RURAL UNIVERSITARIO DE TREINAMENTO E ACOO COMUNITARIA DO AMAZONAS	estadual
007	CEAG/PA - CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL A PEQUENA E MÈDIA EMPRESA DO PARA	estadual
008	CIABA/PA - CENTRO DE INSTRUÇÃO "ALMIRANTE BRAS DE AGUIAR' (da Marinha Mercante)	estadual
009	COSANPA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	estadual
010	EMBRATER - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	nacional
011	PAROQUIA DE SANTO CRISTO (Rio de Janeiro)	local
012	BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S/A	regional
013	TELEPARA - TELECOMUNICAÇÕES DO PARA S/A	estadual
014	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A	estadual
015	CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	nacional
016	IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI	nacional
017	ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITARIA	nacional
018	MAM - MUSEU DE ARTE MODERNA (Rio de Janeiro)	municipal
019	CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	nacional
020	EMATER/PARA - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARA	estadual
021	MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO	estadual
022	FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPIRITO SANTO	estadual
023	O SOL - OBRA SOCIAL DO LESTE I (Rio de Janeiro)	estadual
024	FLUMINENSE FUTEBOL CLUBE (Rio de Janeiro)	municipal
025	JUDO CLUBE NISSEI (Rio de Janeiro)	municipal
026	TEATRO AMADOR "O TABLADO" (Rio de Janeiro)	municipal
027	ISHIBRAS - ISHIKAWAJIMA DO BRASIL ESTALEIROS S/A	estadual
028	SECRETARIA DA CULTURA E DO BEM-ESTAR SOCIAL DO ESPIRITO SANTO	estadual
029	INOCOOP/ES - INSTITUTO DAS COOPERATIVAS HABITACIONAIS DO ESPIRITO SANTO	estadual
030	COHAB/ES - COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPIRITO SANTO	estadual
031	FUNDAÇÃO LEÃO XIII (R.o de Janeiro)	municipal
032	GINÁSTICA DE PRAIA (Rio de Janeiro)	municipal
033	MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO E BASE	nacional
034	ACM - ASSOCIAÇÃO CRISTA DE MOCOS	nacional
035	ARACRUZ FLORESTAL S/A (Espírito Santo)	estadual
036	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MENOR (Rio de Janeiro)	estadual
037	ABBR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE RECUPERAÇÃO (Rio de Janeiro)	nacional
038	BANCO DA PROVIDÊNCIA (Rio de Janeiro)	estadual
039	GRUPO DE PROMOÇÃO HUMANA DE NOVA FRIBURGO (Rio de Janeiro)	municipal
040	PAROQUIA SAO FELIX DE VALOIS (Marabá)	estadual
041	CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (Rio de Janeiro)	municipal
042	CASA DO MENOR TRABALHADOR (Rio de Janeiro)	municipal
043	ALDEIA DA CRIANÇA ALEGRE (de Friburgo)	municipal
044	LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	nacional
045	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO/PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS	estadual
046	FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO	estadual
047	FEPLAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PE. LANDELL DE MOURA (RS)	nacional
048	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (RSI)	estadual
049	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL	estadual

050	CENTRO MÉDICO SOCIAL SAO JOSÉ DO MURIALDO (RS)	municipal
051	FUNDAÇÃO GAUCHA DO TRABALHO	estadual
052	FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL	nacional
053	FEDERAÇÃO DAS BANDEIRAS DO BRASIL/REGIÃO DO PARANA	estadual
054	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA	nacional
055	SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO	nacional
056	UNIÃO DE ESCOTEIROS DO BRASIL	nacional
057	PIPMO/RS - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO RIO GRANDE DO SUL	estadual
056	FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR (Rio de Janeiro)	municipal
059	ESCOLINHA DE ARTE DO BRASIL (Rio de Janeiro)	nacional
060	MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO	nacional
061	CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CAFEIEIRA (Bahia)	regional
062	IRDEB - INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA	estadual
063	LAR DAS MENINAS DE SANTA GERTRUDES (Goiás)	municipal
064	CENTRO DE OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO JUVENIL (Goiás)	municipal
066	EFORMARGO - ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE GOIAS	estadual
066	CENTRO DE TREINAMENTO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (Paraná)	municipal
067	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/DIRETORIA DE SERVIÇO SOCIAL (Paraná)	municipal
068	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (Paraná)	municipal
069	CLUBE CURITIBANO (Paraná)	municipal
070	FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA (Paraná)	municipal
071	TEATRO DO PAIOL (Paraná)	municipal
072	CENTRO DE CRIATIVIDADE DE CURITIBA (Paraná)	municipal
073	MUSEU GUIDO VIARO (Paraná)	municipal
074	SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO	nacional
075	LBA/Goiás	estadual
076	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GOIAS	estadual
077	VILA NOVA (Bairro de Goiânia)	local
078	GRUPO TEATRO LABORATORIO (Goiânia)	municipal
079	GRUPO TEATRO TENTATIVA (Goiânia)	local
080	ENGENHO AVARZEADO (Diocese da Paraíba)	local
081	EMATER/PARAIBA	estadual
082	MOBRAL/PARAIBA	estadual
083	INCRA/PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO RIO TINTO (Paraíba)	local
084	CRUTAC/MARANHÃO	estadual
085	ARQUIDIOCESE DE JOÃO PESSOA (Paraíba)	regional
086	COOPERATIVA ARTESANAL MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA (Paraíba)	municipal
087	SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL (Rio Grande do Norte)	estadual
088	LBA/BAHIA	estadual
089	MOBRAL/BAHIA	estadual
090	INSTITUTO INDUSTRIAL VISCONDE DE MAUA (Bahia)	estadual
091	SETRADES - SECRETARIA ESTADUAL DO TRABALHO E DO BEM-ESTAR SOCIAL DA BAHIA	estadual
092	BAHIATURSA - COMPANHIA BAIANA DE TURISMO S/A	estadual
093	SESI/BAHIA	estadual
094	SENAI/BAHIA	estadual
095	SESC/BAHIA	estadual
096	SENAC/BAHIA	estadual
097	FIEB - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA	estadual
098	CARITAS - DIOCESANA DE SALVADOR (Bahia)	municipal
099	COPENE - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE (Bahia)	regional
100	SIM - SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (Bahia)	regional
101	IGREJA BATISTA DE CAMPO GRANDE (Rio de Janeiro)	local
102	FUNDAÇÃO MARANHENSE DE TELEVISÃO EDUCATIVA (Maranhão)	estadual
103	TELEVISÃO E RADIO UNIVERSITARIOS DE RECIFE (Canal 11 da Universidade Federal de Pernambuco)	estadual
104	TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE (Projeto Saci)	estadual
105	FUNDAÇÃO PE ANCHIETA (São Paulo)	nacional

106	TELEVISÃO EDUCATIVA DO AMAZONAS	municipal
107	IGREJAS BATISTAS DE SALVADOR	municipal
108	FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (Rio de Janeiro)	municipal
109	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER	municipal
110	JARDIM ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO	municipal
111	JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO	municipal
112	MOVIMENTO COMUNITARIO DE IJUI (Rio Grande do Sul)	regional
113	MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA (Bahia)	regional
114	PIPMO - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	nacional
115	ABT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO	nacional
116	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA	regional
117	INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	nacional
118	FUNDAÇÃO PROJETO RONDON	nacional
119	SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL	nacional
120	JAC - JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA	nacional
121	JOC - JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA	nacional
122	CEBRAE - CENTRO BRASILEIRO DE APOIO GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA	nacional
123	FASE - FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	nacional
124	FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TELEVISÃO EDUCATIVA	nacional
125	SRE - SERVIÇO DE RADIO-DIFUSÃO EDUCATIVA (do Ministério da Educação e Cultura)	nacional
126	CENAFOR - CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	nacional
127	MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	nacional
128	PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	nacional

ANEXO 3

**INSTITUIÇÕES CADASTRADAS E PROGRAMAS
NACIONAIS INVENTARIADOS**

INSTITUIÇÕES CADASTRADAS E PROGRAMAS INVENTARIADOS

BRASIL

INSTITUIÇÕES

A8BR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO

ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITARIA

ABT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE EDUCAÇÃO

ACM - ASSOCIAÇÃO CRISTA DE MOCOS

CEBRAE - CENTRO BRASILEIRO DE APOIO GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

CENAFOR - CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CSN - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

E.A.B - ESCOLINHA DE ARTE DO BRASIL

PROGRAMAS

Reabilitação das condições de saúde física

Treinamento técnico-profissional para empregados das empresas de saneamento (em especial para os profissionais de nível médio)

Formação, aperfeiçoamento e especialização dos empregados das empresas (nível médio e superior)

Desenvolvimento de sistemas de treinamento nas empresas estaduais de saneamento

Desenvolvimento gerencial de dirigentes superiores e médios das empresas

Aperfeiçoamento e especialização de técnicos do BNH, empresas de saneamento, projetistas e consultoras, através de transferência de tecnologia

Formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal para tecnologia da educação

Ginástica e atletismo

Jogos e natação

Danças

Defesa pessoal

Colônia de férias

Programa Nacional de Treinamento de Executivos

Capacitação de recursos humanos para o Sistema de ensino (principalmente 2º grau)

Preparação de agentes para o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (Programa Empresa)

Treinamento para técnicos

Aprendizagem na profissão

Desenvolvimento de executivos

Desenvolvimento gerencial

Treinamento de novos profissionais

Treinamento para gerentes e profissionais

Treinamento para superiores

Orientação de novos empregados

Qualificação profissional

Programa de treinamento de técnicas orçamentárias e de custos

Programa de desenvolvimento de chefia básica

Programa de formação de executivos

Programa de desenvolvimento de executivos

Estágio para alunos de 2º e 3º graus oriundos do sistema de ensino formal

Formação e aperfeiçoamento de professores e psicólogos em arte e arte-educação (formal)

Programa de seminários, grupos e ciclos de estudos sobre arte, educação e cultura (para educadores e outros profissionais)

EMBRATER - EMPRESA BRASILEIRA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Assistência técnica e extensão rural
Produção de alimentos e nutrição em áreas rurais de
baixa renda
Capacitação de mão-de-obra rural
Capacitação de recursos humanos para os projetos de
assistência técnica e extensão rural (meio)
Assistência técnica e extensão pesqueira
Agropecuária: introdução de tecnologia e orientação
de produtores
Bem-estar social (saúde, higiene, alimentação e nutri-
ção, sanitário, etc.)
Orientação à juventude rural (inclusive capacitação de
mão-de-obra jovem)
Assistência ao sistema de ensino de 1º grau

FASE - FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Desenvolvimento de comunidades
Iniciação profissional de grupos de baixa renda

F.B.B. - FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO
BRASIL

Formação de grupos bandeirantes (fim)
Capacitação de recursos humanos (meio)

FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TELEVISÃO
EDUCATIVA

Produção, distribuição e emissão de programas educa-
tivos
(Ensino Supletivo de 1º grau (João da Silva, Comple-
mentação ao ensino regular, Informativo-cultural;
Orientação a alfabetizadores-convênio MOBREAL)

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

Extensão universitária
Treinamento profissional de universitários (Estágio re-
munerado; Operações nacional/regional/especiais e
Campi avançados)

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI

Promoção de intercâmbio técnico e de pesquisa tecnol-
ógica (Intercâmbio técnico entre universidades e in-
dústrias)
Treinamento profissional, através de estágios

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA

Capacitação de mão-de-obra rural
Organização e desenvolvimento da comunidade
Organização cooperativas
Capacitação e treinamento de recursos humanos

LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Educação para o trabalho
• Aprendizagem e aperfeiçoamento
• Informação sobre o mercado de trabalho
Assistência social (à comunidade, à família, ao idoso,
ao excepcional)

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Alfabetização e educação de base
Animação popular (grupalização)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Alfabetização e iniciação profissional (Projeto Caxias)
Colônia de férias para crianças I Escola de Educação
Física do Exército)

INPA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA
AMAZONIA

Programa sócio-sanitário
Treinamento de universitários
Estágios, estudos e pesquisas na região

JAC - JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA

Grupos de jovens, por sexo. para ação evangelizadora
no meio agrário
Formação religiosa
Formação de liderança

JOC - JUVENTUDE OPERARIA CATÓLICA	Grupos de jovens, por sexo, para ação evangelizadora no meio operário Formação religiosa Formação de liderança
MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE DE ALFABETIZAÇÃO	Alfabetização funcional Educação integrada Ação cultural Profissionalização (convênio PIPMO) Ação comunitária Educação sanitária Treinamento de pessoal (do sistema e de outros países)
PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	Capacitação, aperfeiçoamento e atualização de recursos humanos Desenvolvimento de pessoal
PIPMO - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	Capacitação de mão-de-obra (aperfeiçoamento e atuação) para os três setores da economia
SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	Desenvolvimento de recursos humanos: preparação de equipes técnicas Desenvolvimento de recursos humanos: preparação de instrutores Aperfeiçoamento profissional Iniciação profissional
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	Administração e treinamento de recursos humanos: capacitação técnica Aprendizagem industrial no local de trabalho Treinamento de recursos humanos
SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO	Ensino Supletivo (cursos de suplência - atualização de conhecimentos e de suprimento - aperfeiçoamento e valorização social) Educação Física e Desportos (educação física e desporto amador) Difusão Cultural (apresentações artísticas, artesanato; biblioteca; comunicações) Alimentação e Nutrição (educação alimentar) Educação Sanitária (assistência médica e sanitária) Assistência Comunitária (ação comunitária; férias e fins-de-semana; recreação infantil; recreação de adolescentes e adultos) Treinamento de Recursos Humanos (aperfeiçoamento do pessoal e incentivo à formação profissional, através de estágios para estudantes de nível médio e superior)
SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL	Capacitação de mão-de-obra rural
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA	Educação familiar e comunitária Saúde (na empresa, na família e na comunidade) Lazer (atividades físicas: jogos esportivos, danças e ginástica; atividades musicais: canto e instrumentais, artes plásticas e ocupações manuais: pintura, escultura e

tapeçaria; atividades teatrais; atividades ao ar livre: excursão, acampamento, pescaria, jardinagem; atividades mentais: ler, escrever e estudar, jogos de habilidade mental; atividades sociais: festas e reuniões sociais; atividades filantrópicas; colecionismo: filatelia, numismática, fotografias)

SNT - SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO

Formação de profissionais de teatro
Formação de professores de teatro
(Cursos intensivos, teórico-práticos, de expressão corporal. dicção. interpretação, direção, cenografia, iluminação, etc. ; além de encontros e palestras)

SRE - SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA
(do Ministério da Educação e Cultura)

Projeto Minerva
(Curso Supletivo de 1º Grau, Curso de Educação Integrada; Capacitação para o magistério leito; Programação informativo-cultural)

UEB - UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

Escotismo, com a formação de grupos por idades: lobinho (7 a 11 anos); escoteiro (11 a 15 anos); senior (15 a 18 anos), pioneiro (18 a 24 anos)

ANEXO 4

**INSTITUIÇÕES CADASTRADAS E
PROGRAMAS ESTADUAIS, REGIONAIS,
MUNICIPAIS E LOCAIS INVENTARIADOS**

INSTITUIÇÕES CADASTRADAS E PROGRAMAS INVENTARIADOS

AMAZONAS

INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S/A	Treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal
CEAG/AM - CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS	Assistência gerencial (treinamentos) Assistência crediária (orientada)
CRUTAC/AMAZONAS	Cursos de extensão universitária Assessoramento técnico a instituições e grupos da comunidade
PIPMO/AMAZONAS	Treinamento de recursos humanos para os setores secundário e terciário
TELEVISÃO EDUCATIVA DO AMAZONAS	Ensino supletivo de 1º grau Habilitação professores leigos para o magistério de 1º grau (Projeto SUMAÚMAI) Informativo-cultural

BAHIA

INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
BAHIATURSA - EMPRESA BAIANA DE TURISMO S/A	Formação de mão-de-obra Aperfeiçoamento de pessoal Capacitação de pessoal
CARITAS DIOCESANA DE SALVADOR	Iniciação profissional Treinamento profissional (pescadores)
CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA	Extensão rural Treinamento de mão-de-obra rural
COPENE - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE	Treinamento Industrial Básico (Formação de operadores de processamento e utilidades, instrumentistas, analistas, supervisores de operação, instrutores de treinamento e auxiliares de ensino - Convênio PETROBRÁS/COPENE/EMPRESAS) Treinamento Específico nas Empresas (Aperfeiçoamento de pessoal de apoio operacional da Cerval de Manutenção e estágios de estudantes universitários) Treinamento de Executivos (Seminários de desenvolvimento de executivos para as indústrias petroquímicas - Convênio PNTE/CEPED/COPENE/SME, coordenado por COPENE/SEPLANTEC; Cursos de Especialização; Gerência em Petroquímica)
FIEB - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA	Desenvolvimento de Recursos Humanos (Executivos locais de pequenas e médias empresas)
IGREJAS BATISTAS (de Salvador)	Escolas bíblicas dominicais
INSTITUTO INDUSTRIAL VISCONDE DE MAUA	Capacitação profissional

IRDEB - INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO
EDUCATIVA DA BAHIA

Ensino supletivo de 1º grau (através do rádio e televisão)
Ensino supletivo de 2º grau (cursos profissionalizantes, por correspondência)
Divulgação comunitária (informação profissional, educação sanitária, educação para o trânsito) e difusão cultural
Capacitação e atualização de recursos humanos do sistema de ensino

LBA/Bahia

Iniciação profissional

MOBRAL/Bahia

Alfabetização funcional e educação integrada
Capacitação de recursos humanos

MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO
COMUNITARIA Ide Feira de Santana)

Estímulo ao trabalho comunitário urbano (educação popular através do engajamento em projetos comunitários urbanos)
Estímulo ao trabalho comunitário rural (idem, rurais)
Saúde e nutrição
Expressão cultural
Iniciação profissional (atividades complementares, fruto de convênios)

SENAC/Bahia

Iniciação profissional
Capacitação profissional
(em quatro áreas: higiene e beleza; escritório e vendas; hotelaria, turismo e hospitalidade; administração e gerência)

SENAI/Bahia

Treinamento profissional
Aperfeiçoamento e especialização de trabalhadores
Aperfeiçoamento de supervisores

SESC/Bahia

Iniciação profissional
Educação sanitária

SESI/Bahia

Capacitação profissional (cursos regulares)
Iniciação profissional (cursos especiais)
Capacitação de pessoal (meio)

SETRABES - SECRETARIA ESTADUAL DO
TRABALHO E DO BEM-ESTAR SOCIAL DA BAHIA

Iniciação profissional
Treinamento de recursos humanos

SIM - SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Capacitação profissional e formação social (treinamento e educação de base)
Saúde comunitária
Ensino Supletivo (1º Grau)

ESPÍRITO SANTO

INSTITUIÇÕES

PROGRAMAS

ARACRUZFLORESTAL S/A

Formação de pessoal para a silvicultura

- Formação e aperfeiçoamento de fatoristas agrícolas
- Treinamento de encarregados-supervisores
- Treinamento de encarregados do plantio e tratos culturais
- Formação de pessoal qualificado (campo, escritório e direção)

Formação de pessoal para a exploração florestal

- Formação de operadores (serras, tratores e grúas)

COHAB/ES - COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPIRITO SANTO	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de encarregados-supervisores • Aperfeiçoamento de mecânicos • Aperfeiçoamento de pessoal técnico e de gerência
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO	Desenvolvimento e valorização social, com os seguintes subprogramas. <ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais e comunitárias • Saúde, higiene e alimentação • Educação, cultura e recreação • Trabalho e economia • Urbanização e equipamentos comunitários
INOCOOP/ES - INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO AS COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO ESPIRITO SANTO	Extensão cultural Ação comunitária Iniciação profissional
MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO	Saúde e higiene Desenvolvimento comunitário
SEBS/ES - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E BEM-ESTAR SOCIAL DO ESPIRITO SANTO	Ação social e comunitária Incentivo à prática do lazer comunitário Capacitação de recursos humanos

GOIÁS

INSTITUIÇÕES

COOJ - CENTRO DE OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO JUVENIL

EFORMARGO - Escola de Formação de Operadores e Mecânicos de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás

FUNDAÇÃO CULTURAL DE GOIAS

GRUPO TEATRO LABORATORIO

GRUPO TEATRO TENTATIVA

PROGRAMAS

Recuperação do menor marginal (alimentação; recreação e lazer; iniciação profissional e atividades; jornalzinho; orientação familiar)

Treinamentos práticos (mecânica, operação e manutenção de máquinas e respectivos implementos) Estágios para instrutores e alunos (de outras entidades). visando aperfeiçoamento
Capacitação de operadores de máquinas (cursos especiais em convênio com o PIPMO, INCRA. IBC etc.)

Proteção ao folclore
Patrimônio artístico, histórico e arqueológico
Instituto Estadual do Livro
Biblioteca Pública Estadual
Museu Estadual Prof. Zoroastro Artiaga
Arquivo Histórico
Promoção Artística e Científica

- Escolinha de Artes
- Teatro Goiânia

Formação de atores e diretores de teatro (apresentação de peças, laboratório de criatividade, pesquisa sobre linguagem, publicação de livros)

Formação para e sobre teatro

- teórica: leitura e discussão de peças e história do teatro;
- prática: laboratório e ensaios;
- pesquisa visando criação e montagem de peças.

LAR DAS MENINAS DE SANTA GERTRUDES
GOIÁS

Reabilitação física de meninas paraplégicas (reincorporação nas atividades diárias e rotinas domésticas, inclusive lazer)
Ensino supletivo (suplência 1ª fase do 1º grau)

LBA/Goiás

Grupos de mães gestantes

VILA NOVA (bairro de Goiânia)

Esporte e recreação
(turma da 221 com a Segunda)
Comunidade Eclesial de Base
(adultos da rua 220)
Movimento Terra Nova
Inovens, inicialmente ligados à Igreja)
ATAC - Amizade. Trabalho e Amor Cristão
(adolescentes e jovens - 13 a 20 anos. que se preparam para o crisma)

MARANHÃO

INSTITUIÇÕES

PROGRAMAS

CRUTAC/MARANHÃO

Mobilização comunitária
Saúde
(Grupos de gestantes e nutrízes; prevenção e tratamento de tuberculosos e hansenianos)

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO/
DEPARTAMENTO DE AÇÃO CULTURAL

Extensão cultural
(cursos breves, em convênio com a UFMA)

FUNDAÇÃO MARANHENSE DE TELEVISÃO
EDUCATIVA

Ensino supletivo de 1º grau
Extensão rural
Extensão cultural

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO/
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS
ESTUDANTIS

Extensão universitária

PARA

INSTITUIÇÕES

PROGRAMAS

CEAG/PARA - CENTRO DE ASSISTÊNCIA
GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO
PARA

Treinamento empresarial
Assistência técnica e crediária

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A

Treinamento de pessoal

CENTRO DE INSTRUÇÃO "ALMIRANTE BRAZ DE
AGUIAR" (da Marinha Mercante)

Aperfeiçoamento e atualização de profissionais para a
Marinha Mercante
Adaptação e readaptação de profissionais para a
Marinha Mercante

COSANPA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO
PARA

Treinamento de pessoal

EMATER/PARA - Empresa Assistência Técnica e
Técnica e Extensão

Assistência a agricultores de baixa renda

PAROQUIA SAO FÉLIX DO VALOIS

Grupos de jovens
Treinamento de liderança comunitária
Organização de comunidades no interior
Formação religiosa

TELEPARA - TELECOMUNICAÇÕES DO PARA S/A

Treinamento administrativo
Treinamento técnico-operacional

PARAÍBA

INSTITUIÇÕES

ARQUIDIOCESE DE JOÃO PESSOA

PROGRAMAS

Saúde e higiene
Formação religiosa
(catequese em áreas rurais)

COOPERATIVA MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA

Artesanato (ensino de técnicas)
Organização cooperativa

ENGENHO AVARZEADO (Diocese da Paraíba)

Alfabetização e iniciação agrícola

EMATER/Paraíba

Extensão rural

- Saúde (treinamento sobre higiene pré e pós-natal; higiene da água etc.)
- Nutrição (produção de alimentos, educação alimentar, educação para o consumo)

Capacitação profissional (artesanato em couro e cerâmica)

Organização rural (formação de grupos de jovens, de saúde, produtores rurais, etc.)

Treinamento de professores nas áreas de saúde e nutrição

MOBRAL/Paralba

Alfabetização funcional e educação integrada
Ação cultural
Profissionalização
Ação comunitária
Educação sanitária

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO DE RIO TINTO Ido INCRA)

Capacitação de mão-de-obra rural (através de cursos de treinamento)
Alfabetização e educação integrada (convênio com o MOBRAL)
Organização cooperativa

PARANA

INSTITUIÇÕES

CENTRO DE CRIATIVIDADE DE CURITIBA
(da Fundação Cultural de Curitiba)

PROGRAMAS

Treinamento e aperfeiçoamento de professores e orientadores de núcleos de criatividade e escolas (através de cursos e estágios)

Iniciação á arte (no Atelier Central) e a técnicas específicas (nos ateliers específicos), através de cursos (desenho e pintura; cerâmica; resina e poliôster); escultura (madeira, ferro, metal, bronze e pedra); texturas; programação visual; gravação (metal, litografia, xilogravura, serigrafia e silk screen), expressão corpo-

	<p>ral. musical e pela palavra; entalhe em madeira; composição (pesquisa de som e composição musical); fotografia; artesanato em couro)</p> <p>Sessões livres de criatividade (em ambientes externos, com atividades integradas)</p> <p>Biblioteca pública de arte</p> <p>Mostra permanente, exposições e editoração</p> <p>Cadernos de Criatividade (divulgando experiências)</p>
CLUBE CURITIBANO	<p>Formação e treinamento de atletas</p> <p>Esportes e ginástica</p> <p>Cursos objetivando habilidades (ballet, voga. expressão corporal)</p>
FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL	<p>Formação de grupos bandeirantes (fim)</p> <p>Capacitação de recursos humanos (meio)</p>
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA	<p>Animação da Cidade (pintura infantil na Rua das Flores; pintura de tapumes; murais; teatro de bonecos; espetáculos de parques e praças; feiras de artesanato; bondinho; programação de pontos de encontro; biblioteca nos parques; serviço de informações culturais)</p> <p>Descentralização da Cultura (formação de grupos de teatro e músicas, festivais de arte, nos bairros)</p> <p>Estimulo ao Desenvolvimento das Artes e Criatividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teatro do Paioli* • Centro de Criatividade de Curitiba (*) • Museu Guido Viaro(*) <p>Estimulo à Cultura Popular. Pesquisa e Arquivo Histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa Romário Martins (Museu Histórico da Cidade) • Editoração
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CENTRO DE TREINAMENTO DE PESSOAL	<p>Capacitação de pessoal (através de cursos breves, para promoção ou ingresso no quadro de pessoal da Prefeitura)</p>
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/COORDENAÇÃO GERAL DE ED. FISICA E DESPORTOS	<p>Educação Física e Recreação Orientada (brincadeiras em playgrounds, ginástica de solo e educativa; atletismo e natação; futebol, vólibol. basquetebol, handebol, criatividade; torneios, jogos (inclusive intelectuais), competições, concursos, etc. — atividades realizadas: a) constantemente em escolas, clubes, praças e centros esportivos; b) nos períodos de férias escolares nas ruas de recreio e colônias de férias, em praças)</p> <p>Treinamento Esportivo, com vistas à formação de atletas e equipes para competições (nos centros e clubes esportivos)</p>
MUSEU GUIDO VIARO da Fundação Cultural de Curitiba)	<p>Cinemateca</p> <ul style="list-style-type: none"> • filmes de arte, inclusive seminários • cursos para cinema e televisão • recuperação filmes e jornais filmados históricos <p>Exposições</p> <ul style="list-style-type: none"> • acervo Guido Viaro e eventuais <p>Atelier livre</p> <p>Bibliotecas (coordena e centraliza todas bibliotecas de parques.</p>

(*) Ver fichas específicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
DIRETORIA DE SERVIÇO SOCIAL

TEATRO DO PAIOL
(da Fundação Cultural de Curitiba)

do Teatro Paiol e do Centro de Pesquisas e Informação)

Atendimento Infantil (creches)
Capacitação profissional
Ação comunitária
(formação de associação de moradores; melhoria de habitação; apoio a campanhas de alimentação; e saúde, promovidas por entidades específicas)

Grupos Permanentes

- música erudita: Camerata Antiqua
- música popular: Mapa
- Teatro Amador do Paiol

Biblioteca Augusto Stresser
(especializada em música e teatro)

Atividades

- concertos de música erudita
- shows de música popular
- exposições de pintura
- cinema de arte e animação
- cursos de divulgação da música erudita e de especialização em instrumentos musicais
- programação infantil (filmes, teatrinho, teatro de fantoches, etc.)
- campeonatos (de xadrez, etc)

Atelier de pintura para crianças e adolescentes

PERNAMBUCO

INSTITUIÇÕES

TELEVISÃO E RADIO UNIVERSITARIOS DO RECIFE
(CANAL 11) DA UFPE

PROGRAMAS

Produção e emissão de programas educativos
(Alfabetização de adultos; apoio e complementação ao ensino regular; iniciação profissional)

RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUIÇÕES

SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL

PROGRAMAS

Desenvolvimento de Comunidades Rurais

- Educação política
- Alfabetização e educação integrada (através de escolas radiofônicas)
- Educação cooperativista para artesãos
- Educação sanitária
- Melhoria da habitação
- Incentivo à produção
- Centros Sociais Rurais

TELEVISÃO UNIVERSITARIA DO RIO GRANDE DO NORTE (PROJETO SACI)

Capacitação de professores do ensino de 1º grau
Curso supletivo de 1º grau
Apoio e complementação ao ensino regular

RIO GRANDE DO SUL

INSTITUIÇÕES

CENTRO MÉDICO-SOCIAL SAO JOSÉ DO MURIALDO

PROGRAMAS

Implantação e manutenção de um serviço comunitário de saúde, visando à:

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> • promoção da saúde e proteção específica contra doenças (prevenção <i>primária</i>) • diagnóstico precoce, pronto tratamento e limitação da Incapacidade (prevenção secundária) • reabilitação das condições de saúde física, mental e social (prevenção terciária)
FEPLAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL Pe LANDELL DE MOURA	<p>Qualificação de mão-de-obra para o setor saúde Treinamento de recursos humanos da Secretaria de Saúde</p> <p>Educação geral (alfabetização de adultos, educação para o trabalho e ensino supletivo de 1º e 2º graus) através da televisão</p> <p>Educação cívico-social (comunicações, datas históricas e eventos e folclore, através do rádio; trânsito e promoção de saúde, multimeios)</p> <p>Teleformação rural (eletrificação rural, cooperativismo. através do rádio: capacitação de mão-de-obra rural. por multimeios e com PIPMO. sindicatos, ensino supletivo</p> <p>Iniciação profissional pela televisão (mecânica de automóveis. consertos aparelhos eletrodomésticos)</p> <p>Preparação de recursos humanos para teleducação (cursos, seminários, estágios do pessoal da FEPLAM em outras instituições e de outras instituições na FEPLAM)</p>
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO	<p>Capacitação de mão-de-obra (para os 3 setores da economia e. em particular, para a construção civil, através de treinamento)</p> <p>Capacitação do artesanato e artes domésticas</p> <p>Treinamento de chefia e liderança, inclusive sindical</p> <p>Treinamento de instrutores, inclusive para formação profissional rural (convênio com o SENAR)</p> <p>Iniciação profissional para adolescentes</p>
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (RS)	<p>Capacitação de recursos humanos para a administração pública</p> <p>Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para a administração de empresas</p> <p>Capacitação de recursos humanos para o sistema estadual de educação</p>
MOVIMENTO COMUNITARIO DE IJUI	<p>Formação cooperativista</p> <p>Ação comunitária</p>
PIPMO/RS	<p>Capacitação de mão-de-obra (aperfeiçoamento e atualização, para os três setores da economia)</p>
RIO DE JANEIRO	
INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
ALDEIA DA CRIANÇA ALEGRE DE FRIBURGO (ALDEIAS INFANTIS SOS)	<p>Formação integral de órfãos, em casas-lares, inclusive integração normal na sociedade</p> <p>Jardim de Infância</p>
BANCO DA PROVIDÊNCIA	<p>Centro da Providência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação profissional de aprendizes e sua integração na cidade e no mercado de trabalho

	<p>Comunidade de Emaús</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação e reintegração social de mendigos, alcoólatras ou toxicômanos e presidiários <p>Centro Feminino</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação de base e lazer de mães solteiras (maioria ex-prostitutas) • Alfabetização e atividades ocupacionais com prostitutas (no Mangue)
CASA DO MENOR TRABALHADOR	<p>Formação do menor através do trabalho</p> <p>Educação de base (religião, saúde, moral, cívica, iniciação artística) e recreação</p>
CASA DO PEQUENO JORNALEIRO	<p>Formação do menor através do trabalho e da vida em comunidade</p>
FLUMINENSE FUTEBOL CLUBE	<p>Formação de atletas</p> <p>Formação de jogadores</p> <p>Cursos de ballet, voga, ginástica rítmica etc.</p> <p>Cursos de violão e jazz</p>
FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR	<p>Assistência ao marginalizado'</p> <ul style="list-style-type: none"> • velhos/mendigos • órfãos <p>Assistência ao menor</p> <ul style="list-style-type: none"> • pré-primário • ensino 1º grau <p>Iniciação profissional</p>
FUNDAÇÃO CASA DE RUY BARBOSA	<p>Arte na Casa de Rui Barbosa</p> <p>Visitação escolar e comum</p> <p>Centro de documentação (Biblioteca Ruy Barbosa; Biblioteca São Clemente; Arquivo)</p> <p>Centro de Pesquisas (Filologia, Direito ruiano)</p> <p>Centro de Estudos Históricos</p> <p>Arquivo Museu de Literatura</p>
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR	<p>Creche - Centro de atendimento</p> <p>Reintegração social de menores nas casas-lar</p> <p>Reintegração social de menores no convívio familiar</p> <p>Iniciação profissional</p> <p>(Organização do trabalho do menor (guarda-mirim, patrulheirismo e estágios na CEF, B Brasil, etc.))</p>
FUNDAÇÃO LEÃO XIII	<p>Assistência social à população marginalizada (velhos, mendigos, migrantes e residentes em conjuntos habitacionais, favelas e núcleos de habitação provisória do Grande Rio)</p> <p>Treinamento sócio-educativo e integração comunitária dos moradores em conjuntos habitacionais, favelas e núcleos de habitação provisória do Grande Rio. através dos Centros Comunitários e Unidades Administrativas!</p> <p>Treinamento profissionalizante para os assistidos, principalmente adolescentes, com vistas a sua inserção no mercado de trabalho</p> <p>Recuperação social do mendigo, com vistas a sua reintegração produtiva na comunidade</p> <p>Assistência aos velhos, de caráter profilático e preventivo</p>

GINÁSTICA DE PRAIA	Ginástica feminina Recreação e lazer para crianças
GRUPO DE PROMOÇÃO HUMANA DE NOVA FRIBURGO	Assistência médica (ambulatório e preventiva) Assistência social (higiene, alimentação, vestuário, família) Educação para o lar (corte e costura, artesanato, culinária) Educação para o trabalho (eletricidade, serralheria, datilografia) Extensão rural (convênio com EMATER-RJ, atendendo a pequenos proprietários do bairro)
IGREJA BATISTA IDE CAMPO GRANDE)	Escola bíblica dominical
ISHIBRAS - ISHIKAWAJIMA DO BRASIL ESTALEIROS S/A	Aprendizagem (prê-técnico) Formação e capacitação profissional Especialização (chefia, supervisão, etc.)
JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO	Recreação e lazer Museu (apoio às atividades escolares)
JARDIM ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO	Recreação e lazer
JUDO CLUBE NISSEI	Judô para crianças e adolescentes Ginástica feminina
MAM - MUSEU DE ARTE MODERNA	Iniciação artística e formação técnica
O SOL - OBRA SOCIAL LESTE UM Ida Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Leste 1)	Formação para o artesanato (artesãos e monitores)
PAROQUIA DE SANTO CRISTO	Formação religiosa • catequese de crianças • cursos para noivos, padrinhos de batismo, etc.
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER	Recreação e lazer (cultura e esporte) Iniciação e prática de esportes
TABLADO - TEATRO AMADOR "O TABLADO"	Curso de teatro Centro integrado Grupo de teatro amador

SANTA CATARINA

INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA	Capacitação de recursos humanos

SÃO PAULO

INSTITUIÇÕES	PROGRAMAS
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA	Ensino supletivo de 1º grau Apoio e complementação ao ensino regular (Projeto TELESCOLA - Matemática e Ciências) Supletivo 2º grau/Habilitação profissional (Auxiliar de administração de empresas)

Programação cultural (rádio e televisão)
(Vila Sésamo; Jardim Zoológico. Música popular brasileira; O homem e a arte, etc.)
Produção e emissão de programas educativos
(Câmbio e comércio exterior; Educação física, Agropecuária e saúde, etc.)

ANEXO 5

**CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTUDADOS,
POR INSTITUIÇÕES E TIPOS BÁSICOS**

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTUDADOS, POR INSTITUIÇÕES E TIPOS BÁSICOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento técnico-profissional para empregados em empresas de saneamento (níveis médio e elementari• Formação, aperfeiçoamento e especialização de empregados das empresas de saneamento (níveis médio e superior)• Desenvolvimento de sistemas de treinamento nas empresas estaduais de saneamento• Aperfeiçoamento e especialização de técnicos do BNH, empresas de saneamento, de projetos e de consultoria, visando transferência de tecnologia• Desenvolvimento de quadros dirigentes (médio e superior) das empresas de saneamento
ABT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal em tecnologia da educação
ANACRUZ FLORESTAL S/A	<ul style="list-style-type: none">• Formação de pessoal para a silvicultura.• Formação de pessoal para a exploração florestal
BAHIATURSA EMPRESA BAIANA DE TURISMO S/A	<ul style="list-style-type: none">• Formação de recursos humanos para o turismo• Aperfeiçoamento de pessoal com vistas ao turismo
BASA BANCO DA AMAZONIA S/A	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação de pessoal (meio)• Treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal
CEAG/AM - CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento gerencial• Orientação crediária
CEAG/PA - CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO PARA	Treinamento gerencial Assistência técnica e crediária
CEBRAE - CENTRO BRASILEIRO DE APOIO GERENCIAL A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA	<ul style="list-style-type: none">• Programa nacional de treinamento de executivos
CENAFOR - CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação de recursos humanos para o sistema de ensino (principalmente 2º grau)• Preparação de agentes para o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra 'Programa Empresa)
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento de Pessoal
CENTRO DE CRIATIVIDADE DE CURITIBA (da Fundação Cultural de Curitiba)	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento e aperfeiçoamento de professores e orientadores de núcleos de criatividade e escolas de 1º grau
CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA DA LAVOURA CACAUEIRA	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento de mão-de-obra rural
GABA - CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAS DE AGUIAR (Marinha Mercante)	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento e atualização de profissionais• Adaptação e readaptação de profissionais
COPENE - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento industrial básico do pessoal de operação e apoio gerencial• Treinamento de executivos

COSANPA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	• Treinamento de pessoal
CSN - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento para técnicos • Aprendizagem da profissão • Treinamento de novos profissionais • Treinamento para gerentes e profissionais • Treinamento para superiores • Orientação de novos empregados • Desenvolvimento de executivos • Desenvolvimento gerencial
CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação profissional • Treinamento de técnicas orçamentárias e custos • Formação de executivos • Estágios para alunos de 2º e 3º graus • Desenvolvimento de chefia básica
EAB - ESCOLINHA DE ARTE DO BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> • Arte e educação (seminários, grupos e ciclos de estudo sobre arte, educação e cultura, para educadores e outros profissionais)
EFOMARGO - ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OPERADORES E MECÂNICOS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS DE GOIÁS (*)	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação operadores de máquinas agrícolas e rodoviárias • Aperfeiçoamento de instrutores (meio)
EMBRATER - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mão-de-obra rural • Capacitação de recursos humanos para os projetos de assistência técnica e extensão rural (jovens e adultos)
EMATER/Pb - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA PARAIBA	<ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional para o artesanato • Treinamento de professores de 1º grau (áreas de Saúde e Nutrição)
ESCOLA DF SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento de recursos humanos da Secretaria Estadual de Saúde
FEPLAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL Pe LANDELL DE MOURA	<ul style="list-style-type: none"> • Teleformação rural (eletrificação rural e cooperativismo; capacitação de mão-de-obra rural) • Iniciação profissional (pela televisão) • Preparação de recursos humanos para teleducação
FIEB - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de recursos humanos (executivos de pequenas e médias empresas)
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO RIO GRANDE DO SUL	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos (para a administração pública, administração de empresas e sistema estadual de ensino do Rio Grande do Sul)
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mão-de-obra • Formação para o artesanato • Treinamento de chefia e liderança (principalmente para a área sindical) • Treinamento de instrutores para a formação profissional rural • Iniciação profissional para adolescentes
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento profissional de universitários (através

C) Exceto programas de Qualificação Profissional, enquadrados como de Ensino Supletivo.

	de estágios avançados, nas operações e "campi' avançados)
IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI	• Treinamento profissional (através de estágios em empresas industriais)
INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	• Capacitação de mão-de-obra rural
INSTITUTO INDUSTRIAL VISCONDE DE MAUÁ	• Capacitação profissional
ISHIBRAS - ISHIKAWAJIMA DO BRASIL ESTALEIROS S/A O	• Aprendizagem profissional (pré-técnico) • Formação e qualificação profissional • Especialização (chefia, supervisão, etc.)
IRDEB - INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA	• Capacitação de recursos humanos para o sistema de ensino do Estado da Bahia • Atualização de recursos humanos do sistema de ensino do Estado da Bahia
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/PROJETO CAXIAS	• Iniciação profissional dos incorporados ao serviço militar
MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (nacional, executado a nível municipal)	Profissionalização (convênio com PIPMO) Treinamento de pessoal (do Movimento e de Movimentos congêneres de outros países)
MUSEU GUIDO VIARO (da Fundação Cultural de Curitiba)	• Formação de técnicos para cinema (super 8) e televisão
PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	• Iniciação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização de recursos humanos • Desenvolvimento de pessoal
PIPMO - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (nacional e estadual)	• Iniciação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização de mão-de-obra para os três setores de economia
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CENTRO DE TREINAMENTO DE PESSOAL	• Capacitação de pessoal (para ingresso no quadro da Prefeitura)
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/DIRETORIA DE SERVIÇO SOCIAL	• Capacitação profissional (população de bairros periféricos)
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO DE RIO TINTO (Paraíba)	• Capacitação de mão-de-obra rural
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO BEM-ESTAR SOCIAL DO ESPIRITO SANTO	• Capacitação de recursos humanos
SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (**)	• Iniciação, capacitação e aperfeiçoamento profissional • Desenvolvimento de recursos humanos (preparação de equipes técnicas e instrutores)
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (**)	Capacitação técnica para administração Aprendizagem industrial no local de trabalho Treinamento de recursos humanos

(*) Tomada como exemplo no setor

(**) Excluídos os programas de Aprendizagem e Qualificação realizados nos Centros de Formação Profissional respectivamente para menores de 14 a 18 anos e para adultos, por serem enquadrados como de Ensino Supletivo.

SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL	• Capacitação de mão-de-obra rural
SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO	¹ Treinamento de recursos humanos (aperfeiçoamento do pessoal e incentivo à formação profissional, através de estágio para estudantes de nível médio e superior)
SESI/BAHIA	¹ Iniciação e capacitação profissional
SETRADES/BAHIA - SECRETARIA ESTADUAL DO TRABALHO E DO BEM-ESTAR SOCIAL DA BAHIA	¹ Iniciação e capacitação profissional ¹ Treinamento de recursos humanos
SNT - SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO	¹ Formação de profissionais do teatro ¹ Formação de professores do teatro
TABLADO - TEATRO AMADOR	Formação de profissionais do teatro
TEATRO LABORATORIO (Goiânia)	Formação de atores e diretores de teatro
TELEPARA - TELECOMUNICAÇÕES DO PARA S/A	¹ Treinamento de pessoal administrativo Treinamento técnico operacional
TELEVISÃO E RADIO UNIVERSITÁRIOS DO RECIFE (Canal 11)	Iniciação profissional
TELEVISÃO EDUCATIVA DO AMAZONAS	Capacitação para o magistério leigo (Projeto Sumaúma)
TELEVISÃO UNIVERSITARIA DO RIO GRANDE DO NORTE	Capacitação de professores para o 1º grau (Projeto Sact)

EDUCAÇÃO DE BASE E INICIAÇÃO PROFISSIONAL

BANCO DA PROVIDÊNCIA	• Iniciação e capacitação profissional e integração na cidade e no mercado de trabalho (nos Centros da Providencial • Educação de base e atividades ocupacionais (com mães solteiras, nos Centros Femininos) • Alfabetização e lazer (com prostitutas, na zona de prostituição)
CARITAS DIOCESANA DE SALVADOR	• Treinamento profissional de pescadores • Iniciação profissional (para os três setores da economia)
CASA DO MENOR TRABALHADOR	• Educação de base (religião, saúde, moral e civica) • Formação do menor, através do trabalho
CASA DO PEQUENO JORNALEIRO	• Formação do menor, através do trabalho e da vida em comum
COHAB - COOPERATIVAS HABITACIONAIS (nacional e filíadas)	• Iniciação profissional, visando complementação da renda familiar e integração comunitária
COOJ - CENTRO DE OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO JUVENIL	• Recuperação do menor marginal
COOPERATIVA ARTESANAL MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA	Iniciação para o cooperativismo Formação profissional para o artesanato
ENGENHO AVARZEADO (Diocese da Paraíba)	• Iniciação agrícola e educação de base

FASE - FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	Iniciação profissional de grupos de baixa renda
FEPLAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL Pe. LANDELL DE MOURA	• Alfabetização de adultos e educação para o trabalho (pela televisão)
FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR	• Iniciação profissional e organização do trabalho do menor
FUNDAÇÃO LEAO XIII	• Treinamento profissionalizante para os moradores em conjuntos habitacionais, favelas e núcleos de habitação provisória, principalmente adolescentes
GRUPO DE PROMOÇÃO HUMANA DE NOVA FRIBURGO	• Educação para o trabalho
INOCOOP - INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO AS COOPERATIVAS HABITACIONAIS	• Iniciação profissional nos núcleos habitacionais
LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	• Aprendizagem e aperfeiçoamento profissional
MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE	• Alfabetização e educação de base
MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO	• Alfabetização e educação integrada • Iniciação profissional (convênio com PIPMO)
MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA (de Feira de Santana)	• Iniciação profissional e promoção humana
MOVIMENTO COMUNITARIO DE IJUI	• Formação cooperativista
O SOL - OBRA SOCIAL LESTE I (da CNBB)	• Organização e formação profissional para o artesanato (artesãos e monitores)
SIM - SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	• Iniciação profissional e formação social
TELEVISÃO E RADIO UNIVERSITARIOS DO RECIFE (Canal 11, da UFPe)	• Alfabetização de adultos

EXTENSÃO RURAL

CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DO CACAU (REGIONAL)	• Assistência técnica e extensão rural
EMBRATER - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	• Assistência técnica e extensão rural • Produção de alimentos e nutrição em áreas rurais de baixa renda • Assistência técnica e extensão pesqueira • Introdução de novas tecnologias e orientação aos produtores (pecuaristas) • Bem-estar social (saúde, higiene, alimentação, nutrição, sanitário)
EMATER/PARA	• Assistência técnica a agricultores de baixa renda
EMATER/PARAIBA	• Extensão rural
FUNDAÇÃO MARANHENSE DE TELEVISÃO EDUCATIVA	• Extensão rural
GRUPO DE PROMOÇÃO HUMANA DE NOVA FRIBURGO	• Extensão rural a pequenos proprietários

SECRETARIAS DE AGRICULTURA DOS ESTADOS
(principalmente São Paulo)

- Assistência técnica e extensão rural

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

COHAB - COOPERATIVAS HABITACIONAIS

- Ação comunitária

CRUTAC/AM - CENTRO RURAL UNIVERSITARIO
DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITARIA DO
AMAZONAS

- Assessoramento técnico a instituições e grupos comunitários

CRUTAC/MARANHÃO

- Mobilização comunitária

EMATER/PARAÍBA

- Organização rural (formação de grupos de jovens, de saúde, produtores rurais, etc.)

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

- Treinamento sócio-educativo e integração comunitária dos moradores em conjuntos habitacionais, favelas e núcleos de habitação provisória

FASE - FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Desenvolvimento de comunidades

INOCOOP - INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO AS
COOPERATIVAS HABITACIONAIS

- Ação comunitária

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA

- Organização de projetos integrados de colonização

MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

- Desenvolvimento comunitário

MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE
ALFABETIZAÇÃO

- Ação comunitária

MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO
COMUNITÁRIA (de Feira de Santana)

- Estímulo ao trabalho comunitário urbano
- Estímulo ao trabalho comunitário rural

MOVIMENTO COMUNITARIO DE IJUÍ

- Ação comunitária

PARÓQUIA SÃO FÉLIX DO VALOIS
(Marabá)

- Organização de comunidades e treinamento de liderança comunitária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/DIRETORIA
DE SERVIÇO **SOCIAL**

- Ação comunitária nos bairros periféricos

SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL

- Desenvolvimento de comunidades rurais

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO
BEM-ESTAR SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

- Ação social e comunitária

SAÚDE

ABBR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE
DE REABILITAÇÃO

- Reabilitação das condições de saúde física

ARQUIDIOCESE DE JOÃO PESSOA

- Saúde e higiene

CENTRO MÉDICO SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO
MURIALDO (Porto Alegre)

- Implantação e manutenção de serviço comunitário de saúde

CRUTAC/MARANHÃO

- Grupos de gestantes e nutrizes

EMATER/PARAÍBA	• Saúde e nutrição
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON	• Educação sanitária nos "campi" avançados
LAR DAS MENINAS DE SANTA GERTRUDES	• Reabilitação física de meninas paraplégicas
LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (nacional e estadual)	• Alimentação e nutrição
MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE	• Grupos de mães gestantes
MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO	• Educação sanitária
MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (nacional e municipal)	• Saúde e higiene
MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA (de Feira de Santana)	• Educação sanitária
SESC - SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO (nacional e estadual)	• Saúde e nutrição
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (nacional e estadual)	• Educação sanitária
SIM - SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	• Saúde na empresa, na família, na comunidade
	• Saúde comunitária

FORMAÇÃO ARTÍSTICA

CENTRO DE CRIATIVIDADE DE CURITIBA	• Iniciação à arte e a técnicas específicas
FEPLAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL Pe. LANDELL DE MOURA	• Programa cívico-cultural (rádio)
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA	• Formação de platéia cinematográfica
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPIRITO SANTO	• Extensão cultural, através de bibliotecas, museus, teatro e cinema
FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO	• Cursos de extensão universitária
FUNDAÇÃO MARANHENSE DE TELEVISÃO EDUCATIVA	• Informativo cultural (televisão)
FCBTE - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TELEVISÃO EDUCATIVA	• Informativo cultural
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA	• Programação cultural (rádio e televisão)
GRUPO TEATRO TENTATIVA (Goiânia)	• Formação para e sobre teatro
IRDEB - INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA	• Difusão cultural
MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO	• Ação cultural
MAM - MUSEUS DE ARTE MODERNA (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro)	• Cursos e exposições
MUSEU GUIDO VIARO Ida Fundação Cultural de Curitiba)	• Cinemateca
	• Cinemateca: filmes de arte e seminários
	• Atelier livre de arte

SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
(nacional e estadual)

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
(nacional e estadual)

SRE - SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

TABLADO - TEATRO AMADOR (no Rio de Janeiro)

TEATRO DO PAIOL
(da Fundação Cultural de Curitiba)

UFMa/PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS
ESTUDANTIS

- Programação de bibliotecas especializadas e nos parques
- Lazer (atividades musicais, artes plásticas e ocupações manuais, atividades teatrais)
- Difusão cultural (apresentações artísticas, artesanato, bibliotecas, comemorações)
- Projeto Minerva: programação informativo-cultural
- Curso livre de teatro
- Centro integrado de artes (crianças)
- Grupo de teatro amador
- Cinema de arte e animação
- Cursos de divulgação da música erudita e de especialização em instrumentos musicais
- Atelier de pintura para crianças e adolescentes
- Extensão universitária (cursos e seminários)
- Atividades culturais (musicais, literárias, visuais)

FORMAÇÃO DESPORTI E RECREAÇÃO ORIENTADA

ACM - ASSOCIAÇÃO CRISTA DE MOCOS

- Ginástica
- Jogos e natação
- Danças
- Defesa pessoal
- Colônia de férias

CLUBE CURITIBANO(*)

- Formação e treinamento de atletas
- Esportes e ginástica
- Cursos de habilidades (ballet, yoga, expressão corporal)

FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL

- Acampamentos

FLUMINENSE FUTEBOL CLUBE C)

- Formação de atletas e jogadores
- Cursos de habilidades (ballet, voga, ginástica ritmical)

FORÇAS ARMADAS (ESCOLAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DO EXÉRCITO E DA POLÍCIA MILITAR)

- Colônias de férias, inclusive em praças e parques

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

- Animação da cidade

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO

- Arte e lazer

GINÁSTICA DE PRAIA (Rio de Janeiro)

- Ginástica feminina
- Recreação e lazer para crianças

JUDO NISSEI CLUBE (*)

- Ginástica feminina
- Judô para crianças e adolescentes

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/
COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E
DESPORTOS

- Educação física e recreação orientada (em escolas, clubes, praças e centros desportivos, inclusive como colônias de férias)
- Treinamento esportivo (formação de atletas e equipes para competições)

(*) Tomado como exemplo de clubes congêneres.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/
DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER

- Cultura e esporte (nos parques e jardins, inclusive como colônia de férias)
- Iniciação à prática de esportes

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO
BEM-ESTAR SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

- Lazer comunitário

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
(nacional e estadual)

- Educação física e desportos
- Assistência comunitária (férias e fim-de-semana, recreação infantil, de adolescentes e adultos)

SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
(nacional e estadual)

- Lazer (atividades físicas, artísticas, ao ar livre, sociais, além de jogos e coleções)

UEB - UNIÃO DE ESCOTEIROS DO BRASIL

- Acampamentos

VILA NOVA (Goiânia)

- Esporte e recreação

FORMAÇÃO RELIGIOSA

ARQUIDIOCESE DE JOÃO PESSOA

- Catequese em zonas rurais

IGREJA BATISTA

- Escola bíblica dominical

IGREJA CATÓLICA

- Catequese e iniciação religiosa nas paróquias e colégios católicos, inclusive para adultos
- Comunidades eclesiais de base

JAC - JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA

- Formação religiosa (pedagogia da ação)

JOC - JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA

- Formação religiosa (pedagogia da ação)

PAROQUIA DE SANTO CRISTO (Rio de Janeiro)

- Catequese para crianças
- Cursos para noivos, padrinhos de batismo e crisma

PAROQUIA SÃO FÉLIX DO VALOIS (Marabá)

- Catequese e formação religiosa

VILA NOVA (Bairro de Goiânia)

- Comunidade eclesial de base
- Preparação para o crisma (grupos de adolescentes e jovens)

MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E INFANTO-JUVENIS

EMBRATER - EMPRESA BRASILEIRA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Orientação à juventude rural (clubes 4-S)

FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL
(nacional e estadual)

- Formação de grupos bandeirantes (fada, bandeirante e guia)

JAC - JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA

- Grupos de jovens para ação evangelizadora no meio agrário

JOC - JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA

- Grupos de jovens para ação evangelizadora no meio operário

PAROQUIA SÃO FÉLIX DO VALOIS (Marabá)

- Grupo de jovens

UEB - UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL
(nacional e estadual)

- Formação de grupos escoteiros (lobinho, escoteiro, senior, pioneiro)

VILA NOVA (Bairro de Goiânia)

- Movimento "Terra Nova" (grupos de jovens, inicialmente ligados à Igreja)

